

C E E J A



MUNDO DO
TRABALHO

GEOGRAFIA

CADERNO DO ESTUDANTE

ENSINO MÉDIO
VOLUME 3

Nos Cadernos do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho/CEEJA são indicados sites para o aprofundamento de conhecimentos, como fonte de consulta dos conteúdos apresentados e como referências bibliográficas. Todos esses endereços eletrônicos foram verificados. No entanto, como a internet é um meio dinâmico e sujeito a mudanças, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação não garante que os sites indicados permaneçam acessíveis ou inalterados após a data de consulta impressa neste material.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias do País, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

* Constituem "direitos autorais protegidos" todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas neste material que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

Geografia : caderno do estudante. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) : Secretaria da Educação (SEE), 2015.

il. - - (Educação de Jovens e Adultos (EJA) : Mundo do Trabalho modalidade semipresencial, v. 3)

Conteúdo: v. 3. 3ª série do Ensino Médio.

ISBN: 978-85-8312-161-9 (Impresso).

978-85-8312-139-8 (Digital)

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Médio. 3. Modalidade Semipresencial. I. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. II. Secretaria da Educação. III. Título.

CDD: 372.5

FICHA CATALOGRÁFICA

Tatiane Silva Massucato Arias – CRB-8 / 7262



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin

Governador

**Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação**

Márcio Luiz França Gomes

Secretário

Cláudio Valverde

Secretário-Adjunto

Maurício Juvenal

Chefe de Gabinete

Marco Antonio da Silva

*Coordenador de Ensino Técnico,
Tecnológico e Profissionalizante*

Secretaria da Educação

Herman Voorwald

Secretário

Cleide Bauab Eid Bochi

Secretária-Adjunta

Fernando Padula Novaes

Chefe de Gabinete

Ghisleine Trigo Silveira

Coordenadora de Gestão da Educação Básica

Mertila Larcher de Moraes

Diretora do Centro de Educação de Jovens e Adultos

Adriana Aparecida de Oliveira, Adriana dos Santos
Cunha, Durcilene Maria de Araujo Rodrigues,
Gisele Fernandes Silveira Farisco, Luiz Carlos Tozetto,
Raul Ravanelli Neto, Sabrina Moreira Rocha,
Virginia Nunes de Oliveira Mendes
Técnicos do Centro de Educação de Jovens e Adultos

Concepção do Programa e elaboração de conteúdos

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Coordenação Geral do Projeto
Ernesto Mascellani Neto

Equipe Técnica
Cibele Rodrigues Silva, João Mota Jr. e Raphael Lebsa do Prado

Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap

Wanderley Messias da Costa
Diretor Executivo

Márgara Raquel Cunha
Diretora Técnica de Formação Profissional

Coordenação Executiva do Projeto
José Lucas Cordeiro

Coordenação Técnica
Impressos: Dilma Fabri Marão Pichoneri
Vídeos: Cristiane Ballerini

Equipe Técnica e Pedagógica
Ana Paula Alves de Lavos, Carlos Ricardo Bifi, Elen Cristina
S. K. Vaz Döppenschmitt, Emily Hozokawa Dias, Fabiana
de Cássia Rodrigues, Fernando Manzieri Heder, Herbert

Rodrigues, Jonathan Nascimento, Laís Schalch, Liliane
Bordignon de Souza, Maria Helena de Castro Lima, Paula
Marcia Ciacco da Silva Dias, Rodnei Pereira, Selma Borghi
Venco e Walkiria Rigolon

Autores
Arte: Roseli Ventrella e Terezinha Guerra; *Biologia*: José Manoel
Martins, Marcos Egelstein, Maria Graciete Carramate Lopes
e Vinicius Signorelli; *Filosofia*: Juliana Litvin de Almeida e
Tiago Abreu Nogueira; *Física*: Gustavo Isaac Killner; *Geografia*:
Roberto Giansanti e Silas Martins Junqueira; *História*: Denise
Mendes e Márcia Juliana Santos; *Inglês*: Eduardo Portela;
Língua Portuguesa: Kátia Lomba Brakling; *Matemática*: Antonio
José Lopes; *Química*: Olímpio Salgado; *Sociologia*: Dilma Fabri
Marão Pichoneri e Selma Borghi Venco

Gestão do processo de produção editorial

Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Mauro de Mesquita Spínola
Presidente da Diretoria Executiva

José Joaquim do Amaral Ferreira
Vice-Presidente da Diretoria Executiva

Gestão de Tecnologias em Educação

Direção da Área
Guilherme Ary Plonski

Coordenação Executiva do Projeto
Angela Sprenger e Beatriz Scavazza

Gestão do Portal
Luis Marcio Barbosa, Luiz Carlos Gonçalves, Sonia Akimoto e
Wilder Rogério de Oliveira

Gestão de Comunicação
Ane do Valle

Gestão Editorial
Denise Blanes

Equipe de Produção
Editorial: Carolina Grego Donadio e Paulo Mendes
Equipe Editorial: Adriana Ayami Takimoto, Airton Dantas
de Araújo, Alícia Toffani, Amarilis L. Maciel, Ana Paula S.
Bezerra, Andressa Serena de Oliveira, Bárbara Odria Vieira,
Carolina H. Mestriner, Caroline Domingos de Souza, Cíntia

Leitão, Cláudia Letícia Vendrame Santos, David dos Santos
Silva, Eloiza Mendes Lopes, Érika Domingues do Nascimento,
Fernanda Brito Bincoletto, Flávia Beraldo Ferrare, Jean Kleber
Silva, Leonardo Gonçalves, Lorena Vita Ferreira, Lucas Puntel
Carrasco, Luiza Thebas, Mainã Greeb Vicente, Marcus Ecclissi,
Maria Inez de Souza, Mariana Padoan, Natália Kessuani Bego
Maurício, Olivia Frade Zambone, Paula Felix Palma, Pedro
Carvalho, Polyanna Costa, Priscila Risso, Raquel Benchimol
Rosenthal, Tatiana F. Souza, Tatiana Pavanelli Valsi, Thaís Nori
Cornetta, Thamires Carolline Balog de Mattos e Vanessa Bianco
Felix de Oliveira

Direitos autorais e iconografia: Ana Beatriz Freire, Aparecido
Francisco, Fernanda Catalão, José Carlos Augusto, Larissa Polix
Barbosa, Maria Magalhães de Alencastro, Mayara Ribeiro de
Souza, Priscila Garofalo, Rita De Luca, Roberto Polacov, Sandro
Carrasco e Stella Mesquita

Apoio à produção: Aparecida Ferraz da Silva, Fernanda Queiroz,
Luiz Roberto Vital Pinto, Maria Regina Xavier de Brito, Natália
S. Moreira e Valéria Aranha

Projeto gráfico-editorial e diagramação: R2 Editorial, Michelangelo
Russo e Casa de Ideias

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Caro(a) estudante

É com grande satisfação que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, apresenta os Cadernos do Estudante do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho para os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs). A proposta é oferecer um material pedagógico de fácil compreensão, que favoreça seu retorno aos estudos.

Sabemos quanto é difícil para quem trabalha ou procura um emprego se dedicar aos estudos, principalmente quando se parou de estudar há algum tempo.

O Programa nasceu da constatação de que os estudantes jovens e adultos têm experiências pessoais que devem ser consideradas no processo de aprendizagem. Trata-se de um conjunto de experiências, conhecimentos e convicções que se formou ao longo da vida. Dessa forma, procuramos respeitar a trajetória daqueles que apostaram na educação como o caminho para a conquista de um futuro melhor.

Nos Cadernos e vídeos que fazem parte do seu material de estudo, você perceberá a nossa preocupação em estabelecer um diálogo com o mundo do trabalho e respeitar as especificidades da modalidade de ensino semipresencial praticada nos CEEJAs.

Esperamos que você conclua o Ensino Médio e, posteriormente, continue estudando e buscando conhecimentos importantes para seu desenvolvimento e sua participação na sociedade. Afinal, o conhecimento é o bem mais valioso que adquirimos na vida e o único que se acumula por toda a nossa existência.

Bons estudos!

Secretaria da Educação

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Estudar na idade adulta sempre demanda maior esforço, dado o acúmulo de responsabilidades (trabalho, família, atividades domésticas etc.), e a necessidade de estar diariamente em uma escola é, muitas vezes, um obstáculo para a retomada dos estudos, sobretudo devido à dificuldade de se conciliar estudo e trabalho. Nesse contexto, os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs) têm se constituído em uma alternativa para garantir o direito à educação aos que não conseguem frequentar regularmente a escola, tendo, assim, a opção de realizar um curso com presença flexível.

Para apoiar estudantes como você ao longo de seu percurso escolar, o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho produziu materiais especificamente para os CEEJAs. Eles foram elaborados para atender a uma justa e antiga reivindicação de estudantes, professores e sociedade em geral: poder contar com materiais de apoio específicos para os estudos desse segmento.

Esses materiais são seus e, assim, você poderá estudar nos momentos mais adequados – conforme os horários que dispõe –, compartilhá-los com sua família, amigos etc. e guardá-los, para sempre estarem à mão no caso de futuras consultas.

Os Cadernos do Estudante apresentam textos que abordam e discutem os conteúdos propostos para cada disciplina e também atividades cujas respostas você poderá registrar no próprio material. Nesses Cadernos, você ainda terá espaço para registrar suas dúvidas, para que possa discuti-las com o professor sempre que for ao CEEJA.

Os vídeos que acompanham os Cadernos do Estudante, por sua vez, explicam, exemplificam e ampliam alguns dos assuntos tratados nos Cadernos, oferecendo informações que vão ajudá-lo a compreender melhor os conteúdos. São, portanto, um importante recurso com o qual você poderá contar em seus estudos.

Além desses materiais, o Programa EJA – Mundo do Trabalho tem um site exclusivo, que você poderá visitar sempre que desejar: <<http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br>>. Nele, além de informações sobre o Programa, você acessa os Cadernos do Estudante e os vídeos de todas as disciplinas, ao clicar na aba **Conteúdo CEEJA**. Já na aba **Conteúdo EJA**, poderá acessar os Cadernos e vídeos de Trabalho, que abordam temas bastante significativos para jovens e adultos como você.

Os materiais foram produzidos com a intenção de estabelecer um diálogo com você, visando facilitar seus momentos de estudo e de aprendizagem. Espera-se que, com esse estudo, você esteja pronto para realizar as provas no CEEJA e se sinta cada vez mais motivado a prosseguir sua trajetória escolar.

TENHO DÚVIDAS JÁ ESTUDEI **Unidade 1 – Regionalização do espaço mundial 9**Tema 1 – Processos de regionalização e criação de blocos econômicos regionais 9 Tema 2 – Os blocos econômicos regionais: limites e possibilidades 24 **Unidade 2 – A urbanização mundial 35**Tema 1 – A urbanização nos países desenvolvidos e em desenvolvimento:
urbanização e metropolização 35 Tema 2 – As cidades vistas por dentro: os desafios do mundo
urbano contemporâneo 50 **Unidade 3 – Cultura e espaço geográfico no mundo atual 64**Tema 1 – Cultura e espaço geográfico 64 Tema 2 – A diversidade cultural na América Latina 85 **Unidade 4 – África: marcas do passado, desafios contemporâneos 97**Tema 1 – África: antecedentes históricos 97 Tema 2 – África: desafios contemporâneos 110

Caro(a) estudante,

Você está iniciando agora o último Volume do Ensino Médio da disciplina Geografia, do Programa EJA – Mundo do Trabalho. A continuidade dos estudos é uma decisão importante, que tem influência na sua vida: na família, nas relações que você estabelece com seus conhecidos e, principalmente, no percurso profissional.

Neste Caderno, você encontrará novas possibilidades de interagir com os conteúdos e as atividades que ampliarão seus conhecimentos. Por isso, aproveite-o com empenho e dedicação. Reflita sempre sobre a importância de estudar Geografia e sobre como os conhecimentos geográficos podem facilitar o convívio e a inclusão social.

É fato que os conhecimentos de Geografia ajudam na compreensão do mundo, na leitura de informações que nos chegam todos os dias e na interação com elas de maneira crítica e coerente.

Este Caderno traz estudos sobre a produção e a organização do espaço no mundo atual e examina processos de regionalização, com ênfase na constituição de blocos econômicos regionais. Além disso, apresenta aspectos da urbanização em diferentes países, as relações entre cultura e espaço geográfico e um enfoque sobre as realidades da América Latina e da África.

A Unidade 1 examina processos de regionalização em escala mundial. Discute os conceitos de região e desenvolvimento e avalia diferentes classificações de países. Em seguida, discute os diferentes contextos que ocasionaram processos de cooperação e integração regional e a formação de blocos econômicos regionais, criando unidades supraestatais; detalha, por fim, estudos sobre a construção da União Europeia e do Mercosul.

A Unidade 2 tem como tema a urbanização mundial e examina de que forma a expansão urbana aconteceu em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com base em conceitos como *cidade*, *urbano*, *população urbana*, *metrópole*, *metropolização* e *segregação espacial urbana*, também analisa as estruturas internas das cidades, discutindo os principais desafios urbanos da atualidade e o potencial das cidades para melhorar a vida das pessoas.

A Unidade 3 é dedicada ao estudo das relações entre cultura e espaço geográfico. Discute os conceitos de *cultura*, *espaço*, *diversidade cultural*, *identidade cultural* e *patrimônio cultural da humanidade* e realiza um mapeamento sobre as línguas e religiões no mundo. Finaliza com um estudo sobre a América Latina, da origem do termo à constituição histórica dessa região, levando em conta suas composições étnica e linguística e as perspectivas de integração cultural na atualidade.

Por fim, a Unidade 4 está voltada ao exame de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da África. Nela, analisam-se antecedentes históricos que conduziram à grande heterogeneidade política, social e cultural do continente, tais como a diversidade social e cultural existente nas fases pré-coloniais, o sistema escravista colonial e a partilha da África por potências europeias. Considerando esses percursos, a Unidade apresenta alguns desafios atuais do continente, como a busca pela estabilidade política e pelo crescimento econômico; a superação de conflitos e da pobreza; e a valorização de sua riqueza cultural.

A Geografia tem como objeto de estudo o espaço que o ser humano produz e transforma. Assim, entre suas principais ferramentas, tem-se a leitura e a interpretação de textos, mapas e gráficos, que o ajudarão a aprofundar seus saberes e relacionar diferentes fatos e fenômenos relativos ao mundo. Além disso, esses recursos possibilitarão que você utilize diversas fontes de informações presentes no cotidiano, como textos de jornais e revistas, imagens e filmes, de forma mais crítica e consciente. É recomendável, portanto, recordar o que já estudou e/ou consultar os materiais disponíveis nos Volumes 1 e 2.

Bons estudos e aproveite!

TEMAS

1. Processos de regionalização e criação de blocos econômicos regionais
2. Os blocos econômicos regionais: limites e possibilidades

Introdução

Nesta Unidade, você examinará aspectos da regionalização do espaço mundial por meio da análise de propostas de classificação e divisão regional de países e das novas formas de organização do espaço, os *blocos econômicos regionais*, como o Mercosul. Você os estudará considerando origem, objetivos, países-membros, formas de cooperação e estratégias de inserção nos competitivos mercados globais. Os processos e as dinâmicas regionais no mundo serão também uma base para as próximas Unidades deste Volume.



Sede do Mercado Comum do Sul (Mercosul) na cidade de Montevideu, capital do Uruguai, 2011.

Processos de regionalização e criação
de blocos econômicos regionais

TEMA 1

Neste tema, você estudará algumas divisões regionais do espaço mundial que apresentam conhecidas classificações de países, usadas em pesquisas pela Organização das Nações Unidas (ONU), por órgãos de imprensa e na própria vida cotidiana. Em seguida, você verá o que levou à criação de blocos regionais que envolvem tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Para você, o Brasil é um país desenvolvido ou em desenvolvimento? Como classificar a China e a Índia, que vêm tendo forte crescimento econômico há aproximadamente duas décadas? Em seus estudos escolares, qual classificação você utiliza ou já utilizou para se referir a países desenvolvidos e países em desenvolvimento? Escreva suas reflexões nas linhas a seguir.



Classificações regionais de países: reflexões

Para saber mais sobre critérios de classificação de países, é importante compreender como ocorrem os processos de *regionalização* em escala global. Uma regionalização muito comum, nesse caso, é a que divide o mundo em continentes. Mas o dinamismo das crescentes inter-relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre países e regiões, sobretudo nos atuais fluxos da globalização, exige que se pense em critérios que vão além desses aspectos físicos (naturais).

As sociedades, em suas atividades, promoveram ao longo do tempo um contínuo processo de *diferenciação de áreas*, construindo cidades e estradas, extraindo recursos ou implantando cultivos, processos que se intensificaram nas modernas sociedades capitalistas. Ao fazerem isso, constituíram regiões, que podem ser entendidas como unidades espaciais com traços peculiares, que as distinguem das demais, seja porque algumas se especializaram em certas atividades produtivas, seja em função de sua maior densidade populacional e de atividades e tecnologias (transporte, energia, comunicações etc.).

Além dos aspectos já mencionados, fatores de ordem cultural (língua, religião etc.) também são utilizados para delimitar espaços. Ao se falar em regiões, portanto, prevalecem formas de classificação ou agrupamentos de países pautados em critérios sociais e econômicos, estando esses países distantes ou não uns dos outros. Os fenômenos e as relações discutidos na escala regional ultrapassam modos de vida locais e, ao mesmo tempo, articulam-se com a escala global. Assim, grandes polos regionais se desenvolvem com mais ou menos êxito, por meio de diálogos bilaterais entre conjuntos regionais, como União Europeia (UE)-Mercosul; União Europeia-Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) etc.



Classificações regionais de países: uma revisão

Examinar classificações regionais é uma ferramenta útil para saber mais sobre características e condições de países e as relações entre eles. Algumas classificações foram utilizadas no passado recente, em especial após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), como *Norte/Sul* e *Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos*. E outras ainda são adotadas, como *Países desenvolvidos/em desenvolvimento*. Em regra, baseiam-se em critérios econômicos e, como qualquer classificação, possuem possibilidades e limites, especialmente se forem consideradas as transformações econômicas e as dinâmicas globais das últimas duas décadas. Nos três casos, os países estão agrupados segundo *níveis de desenvolvimento*.

Na designação *Norte/Sul*, estariam no *Norte* países exportadores de bens industrializados, de maior valor no mercado mundial, e importadores de bens primários, produzidos e exportados pelos países do *Sul*. Essa classificação reflete a histórica exploração de territórios do *Sul* nas fases de colonização, mas não capta mudanças recentes, como a ascensão econômica de países deste último grupo.

Denomina-se *Primeiro Mundo* os países ricos, que possuem características como: crescimento constante do Produto Interno Bruto (PIB); forte mercado interno; industrialização, urbanização e desenvolvimento científico-tecnológico elevados; e economia diversificada. Em geral, apresentam boas condições sociais, como o acesso à saúde e à educação. Entretanto, essa classificação também apresenta algumas limitações: embora seja a região mais urbanizada do planeta, a América Latina não faz parte do chamado *Primeiro Mundo*, o que pode dar a entender que esse não é um critério valorizado para essa classificação.

São classificados como *Segundo Mundo* os países de economia planificada ou *socialistas*, ou seja, com economia centralmente planejada e gerida pelo Estado, propriedade coletiva dos meios de produção e regime de partido político único. Esse conjunto de países foi representativo até o início da década de 1990, período

em que o país-líder, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), começou a se dissolver. Mas ainda existem remanescentes que mantiveram tais características, pelo menos parcialmente, como Cuba, Coreia do Norte e China.

O termo *Terceiro Mundo* deriva da expressão usada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990), que falava em Terceiro Estado para se referir aos pobres e marginalizados da França no período da Revolução Francesa, no final do século XVIII. Portanto, era utilizado para designar o conjunto dos países pobres ou explorados pelos países ricos.

As expressões *desenvolvido* e *subdesenvolvido*, muito usadas após a 2ª Guerra Mundial e a descolonização na África e na Ásia, foram mudando com o tempo. Em 1957, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relatório, procurou atenuar o termo *subdesenvolvido*, adotando em seu lugar *país em desenvolvimento*. Atualmente, o termo é frequente na imprensa, em pesquisas acadêmicas e em documentos de órgãos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual, com ressalvas, também fala em *Norte e Sul*.

As classificações regionais receberam críticas, porque tendiam a reunir países em grandes conjuntos, como se formassem um todo homogêneo, sem diferenças internas. Hoje, é notório o crescimento econômico e o maior destaque no cenário mundial de países como China, Índia, Brasil, Rússia, Turquia, México, África do Sul e outros. Essas dinâmicas mostram, portanto, que as classificações não são fixas, imutáveis. Elas precisam ser revistas para acompanhar as transformações mundiais.

Além disso, há desigualdades sociais em toda parte, seja no *Sul* ou no *Norte*. Basta ver a condição, muitas vezes, precária de grupos imigrantes e seus descendentes na Europa ocidental ou os bolsões de pobreza que existem nas grandes cidades estadunidenses. Por outro lado, países com fortes desigualdades sociais, como Índia e Brasil, contam com bolsões de excelência econômica e de elevado padrão de vida.



Prédio de escritórios executivos em Mumbai, ao lado de moradias precárias, mostra o contraste entre ricos e pobres na Índia, 2011.

A ideia de “país em desenvolvimento” também pode conduzir, de forma errônea, à ideia de que todos devem trilhar o mesmo caminho, buscando tornar-se

“desenvolvidos”, com base em uma ideologia capitalista que tem os países ricos como “modelo”. Cada país, sociedade ou região possui, no quadro das relações internacionais, percursos históricos próprios. Além disso, caso o nível de produção e consumo atualmente vigente nos chamados países desenvolvidos se tornasse universal, o impacto ambiental seria imenso. Por isso, alguns autores questionam o próprio conceito de desenvolvimento, que, em termos históricos, não considerou o paradigma ambiental.



© Miguel Medina/AFP/Getty Images

Área com habitações precárias ao lado de um moderno estádio (ao fundo) em Paris, França, 2012.

Qualquer que seja a denominação, o que se recomenda é seu uso criterioso e cuidadoso, sempre considerando a diversidade e as diferenças internas entre os países. Levando em conta esses pontos, esta Unidade e o próprio Volume adotam os termos usados pelo PNUD: *países em desenvolvimento* e *países desenvolvidos*.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

As insuficiências das classificações regionais derivam também dos critérios adotados. Tradicionalmente, eles se baseiam apenas em critérios econômicos, como o PIB ou o PIB *per capita*, ou seja, o valor total do PIB a cada ano dividido pelo número de habitantes de um país. Vale lembrar que o PIB é a soma (em valores monetários) de tudo o que um país produz em um dado período.

Em 1990, o PNUD lançou um novo conjunto de indicadores, traduzido pelo Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Calculado e publicado anualmente, o IDH vai além dos resultados econômicos de cada sociedade. Medido de zero a um (quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano), ele leva em conta:

- uma vida longa e saudável (saúde), medida pela expectativa de vida;
- o acesso ao conhecimento e à educação, medido por: a) média de anos da escolarização dos adultos, realizada durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; b) expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, ou seja, o número total de anos de escolaridade que uma criança pode esperar receber;
- o padrão de vida (renda), medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* convertida para dólares internacionais usando as taxas de Paridade de Poder de Compra (PPC). A PPC é utilizada para efetuar comparações internacionais entre o nível de poder das diferentes moedas nacionais.



FICA A DICA!

Para conhecer os resultados do Ranking IDH Global 2013, consulte o portal brasileiro do PNUD, disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acesso em: 17 out. 2014.



Vista de Alesund, na Noruega, país com o maior IDH em 2013.

Os países que lideram o *ranking* do IDH alcançaram equilíbrio entre desempenho econômico e condições de vida da população, como Noruega, Austrália, Holanda e Nova Zelândia, além, é claro, de potências como Estados Unidos, Alemanha e Japão. Entre os que apresentam baixo IDH – revelando a persistência de um fosso profundo entre os países – estão Chade, Moçambique, Níger e República Democrática do Congo (RDC).

Mais que uma proposta de divisão regional, o IDH pretende oferecer subsídios a fim de que os países desenvolvam políticas para melhorar a vida da população e persigam as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), elaborados pela ONU em 2000. Mas nem mesmo o IDH abrange todos os itens que levariam ao desenvolvimento humano, como se pode observar no texto a seguir.

Países desenvolvidos, países industrializados

Os países desenvolvidos são aqueles em que a maioria da população tem acesso à satisfação de todas as necessidades vitais, bem como a certo conforto e à educação. O termo aproxima-se do de países industrializados, que designa os países cuja economia baseia-se principalmente nas atividades industriais (em oposição às economias dependentes da produção agrícola e de matérias-primas). Essa noção não é isenta de **arbitrariedade**, dado que serve, sobretudo, para designar “os países mais industrializados do mundo” que se reúnem no **G-8**. Se o critério principal discriminador, por muito tempo utilizado para qualificar os países desenvolvidos, foi o Produto Interno Bruto (PIB), hoje convém raciocinar principalmente em função do nível de desenvolvimento humano. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) [...] considera que os países desenvolvidos são aqueles cujo IDH é superior ou igual a 0,8. Em 2007, havia, de acordo com essa definição, 70 países desenvolvidos no mundo (principalmente os países da Europa, da América do Norte, do Leste asiático e da Oceania). [...]

DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 156.



Glossário

Arbitrariedade

De arbitrário; o que não tem fundamento lógico, não segue regras ou normas; que depende apenas da vontade ou do arbítrio daquele que age.

G-8

Grupo dos países mais ricos e industrializados do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e, desde 1998, Rússia). Reúnem-se para traçar estratégias comuns em questões econômicas e políticas. Em 2014, a Rússia anexou a Península da Crimeia, que integrava o território da Ucrânia. Em função disso, a Rússia não foi convidada a participar desse fórum econômico no ano em questão.



A constituição de blocos econômicos regionais

Leia esta passagem do Relatório de Desenvolvimento Humano 2013, publicado pelo PNUD:

A ascensão do Sul tem decorrido a uma velocidade e escala sem precedentes. Por exemplo, a China e a Índia iniciaram a sua atual fase de crescimento econômico com cerca de [1 bilhão] de habitantes cada, tendo duplicado o seu produto *per capita* em menos de 20 anos — uma força econômica que se repercutiu sobre uma população muito mais numerosa do que na Revolução Industrial. Até 2050, prevê-se que, em termos de paridade de poder de compra, o Brasil, a China e a Índia, em conjunto, sejam responsáveis por 40% do produto mundial.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*, p. 1. Disponível em: <<http://www.un.org/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

O texto reconhece a ascensão econômica de países em desenvolvimento, em especial os integrantes do Brics, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (em inglês, South Africa). Do mesmo modo, lideranças de países ricos também reconhecem esse fato, convidando representantes dos países em desenvolvimento para participar de fóruns de discussão econômica, como o G20.

Países em desenvolvimento situados na África, na Ásia e na América Latina também criaram encontros para debater interesses comuns, como os subsídios concedidos pelos países ricos a seus agricultores. Isso, na visão dos países em desenvolvimento, cerceia a livre concorrência no mercado agrícola mundial, pois os subsídios tendem a reduzir artificialmente os custos de produção. Por essa razão, o tema tem sido pauta de intensos debates e negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), colocando os dois grupos de países em lados opostos.

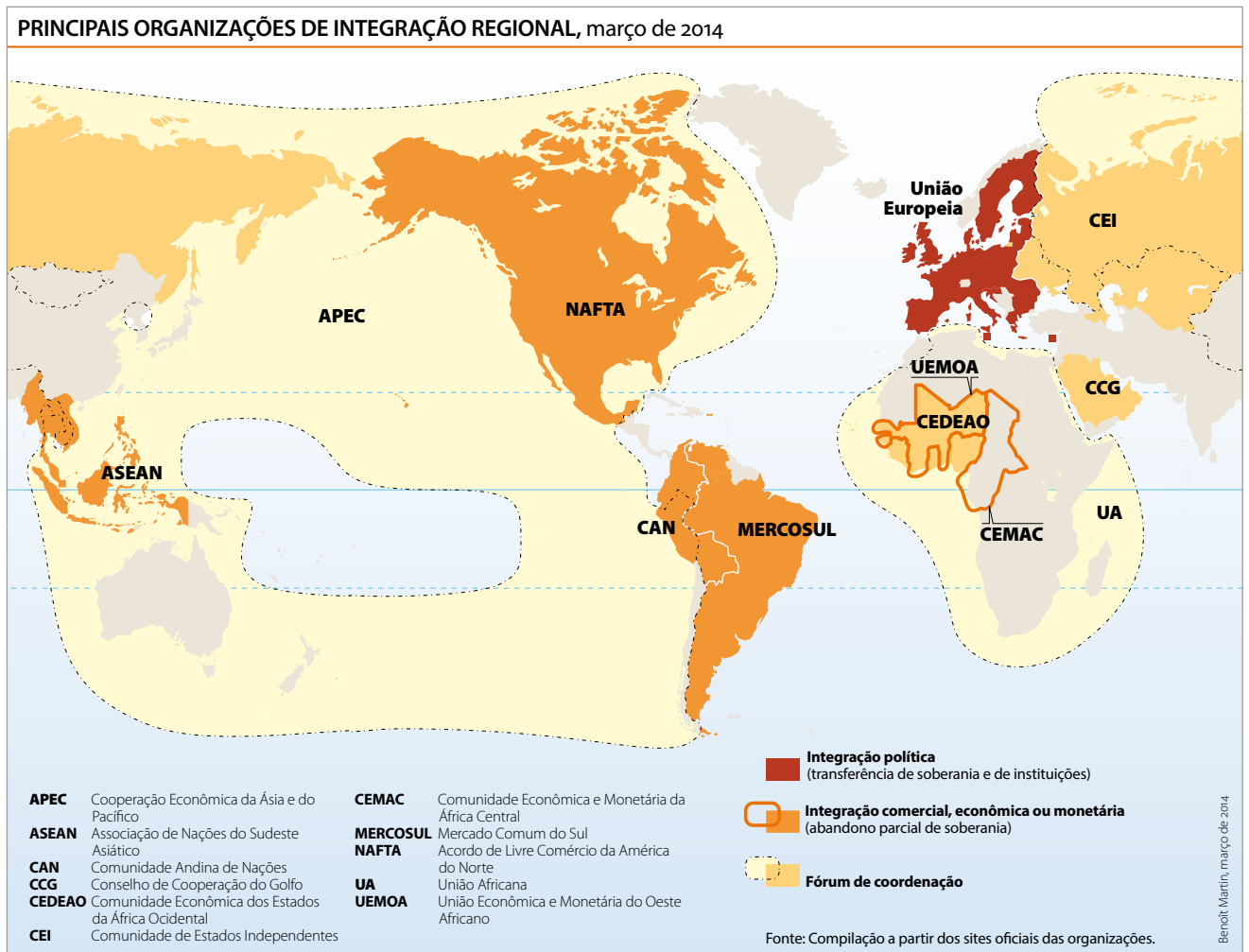
É nesse quadro – marcado por transformações econômicas, aceleração de fluxos de pessoas, bens e informações e aumento do peso político-econômico dos “emergentes” – que se consolidaram os organismos de cooperação regional. Alguns deles, como a UE, já vinham sendo gestados desde os anos 1950.

ATIVIDADE

1

Identificando os blocos econômicos regionais atuais

O mapa da próxima página identifica as principais organizações de integração regional no mundo. Observe-o e depois responda às questões. Lembre-se: para proceder à leitura do mapa, fique atento às cores, às hachuras e aos símbolos utilizados.



ATELIER de Cartographie de Sciences Po, 2014. Mapa original. Tradução: Renée Zicman.

1 Dê exemplos de dois países que participam de mais de uma organização regional. Se necessário, consulte um mapa-múndi de divisão política.

2 Quais organizações de integração regional existem no continente americano?



Blocos econômicos regionais: a diversidade das regionalizações

Diversas organizações de integração regional políticas ou econômicas foram criadas após a 2ª Guerra Mundial. Isso está associado à Guerra Fria e aos processos de descolonização. No primeiro caso, porque, após o conflito mundial, formou-se um conjunto que reunia países socialistas, liderados pela URSS. No segundo caso, com a descolonização, novos países independentes surgiram, ampliando possibilidades de criar mecanismos de integração regional.

Nesse quadro, foram estabelecidos também organismos *multilaterais*, reunindo países para coordenar ações e buscar formas de cooperação em diversos campos (econômico, político, defesa, resolução de conflitos etc.). São exemplos a ONU, fundada em 1945, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948.

Nas últimas décadas do século XX, acelerou-se o processo de criação de órgãos de *integração regional*, que aqui são chamados de *blocos econômicos regionais*. Eles são, em primeiro lugar, associações entre Estados soberanos. Portanto, organismos *supranacionais* ou *supraestatais* que supõem algum nível de *transferência de soberania*. Significa dizer que cada país, por livre escolha, transfere aos órgãos centrais do bloco do qual participa o papel de coordenar ou estabelecer determinadas políticas.

Assim, em regra, esses órgãos surgem para retirar entraves às trocas comerciais entre os países-membros e destes com outros países e blocos. Portanto, cada bloco formula e aprova seus regulamentos internos e formas de inserção no mercado global.

Quanto aos graus de integração, os blocos existentes são muito diferentes entre si. Alguns são puramente *áreas de livre comércio* (como o Nafta), outros pretendem realizar a *união monetária* (como Cedeao e Uemoa, na África) e outros são, ainda, organismos que promovem fóruns de diálogo e coordenação quanto a questões *políticas* ou de *cooperação militar* (casos da União Africana e do Conselho de Cooperação do Golfo).

Do ponto de vista econômico ou, mais estritamente, comercial, distinguem-se quatro modalidades de integração regional (leia o texto da próxima página). No próximo tema, serão tratados aspectos específicos de alguns importantes blocos econômicos e seus principais desafios e perspectivas.

Modalidades de integração regional no mundo atual

Área ou zona de livre comércio – prevê a redução ou eliminação de barreiras ou tarifas alfandegárias entre os países-membros. Porém, cada um deles mantém seus próprios sistemas tarifários em relação a terceiros. (Exemplos: Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – Apec e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta.)

União aduaneira (ou alfandegária) – é um estágio de integração mais avançado que o primeiro, em que os países-membros estabelecem e adotam uma tarifa externa comum, a chamada TEC. (Exemplo: atual estágio do Mercosul, [embora este ainda não conte com uma zona de livre circulação de mercadorias].)

Mercado comum – além da TEC e do livre comércio de bens, existe a livre circulação de fatores de produção (capitais, serviços, mão de obra) no interior do bloco sem restrições. Nesta fase, é importantíssima a coordenação de políticas econômicas mais amplas. A mobilidade de mão de obra também exige prévia compatibilização entre os países quanto aos sistemas de contratação de trabalhadores, previdência social, seguro-desemprego e outros. (Exemplo: União Europeia na fase anterior à da união econômica e monetária).

União econômica e monetária – é o estágio mais avançado de um processo de integração regional. Trata-se de um mercado comum em que se aprofunda a livre circulação e a integração e em que os países adotam políticas de desenvolvimento e intercâmbio comuns e uma mesma moeda, esta sob o controle de um Banco Central único. Nesta fase há importantes transferências de soberania, dos Estados para organismos políticos do bloco. Um exemplo é o da União Europeia na fase atual. Nela, o Banco Central europeu define as diretrizes e executa políticas monetárias no âmbito do bloco.

FONSECA, Fernanda P. et al. *Geografia: um olhar sobre o espaço mundial*. São Paulo: AJS, 2012, p. 115.

Os blocos cumprem também outras funções além da econômica. Uma delas é a de natureza *política*, que envolve a manutenção da paz, da segurança e da estabilidade política dos países-membros. Esse é um dos objetivos centrais, por exemplo, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, em inglês), que envolve países dilacerados, até recentemente, por sangrentas guerras civis e conflitos internos, como Angola e África do Sul.

Em regra, os blocos definem em seus estatutos internos as condições para o ingresso de novos membros. A estabilidade política é uma delas, valorizando sistemas democráticos de representação política. Cabe também a cada país ter as contas públicas em ordem. Interessa para o bloco, nesses casos, preservar a estabilidade econômica, fiscal e política de cada um de seus integrantes.

Alguns blocos são anteriores ao período em que, para muitos, aceleraram-se mecanismos e processos da globalização. Entre eles estão a Comunidade Andina (CAN), criada em 1969, e a Comunidade do Caribe (Caricom), de 1973. A UE tem origens mais longínquas, surgindo logo após a 2ª Guerra Mundial. Mas, em grande parte, os blocos econômicos foram criados e se consolidaram para buscar melhor inserção nos quadros da globalização.



Edifício do Parlamento Europeu, onde países-membros da União Europeia se reúnem para tratar de assuntos em comum. Estrasburgo, França, 2006.

No continente americano, em especial na América do Sul, há um projeto de afirmar a autonomia e a identidade regional – sul-americana e latino-americana – diante da hegemonia e da presença histórica dos Estados Unidos. Mas os blocos econômicos da região ainda enfrentam impasses e obstáculos para dinamizar as relações econômicas entre os países-membros, como é o caso do Mercosul, assunto a ser tratado no Tema 2.

Por sua vez, a África, no contexto atual, não pode mais ser vista como sinônimo de guerras, fome e doenças. Países como África do Sul, Moçambique, Angola e Sudão vêm registrando forte crescimento econômico, os dois últimos em razão da exploração de suas elevadas reservas de petróleo. Esses e outros países também vêm recebendo investimentos estrangeiros diretos, sobretudo chineses. Pesquisas indicam, ainda, ascensão social em diversos deles, com aumento expressivo do consumo de bens, como televisores e telefones celulares, e com a elevação de padrões de renda média.

Mesmo assim, ainda existem desafios gigantescos, como as contendas étnico-culturais, políticas e territoriais; a inserção da África na economia global em condição de dependência e muitas precariedades em quesitos como infraestrutura urbana, moradia, alimentação, acesso à saúde e à água potável.

As instituições regionais asiáticas, por sua vez, ainda necessitam de maior consolidação e criação de mecanismos para enfrentar problemas transnacionais. Existem iniciativas de aproximação da Asean com a China e a Índia, gigantes econômicos e demográficos da Ásia, sem os quais não é possível pensar nos destinos daquele continente. E, atualmente, há economias em franco crescimento na região, como a do Vietnã.

Assim, cabe a cada bloco assegurar a estabilidade política e econômica dos países-membros e atenuar dificuldades advindas das diferenças entre seus componentes. O desafio atual é, também, o de compatibilizar os interesses específicos de cada bloco, diante de um mercado global cada vez mais competitivo.



PARA SABER MAIS

Integração regional na Ásia

Criou-se, em 1967, a Asean, uma zona de livre comércio do sudeste asiático. Parte dos países passou a sediar filiais de transnacionais, operando na produção de peças e componentes.

Há disparidades internas a considerar. Indonésia e Vietnã vêm apresentando crescimento econômico, embora sejam gigantes demográficos pobres. Contrastando com eles, há territórios ricos e muito pequenos, como Brunei e Cingapura. Após forte crise econômica ocorrida em 1997, a reestruturação da região – além das reestruturações que aconteceram na China, no Japão e na Coreia do Sul – não resultou em políticas comuns: o forte crescimento chinês contrasta com o declínio econômico japonês.

Outro processo em curso é o da Apec, criada em 1989 por iniciativa da Austrália, buscando antecipar-se aos efeitos do livre comércio mundial. A Apec, entretanto, ainda está se estruturando. Trata-se, por enquanto, de uma comunidade a ser formalizada a longo prazo.



Um aspecto sempre ressaltado sobre a globalização e a ação dos blocos econômicos regionais é que eles estimulam a livre circulação de bens, pessoas, serviços e informações. Isso, de fato, ocorre dentro de alguns blocos. Mas o mesmo não ocorre com os imigrantes que procuram ingressar, por exemplo, em alguns países da UE ou do Nafta (em especial, os Estados Unidos). Em sua opinião, por que isso acontece? Quais restrições existem à circulação de trabalhadores? Para você, como essa circulação deveria ser regulamentada? Escreva suas reflexões nas linhas a seguir.



DESAFIO

Sob o chamado processo de globalização, é correto afirmar que, no momento atual:

- a) as disparidades econômicas e sociais entre países ricos e pobres vêm diminuindo.
- b) persiste o controle de acesso aos territórios, em especial para imigrantes de países pobres.
- c) as novas tecnologias de comunicação e informação suprimiram todas as fronteiras entre os países.
- d) pessoas, mercadorias, serviços e informações hoje circulam livremente pelo planeta.

Viagem do Conhecimento/National Geographic, 2008. Disponível em: <http://www.viagemdoconhecimento.com.br/arquivos/PROVA_1_FASE.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Identificando os blocos econômicos regionais atuais

- 1** Entre os países que participam de mais de uma organização de integração regional estão, por exemplo, os EUA (que integram o Nafta e a APEC) e o Peru (integrante da APEC e da CAN).
- 2** Pela análise do mapa, você pôde identificar as seguintes organizações: Nafta, Mercosul e CAN.

Neste tema, serão examinados com mais detalhes processos de criação de blocos econômicos regionais, como a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já leu ou ouviu notícias e comentários sobre a crise econômica enfrentada em países da UE nos últimos anos? Quais seriam esses países e que medidas os órgãos centrais desse bloco adotaram? E quanto ao Mercosul, o que você já sabe quanto aos desafios e impasses enfrentados pelos países-membros do bloco? Na sua opinião, o fato de o Brasil ser a principal economia do Mercosul traz benefícios? Traz também desvantagens? Se a resposta for afirmativa, quais seriam as desvantagens? Escreva suas reflexões nas linhas a seguir.

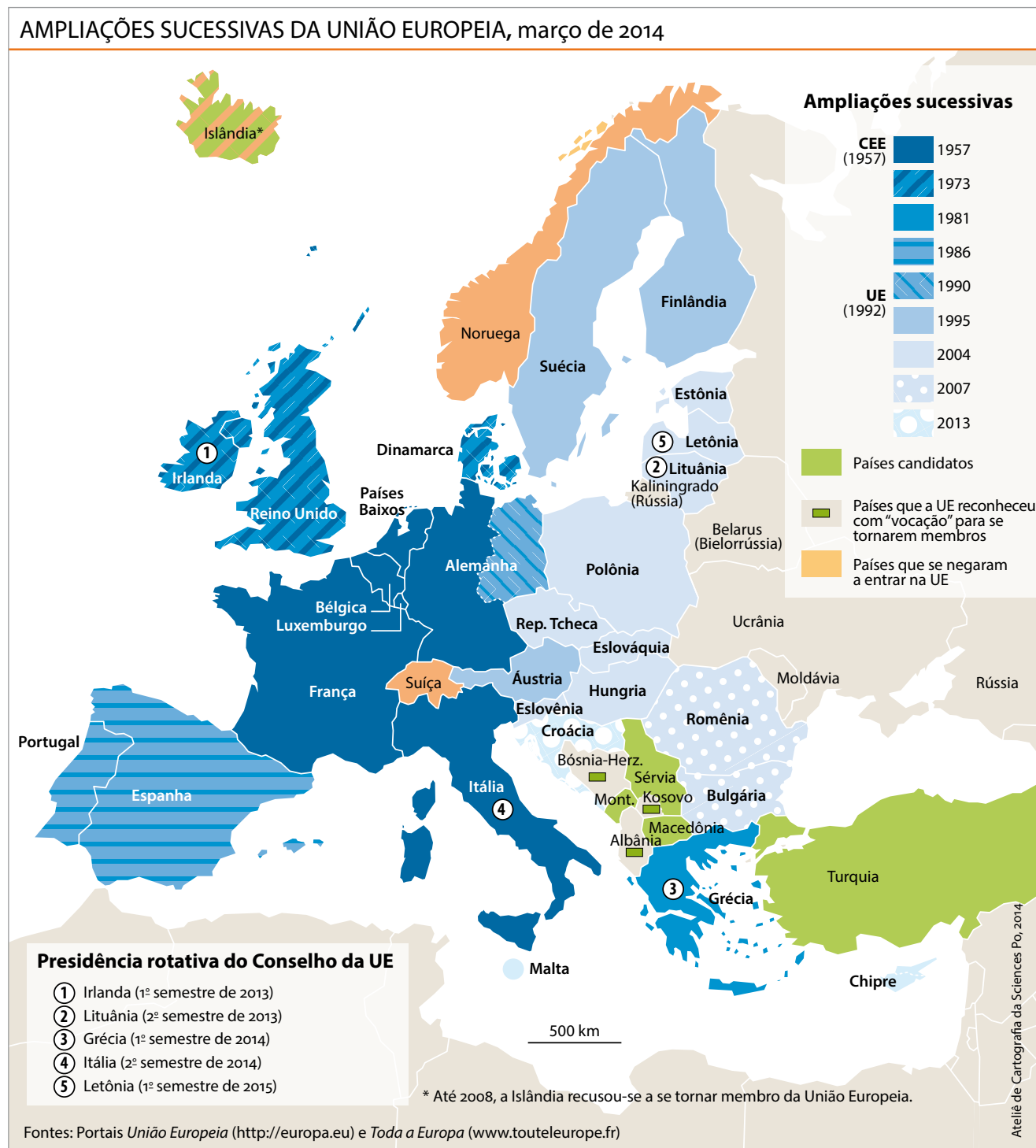


A construção da União Europeia (UE)

A ideia de criar um espaço europeu integrado não é nova. Alguns embriões da integração surgiram no continente logo após a 2ª Guerra Mundial, com a criação do Benelux (1944), acordo de cooperação entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo, e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca), em 1951, com seis fundadores: França, Itália, a então Alemanha Ocidental, mais os países do Benelux.

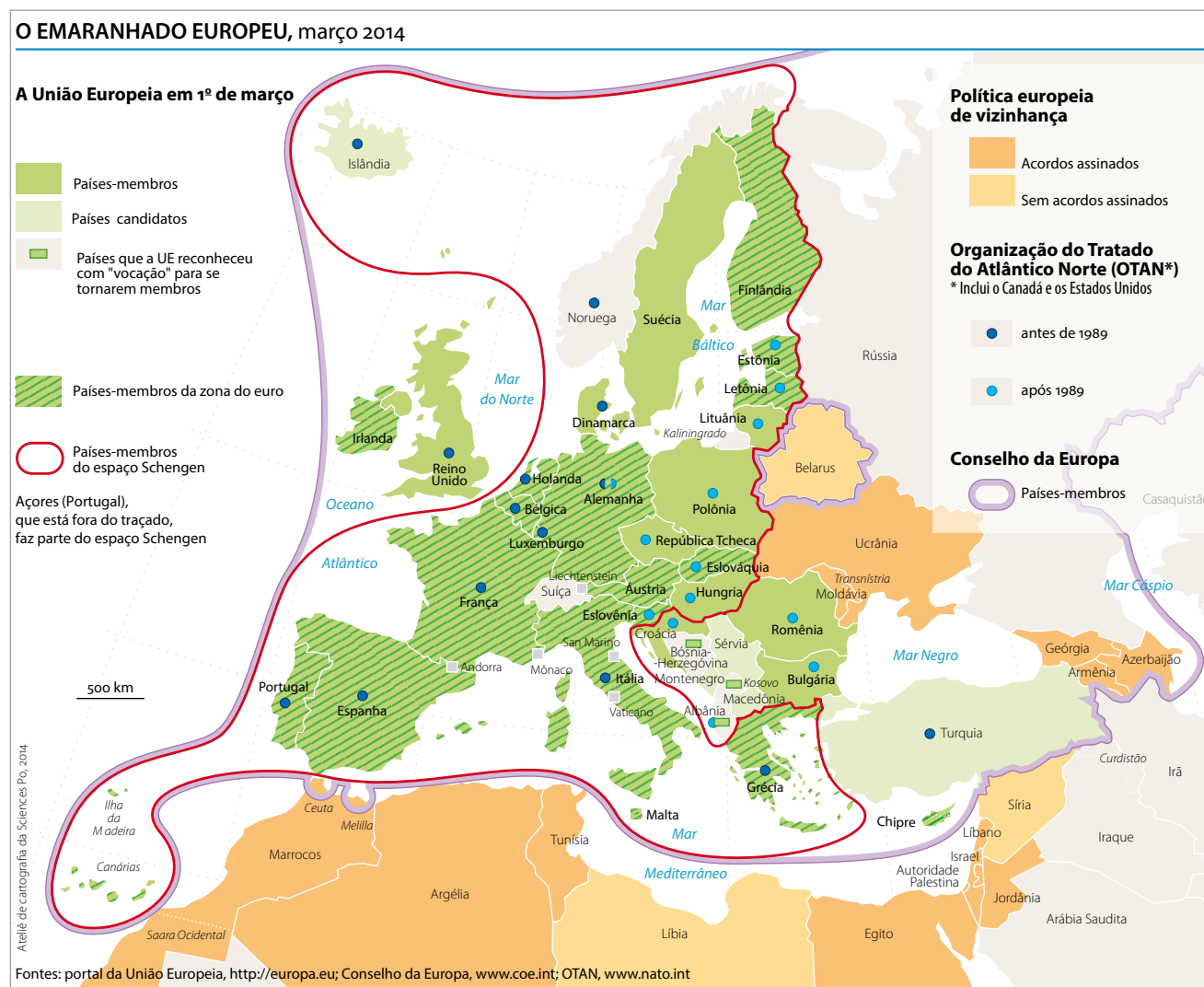
A integração surgiu e se consolidou na Europa como forma de superar rivalidades históricas e buscar estabilidade política. Avaliava-se que, ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, o equilíbrio entre potências (Alemanha, Reino Unido e França) não havia sido bem-sucedido. Assim, elas não foram capazes de evitar as guerras, os conflitos e a violência que devastaram o continente em diversas oportunidades. Desse modo, a ideia de um grande espaço interno de livre circulação de bens, pessoas, capitais e informações, e sem restrições no trânsito entre as fronteiras dos países-membros, criaria maior interdependência e reciprocidade, afastando a possibilidade de novas guerras e disputas.

Nesse quadro, foram criadas as bases para a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, formando a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Ao longo dos anos, países foram sendo integrados ao bloco até chegar aos 28 atuais. O último a ingressar foi a Croácia, em 2013. Observe o mapa *Ampliações sucessivas da União Europeia, março de 2014*, que mostra as adesões que ocorreram até essa data. Repare nos tons de azul, nas outras cores utilizadas e nas datas da legenda.



Em 1985, foi assinado o Acordo de Schengen, que eliminou as fronteiras internas em favor de uma fronteira externa única. A integração foi aprofundada com o Tratado de Maastricht, de 1992, que estabeleceu o Parlamento e a cidadania europeus. Com isso, foi criada a União Europeia (UE), área de livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais, e união econômica e monetária mútua. Instituiu-se o passaporte único e, a partir de 1999, o euro (€), moeda que não é adotada por todos os integrantes do bloco.

O mapa *O emaranhado europeu, março 2014* mostra os países-membros até essa data, os que aderiram à zona do euro e ao Espaço Schengen e, também, os candidatos a ingressar no bloco. Os círculos azuis indicam os que participam da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), entidade de cunho político-militar e de defesa, que conta com a presença dos Estados Unidos da América (EUA).



ATELIER de Cartographie de Sciences Po, 2014. Mapa original. Tradução: Benjamin Potet.

(*) Conselho da Europa: órgão composto por chefes de Estado ou de governo que define políticas gerais da UE, mas não tem poder de estabelecer leis comuns. Isso cabe a outras instituições, como o Parlamento Europeu.

Em estágio bastante aprofundado de integração, ainda não alcançado por outros blocos regionais, as estruturas da UE contam com diversas instituições. Entre elas, além do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa, estão:

- Comissão Europeia – com 28 comissários, um por país, é um órgão que propõe leis ao Parlamento e ao Conselho europeus, busca garantir o cumprimento de leis e gera os fundos e orçamentos de todo o bloco. Representa a UE em negociações com outros países e blocos.
- Banco Central Europeu – responde pelas políticas relativas ao euro.
- Tribunais e banco de investimentos (financia obras em países-membros) – comitês que representam sub-regiões e, ainda, dezenas de agências com tarefas específicas.

Essa estrutura de integração regional permitiu ao bloco se tornar a maior potência comercial do planeta, respondendo por aproximadamente $\frac{1}{3}$ do comércio mundial. Mas não significa que o bloco não tenha desafios.

Ao longo de 2011, a UE se viu diante do debate sobre a crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos e que se expandiu para países do bloco europeu. Isso se deu por causa da situação de países como Irlanda, Espanha, Portugal e, em especial, Grécia. Com a crise, esses países revelaram elevado comprometimento de suas **reservas monetárias** e incapacidade de efetuar o pagamento de suas dívidas.

Nesse contexto, a Grécia recebeu aportes financeiros do bloco e de bancos internacionais. Isso foi feito para evitar turbulências no euro, pois a economia grega não era tão estável e forte quanto a de outros países da UE, como a Alemanha. Em contrapartida, o governo grego se comprometeu a reduzir gastos, sanear as contas públicas e conter os salários – essa última medida gerou fortes protestos no país.

Entre o final de 2013 e o início de 2014, a UE foi pivô de uma rebelião popular na Ucrânia. Debatia-se na ex-república soviética a adoção de um amplo acordo com o bloco, proposta rechaçada pelo então presidente Viktor Yanukovich. Contra a vontade de boa parte dos ucranianos, ele defendia a aproximação com a Rússia. Foi então deposto e fugiu em fevereiro de 2014. A seguir, formou-se um governo



Reserva monetária

Conjunto de moedas, dinheiro ou similares para serem usados em momentos de necessidade. Pode ser composta por reservas bancárias (que devem ser guardadas pelas instituições financeiras) e reservas internacionais (quantidade utilizada pelos países para pagamento de compromissos internacionais), entre outras.

Fonte: BANCO de la República - Colômbia. *Reserva monetaria*.

Disponível em: <<http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/ayudadetareas/economia/econo110.htm>>.

Acesso em: 22 out. 2014.

de coalizão e foi marcada uma nova eleição, da qual saiu vitorioso Petro Poroshenko, pró-ocidental, ou seja, favorável à aproximação com a UE. Em meio à tensão entre o governo ucraniano e os separatistas pró-russos que atuam no leste do país, a Península da Crimeia declarou independência e, logo depois, foi anexada pela Rússia.

Os movimentos separatistas são, também, um desafio a ser enfrentado com cautela na UE. Outra questão que causa preocupação no espaço europeu envolve a efetiva integração de imigrantes à cidadania europeia. Países têm oscilado entre políticas mais ou menos restritivas à entrada de novos contingentes populacionais, sobretudo frente à pressão da xenofobia e de ações extremistas de **neonazistas**.



FICA A DICA!

O filme *Intocáveis* (direção de Éric Toledano e Olivier Nakache, 2012) mostra a relação entre um imigrante africano e um rico cadeirante. A obra traz imagens dos subúrbios de Paris, habitados por imigrantes africanos e seus descendentes, e belas imagens da capital francesa.



Neonazismo

Movimento que resgata ideias do nazismo, base do poder exercido por Adolf Hitler (1889-1945) nos anos anteriores à 2ª Guerra Mundial e durante o conflito. Assim como preconizava o nazismo, o neonazismo prega a superioridade da raça branca e a “pureza” racial, além de promover a discriminação e a xenofobia, muitas vezes com ações violentas contra negros, judeus, homossexuais, imigrantes em geral e outros grupos.



Integração regional no continente americano: Mercosul e Nafta

Os processos de regionalização e formação de organismos de integração nas Américas ocorreram em dois momentos distintos. Primeiramente, nos anos 1960, a ideia de integração foi estimulada por entidades de pesquisas como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Desse quadro resultaram iniciativas como o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), a Comunidade Andina (CAN) e outras associações econômicas. Já em um segundo momento, no período pós-Guerra Fria e de redemocratização na região, surgiram dois importantes blocos: o Mercosul e o Nafta.

O Mercosul foi criado após a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, e tem como membros permanentes o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Em 2006, foram iniciadas as negociações para o ingresso da Venezuela, decisão aprovada em 2013. Conforme dados oficiais de 2012, são Estados associados ou participam das reuniões do Mercosul: a Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Equador, a Guiana e o Suriname.

O Mercosul resulta, antes de tudo, da superação de rivalidades históricas entre brasileiros e argentinos, que são as duas maiores economias do bloco. Entre os objetivos principais (oficiais) estão:

1. A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
2. O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum com relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
3. A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes: de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;
4. O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

MERCOSUL. *Em poucas palavras*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/show?contentid=5908&channel=secretaria>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
© MERCOSUL <secretaria@mercosur.org.uy>

O mapa a seguir localiza os países do Mercosul, Estados associados e também a União de Nações Sul-americanas (Unasul), entidade de caráter político criada em 2007.



ATELIER de Cartographie de Sciences Po, 2014. Mapa original. Tradução: Renée Zicman.

O Mercosul foi instituído em um período em que a maior parte dos países da América Latina recusava a proposta de criação de um amplo espaço de livre comércio composto por países das Américas do Norte, Central e do Sul, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) – ideia lançada em 1990 pelo então presidente dos Estados Unidos, George Bush, mas abandonada em definitivo anos depois.

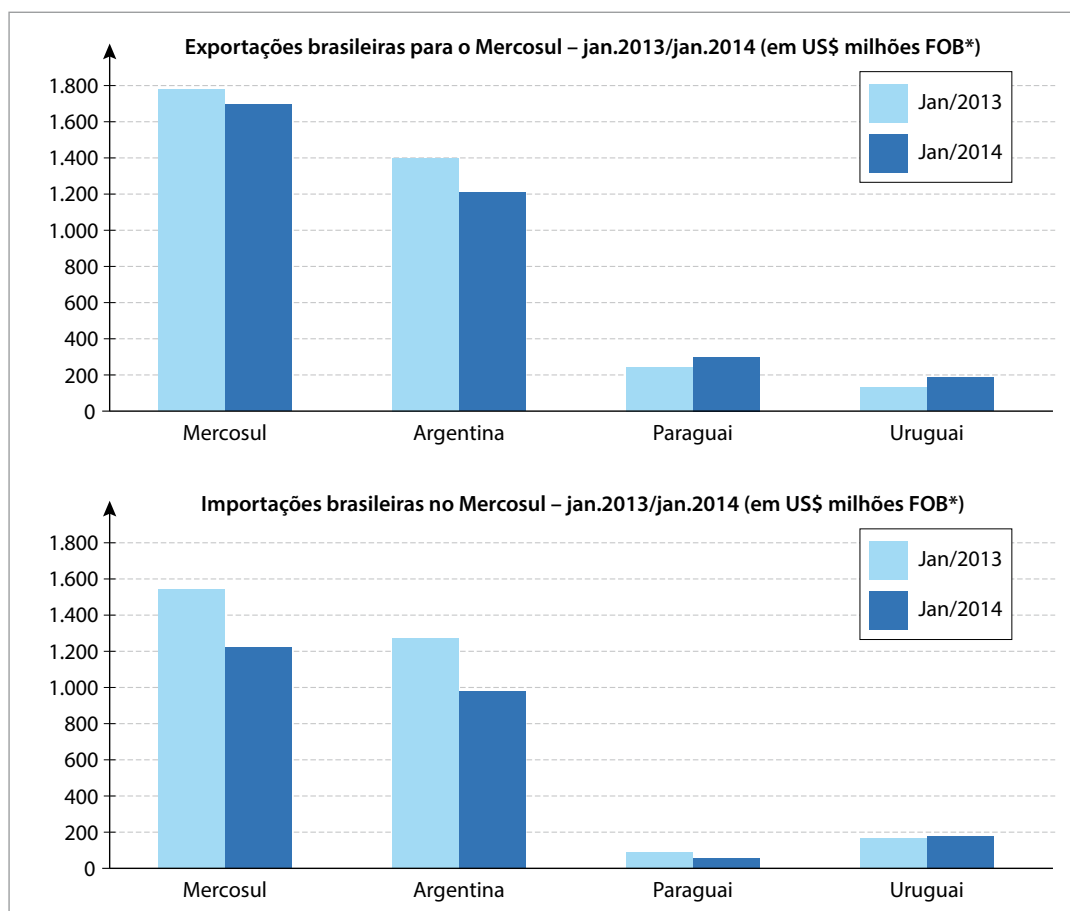
O Nafta resultou da decisão dos Estados Unidos de, finalmente, participarem desse tipo de organização, em um contexto no qual cada vez mais blocos estavam sendo criados. Assim, em 1988, o país assinou

um acordo com o Canadá, estendido ao México em 1992. Contudo, é apenas um acordo de livre comércio que dispõe sobre tarifas e produtos entre os três países-membros. Portanto, não prevê livre circulação de pessoas, não delibera sobre fatores econômicos e não busca instituir uma tarifa externa comum. São flagrantes as assimetrias econômicas e as relações desiguais no Nafta, em face do porte da economia estadunidense, a maior do planeta, em relação à dos dois outros membros.

No plano externo, sobretudo quanto aos Estados Unidos, não houve grandes mudanças, o que ajuda, em parte, a explicar a dificuldade que muitos latino-americanos têm para ingressar no território estadunidense. Muitos o fazem de forma clandestina, submetendo-se a condições bastante adversas nas fronteiras com o México. Até mesmo um muro foi erguido entre Tijuana (norte do México) e San Diego (sul dos Estados Unidos), na fronteira.

ATIVIDADE 1 O Mercosul: um mapeamento econômico

Observe os dados dos gráficos sobre a balança comercial brasileira no Mercosul e da tabela sobre o comércio bilateral Brasil-Argentina.



*FOB (free on board): termo usado em comércio exterior. Refere-se ao preço de venda de bens acrescido das despesas que o exportador faz até colocá-los a bordo (navio, avião etc.) para exportação.

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Balança Comercial Mercosul*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Principais produtos da pauta comercial Brasil-Argentina, 2011					
Exportações brasileiras para a Argentina			Importações brasileiras da Argentina		
Produtos	US\$ (em milhões)	% do total	Produtos	US\$ (em milhões)	% do total
Automóveis de passageiros	3.617	16%	Automóveis de passageiros	4.284	25%
Partes/peças para automóveis e tratores	2.172	10%	Veículos de carga	1.739	10%
Minérios de ferro	1.355	6%	Trigo em grãos	1.481	9%
Veículos de carga	1.238	5%	Naftas*	1.051	6%
Motores para automóveis	789	3%	Partes/peças para automóveis e tratores	760	4%

Fonte: FIESP/CIESP. *Panorama Brasil-Argentina*. Jan. 2012, p. 3. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=10399>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

*Nafta: derivado de petróleo utilizado na indústria petroquímica.

Avalie os dados do comércio entre os países-membros do Mercosul. O que mais chama sua atenção nesse caso? Examine também os tipos de produtos comercializados entre Brasil e Argentina. Quais são os produtos que o Brasil mais exporta ao país vizinho? E quais são os que o País mais importa? Anote suas conclusões nas linhas a seguir.

Mercosul: desafios e perspectivas

Os dados apresentados são uma pequena amostra das relações comerciais no Mercosul. Desde sua criação, as trocas de bens entre os países, em especial, entre Brasil e Argentina, vêm aumentando seguidamente. Em tempos atuais, a Argentina é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, logo após a China, a UE e os Estados Unidos.

Desse modo, o foco das relações comerciais no Mercosul está entre os dois países. Contribui para isso a proximidade geográfica, os laços históricos entre ambos e o grande mercado interno de que dispõem. Um dado importante é que predominam os bens industriais nesse comércio, sobretudo ligados à produção de automóveis. Mas os países do bloco continuam lutando para estabelecer critérios a fim de definir listas de bens exportáveis e questões tarifárias.

Isso pode ser benéfico para os dois países, já que passam a ter um *mercado cativo* para seus produtos. Mas aí está uma fonte de críticas ao Mercosul: muitos advertem que seus países-membros precisam firmar novos acordos comerciais com parceiros de fora do bloco, sob pena de ficarem excluídos de mercados importantes. É o que fazem, por exemplo, vizinhos tais como Chile, Peru e México ou a gigante China.

Em 2014, foram retomadas as negociações entre Mercosul e UE para firmar um grande acordo comercial entre ambos. Ao se confirmar, esse acordo deverá prever facilidades e reduções ou isenções de impostos e taxas sobre vendas de produtos e poderá criar a maior área comercial do planeta. Contudo, o Mercosul enfrenta problemas de instabilidade política no Paraguai, com a deposição, em 2013, do presidente eleito, e na Venezuela, palco de grandes manifestações de rua e enfrentamentos entre partidários do governo e opositores. No caso do Paraguai, a deposição de Fernando Lugo causou a suspensão temporária do país do Mercosul, que voltou ao bloco em 2014, após a eleição do presidente Horacio Cartes.

Outro desafio se dá na escala da América do Sul. Estão em marcha, ainda que em ritmo lento, obras de *integração físico-territorial* sul-americana. Por exemplo, novas interligações por rodovias e ferrovias entre os oceanos Atlântico e Pacífico e entre grandes áreas urbano-industriais (do eixo Rio-São Paulo a Buenos Aires), além de portos no Pacífico (Peru, Chile). Isso pode dinamizar as economias dos países e viabilizar exportações. Há também outros eixos de integração em setores de comunicações e energia, além de meios de transporte, como as hidrovias.

MOMENTO CIDADANIA



Os seguidos episódios de racismo, discriminação e xenofobia em diversas partes do mundo fizeram os representantes da ONU formular princípios e direitos na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa, aprovada em conferência realizada na cidade de Durban, África do Sul, em 2001. A UE é signatária dessa declaração e também realizou, por meio do Conselho Europeu, a Conferência Europeia contra o Racismo aprovando a Declaração Política da Conferência Europeia contra o Racismo. São várias as campanhas em marcha no espaço europeu, incluindo o combate aos atos de racismo e à discriminação em estádios esportivos. Ainda assim, as sociedades devem ficar alertas para abolir em definitivo essas práticas sociais.



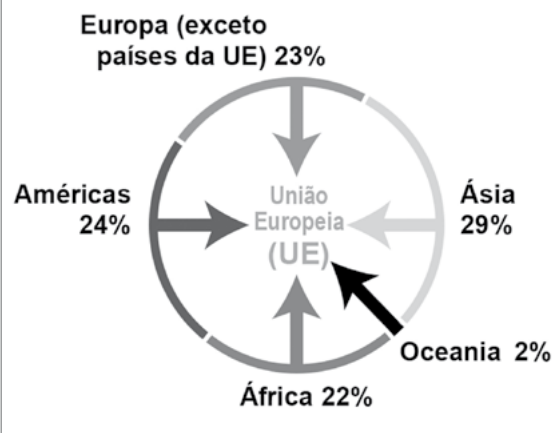
FICA A DICA!

São muitos os filmes que representam as realidades sociais da América Latina. Assista aos seguintes: *Diários de motocicleta* (direção de Walter Salles, 2004), sobre a vida de Che Guevara quando era jovem, e *Um conto chinês* (direção de Sebastián Borensztein, 2011), sobre a chegada de um chinês a Buenos Aires. Ambos estão disponíveis na internet.



DESAFIO

Imigrantes na União Europeia por região de origem, em 2009



Fonte: NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, edição nº 144, pág. 98, março de 2012.

Com base nos dados representados no gráfico, considere as afirmações a seguir:

I – Marcados por grande emigração no passado, diversos países da União Europeia converteram-se em destino de imigrantes de diferentes partes do mundo.

II – Diante da proximidade geográfica e das afinidades culturais, a maior parte dos imigrantes que chegam aos países da atual União Europeia vem hoje do Leste Europeu, em especial de ex-repúblicas soviéticas.

III – Os imigrantes têm se revelado um motor do crescimento populacional em países da União Europeia. Entretanto, as atuais dificuldades econômicas em alguns desses países podem reforçar a xenofobia.

IV – Em razão da demanda por mão de obra, vários países da atual União Europeia estimularam a presença de imigrantes nos anos 1950 e 1960. Por exemplo, a França recebeu muitos marroquinos e argelinos e a Alemanha recrutou milhares de trabalhadores turcos.

Sobre o tema em questão, está correto o que foi afirmado em:

- | | |
|---------------------|-----------------|
| a) I, II, III e IV. | c) I, II e III. |
| b) II, III e IV. | d) I, III e IV. |

Viagem do Conhecimento/National Geographic, 2012. Disponível em: <http://www.viagemdoconhecimento.com.br/arquivos/PROVA_01_2012_6.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - O Mercosul: um mapeamento econômico

Ao analisar os gráficos, você pode ter observado que as principais relações comerciais brasileiras no Mercosul ocorrem com a Argentina, apesar da redução nas exportações e importações em janeiro/2014, comparando-as com o mesmo mês do ano anterior (janeiro/2013).

Já na tabela, é possível que tenha verificado que, entre esses dois países, os bens industrializados ligados a setores da produção de veículos predominam na pauta de exportações em 2011; isso se explica pelo fato de ambos integrarem a cadeia produtiva global de fabricação e venda de automóveis, produzindo e vendendo veículos entre eles e para diversas partes do mundo. Também pôde perceber que, entre os itens exportáveis, figuram derivados de petróleo e trigo argentino.

TEMAS

1. A urbanização nos países desenvolvidos e em desenvolvimento: urbanização e metropolização
2. As cidades vistas por dentro: os desafios do mundo urbano contemporâneo

Introdução

Nesta Unidade, você estudará o processo de urbanização mundial. Em um panorama geral, estarão em destaque o surgimento e o crescimento de cidades; a urbanização pós-Revolução Industrial, quando se iniciou a constituição de um mundo urbano-industrial; e a consolidação de metrópoles no mundo contemporâneo.

Em seguida, a Unidade apresentará as cidades vistas por dentro, analisando aspectos das estruturas urbanas e da vida social, com foco em questões como: moradia, transporte, mobilidade urbana, meio ambiente e acesso a serviços públicos.

A urbanização nos países desenvolvidos e em desenvolvimento: urbanização e metropolização

TEMA 1

Neste tema, você estudará aspectos essenciais da urbanização no mundo atual, tendo como ponto de partida e referência principal o surgimento ou crescimento de cidades a partir do período da Revolução Industrial. Será examinado o quadro da urbanização em países desenvolvidos e em desenvolvimento.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Na sua opinião, em quais regiões do mundo o crescimento urbano está mais intenso atualmente? Cite exemplos de cidades situadas nessas regiões e indique desafios que algumas delas enfrentam. Registre suas impressões nas linhas a seguir.



A expansão urbana no mundo: um panorama

Desde períodos remotos, as sociedades ergueram cidades. Isso começou a ocorrer quando grupos humanos passaram a dispor de técnicas suficientes para produzir excedentes de alimentos por meio do cultivo da terra e da criação de animais. Com isso, uma parte da população se dedicava à construção da cidade e a protegê-la de conflitos com outros grupos. Ao produzir suas condições de existência, tornando-se **sedentários**, esses povos antigos também produziam seus espaços de vida.



Sedentarismo

Modo de vida caracterizado pela fixação de grupos no espaço, momento em que eles deixam de ser nômades, viajantes.

Estima-se que as primeiras cidades surgiram há aproximadamente 6 mil anos, na Mesopotâmia (atual Iraque), e depois se desenvolveram no Egito e em regiões da Índia e da China. Povos pré-colombianos como incas, maias e astecas também construíram sofisticados núcleos urbanos na América. O mesmo ocorreu na África, onde surgiram vigorosas cidades como Tombuctu (no atual Mali) e Zanzibar (na atual Tanzânia). Muitos núcleos urbanos se originaram às margens de rios, como Cairo e Alexandria, no Egito, localizados à beira do Rio Nilo.

Conforme o geógrafo francês Jacques Lévy, falar em cidades é tratar de objetos espaciais caracterizados pela *combinação entre concentração, densidade e diversidade de pessoas,*

atividades e recursos. As cidades reúnem pessoas em situação de proximidade física e delas surge um modo de vida peculiar, o *modo de vida urbano*, marcado por interações sociais diversas. Assim, as áreas rurais foram sendo atingidas pelo modo de vida que se desenvolvia nas cidades.



A arquitetura e a organização do espaço com áreas destinadas a estocagem de alimentos, residências, rituais religiosos etc. identificam o desenvolvimento da civilização inca nas ruínas de Machu Picchu, em Cuzco, no Peru.

O desenvolvimento de técnicas e o engenho humano permitiram superar obstáculos naturais. Um caso exemplar em antigas sociedades é o das cidades da civilização inca, na América pré-colombiana, erguidas no topo de altas montanhas.

Um salto importante na vida urbana se deu na Grécia Antiga. Essa civilização não se restringia ao atual território grego, mas a vastas áreas em torno do Mar Mediterrâneo, que envolvia a Grécia e parte do que é atualmente a Turquia, a Itália, o Chipre, diversas ilhas no Mediterrâneo e o Egito. A *polis* grega (em grego, *polis* significa “cidade”) foi o berço da filosofia, das artes, dos conhecimentos astronômicos e da política. No caso dessa última, com a **democracia**, sistema em que, sobretudo em Atenas, os considerados cidadãos tomavam decisões na praça central da cidade, a *ágora*. Escravos, estrangeiros, ex-prisioneiros de guerra e mulheres não podiam participar dessa ocasião.



Democracia

No contexto atual, forma de governo ou sistema de tomada de decisões que reflete a opinião da maioria, garantindo a livre expressão, até mesmo das minorias.

Esses elementos tornaram-se presentes em outras civilizações “clássicas”, como a romana. No início da era cristã, a cidade de Roma já era um extraordinário núcleo urbano, com redes de abastecimento de água, ruas, prédios e população estimada em 1 milhão de habitantes.

O período medieval europeu ficou conhecido por certo declínio desse tipo de organização. Na Europa, muitas cidades passaram a ser cercadas por fortificações e a apresentar traçado urbano marcado por ruas estreitas e tortuosas. Após esse período, um novo florescimento da vida urbana aconteceu no Renascimento, principalmente a partir do século XIV, quando emergiram visões de mundo centradas no ser humano e em suas capacidades. A produção de conhecimentos, as artes e a economia prosperaram em cidades da Inglaterra e da atual Itália (Florença, Pisa, Siena), Holanda e Alemanha. Nesse quadro, o comércio se constituiu como a principal atividade econômica.

Posteriormente, a expansão marítimo-comercial no final do século XV e no século XVI deu um novo impulso à urbanização – também na Europa –, com destaque para cidades como Gênova e Veneza (Itália), Sevilha (Espanha) e Lisboa (Portugal).

As áreas urbanas sofreram mudanças profundas com o advento das modernas sociedades capitalistas industriais na Europa e, assim, disseminaram-se para outras partes do mundo ao longo dos séculos XIX e XX. Essa urbanização “clássica” esteve profundamente associada à expansão industrial e à gradativa construção de um mercado de consumo urbano.

A Inglaterra foi o primeiro país a ultrapassar os 50% de população urbana, logo no início do século XX, seguida por França, Alemanha, Bélgica e Holanda. Cidades como Londres e Paris conheceram rápido crescimento com a chegada de trabalhadores que se deslocavam do campo para trabalhar em fábricas. Foi uma época de intensa exploração do trabalho, com operários vivendo em moradias precárias e com graves problemas de saneamento.



FICA A DICA!

Para saber mais sobre a vida de operários e suas famílias em cidades industriais na Europa do século XIX, assista ao filme *Daens – um grito de justiça* (direção de Stijn Coninx, 1992). No filme, um padre revolucionário na cidade de Aalst, na Bélgica, luta contra a exploração de trabalhadores – homens, mulheres e crianças – da indústria têxtil e a situação de miséria em que viviam. Disponível na internet.

Em outros continentes, países como Estados Unidos, Canadá e Japão alcançaram população urbana superior à rural na primeira metade do século XX. Países da América Latina atingiram essa marca somente na segunda metade do século XX, no período da história da humanidade em que a urbanização mais se acelerou e a população mundial se tornou majoritariamente urbana.

Esse breve panorama histórico destaca como o fenômeno urbano se instalou e se acelerou em diferentes partes do mundo. Para melhor compreendê-lo, a tabela a seguir mostra o aumento do número de habitantes nas cidades a partir de 1900.

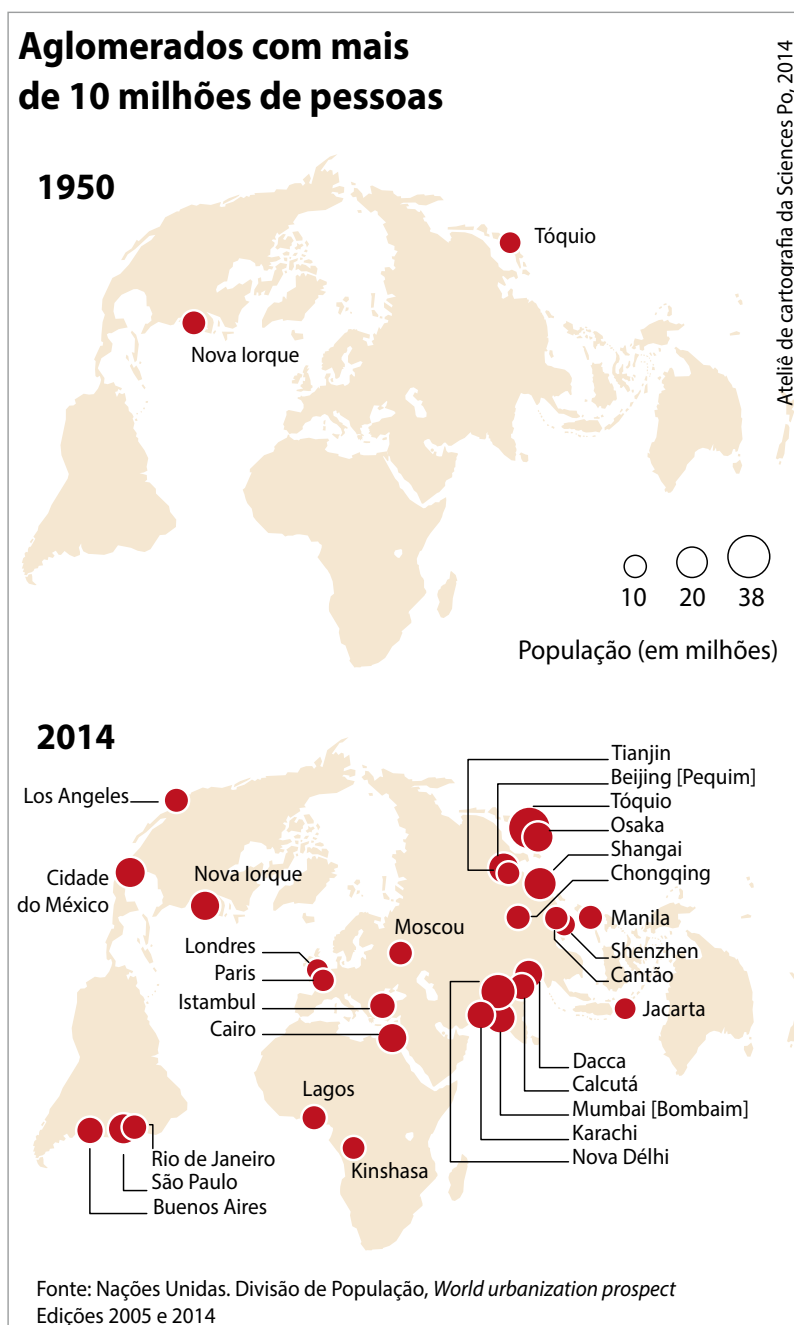
Evolução da população urbana (número de habitantes)				
	1900	2000	2008	2030
Total	220 milhões	2,84 bilhões	3,3 bilhões	5 bilhões*

* Estimativa.

Fonte: FUNDO de População das Nações Unidas (UNFPA). *Situação da população mundial 2007: Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano*. UNFPA, 2007.

A constituição de grandes cidades no mundo contemporâneo

Observe os mapas da próxima página. Note que são mapas quantitativos que mostram, pelos diferentes tamanhos de círculos, a evolução do crescimento populacional de cidades em dois momentos. Perceba que, em 1950, apenas Nova Iorque (EUA) e Tóquio (Japão) tinham mais de 10 milhões de habitantes. Em 2014, muitas cidades do mundo ultrapassaram essa marca, várias delas com população em torno de 20 milhões de pessoas na área metropolitana.



ATELIER de Cartographie de Sciences Po, 2014. Mapas originais. Tradução: Benjamin Potet.

A concentração populacional urbana é evidente em diversas regiões do planeta. Isso indica que a urbanização está em marcha no mundo, mas é preciso considerar as variações nos ritmos de crescimento. Boa parte dessas megacidades (com mais de 10 milhões de habitantes) atrai grandes contingentes populacionais, seja pelas dificuldades nas regiões de origem dos que se deslocam, seja pelas eventuais oportunidades que esses núcleos urbanos oferecem.

Assim, o mapa referente a 2014, mostra megacidades em países que não necessariamente têm urbanização generalizada e bem distribuída em seus territórios.

Alguns exemplos são Dacca (Bangladesh), Calcutá e Mumbai (Índia), Shangai e Beijing (China), Karachi (Paquistão) e Jacarta (Indonésia) na Ásia. Há também grandes cidades na África, como Lagos (Nigéria) e Cairo (Egito), e na América Latina, entre elas Cidade do México (México) e São Paulo, essas duas últimas com populações equivalentes a Shangai e Beijing.



© Nala Rinaldo/Getty Images

Vista de Jacarta, na Indonésia, cidade com mais de 10 milhões de habitantes.

Distintos processos econômicos e sociais podem gerar aglomerações de grande porte. Países da América Latina viveram nas décadas passadas acelerado processo de migrações do campo para a cidade. Algo similar está ocorrendo na China, país de grande população rural, no qual milhões de pessoas têm se deslocado das províncias do oeste para grandes cidades do leste, nas quais há empregos e muitos investimentos.

Entre os países desenvolvidos, apenas cidades como Tóquio e Osaka, no Japão e Nova Iorque e Los Angeles, nos Estados Unidos, figuram entre os núcleos urbanos de grande porte, com população superior a 10 milhões de habitantes. Ainda assim, elas apresentam forte tendência à estabilização de seu contingente populacional. É possível notar que o fenômeno não ocorre nas cidades europeias, exceto em Istambul, cujo sítio se estende pela Europa e pela Ásia.

O fato de as megacidades terem mais de 10 milhões de habitantes não lhes confere, necessariamente, o status de influência que algumas metrópoles têm. As metrópoles possuem diferentes graus de influência: regional (dentro de uma região do país), nacional (no país todo), e ainda há as “cidades globais” (metrópoles que exercem influência em escala mundial). Veja o exemplo de Genebra, na Suíça, que apresenta população na casa dos 200 mil habitantes, mas cujo papel no sistema financeiro global é inegável.



FICA A DICA!

Para conhecer alguns filmes que retratam cidades do mundo, assista: *Gladiador* (direção de Ridley Scott, 2000), sobre a Roma Antiga; *O som ao redor* (direção de Kléber Mendonça Filho, 2012), sobre Recife, no Brasil; *Quem quer ser um milionário?* (direção de Danny Boyle e Loveleen Tandan, 2008), sobre Mumbai, na Índia; *Vicky Cristina Barcelona* (direção de Woody Allen, 2008), sobre Barcelona, na Espanha; e *Blade Runner, o caçador de androides* (direção de Ridley Scott, 1982), sobre uma cidade futurista.

Muitas das metrópoles importantes do mundo, como Londres e Paris, situam-se na Europa e têm população abaixo de 10 milhões de pessoas. Mas a condição de metrópole e sua importância não dependem só do tamanho. Como foi visto no Volume 2, o termo *metrópole* significa, em latim, “cidade-mãe”. Portanto, uma cidade considerada metrópole se caracteriza por concentrar recursos diversos (econômicos, humanos, tecnológicos, financeiros etc.) e por irradiar influências por vastas áreas – em escala regional, nacional ou mundial.

A tabela a seguir mostra a distribuição da população urbana pelos continentes e por regiões do mundo. A porcentagem urbana indica, em uma escala de 0 a 100, a porcentagem de população urbana sobre o total da população de cada continente ou região, ao longo dos anos.

População urbana: mundo e regiões (em valores absolutos e em %)										
Região	População urbana (milhões)					Porcentagem urbana (%)				
	1950	1975	2007	2025	2050	1950	1975	2007	2025	2050
Mundo	737	1.518	3.294	4.584		29,1	37,3	49,4	57,2	69,6
Regiões mais desenvolvidas	427	702	916	995	1.071	52,5	67,0	74,4	79,0	86,0
Regiões menos desenvolvidas	310	817	2.382	3.590	5.327	18,0	27,0	43,8	53,2	67,0
África	32	107	373	658	1.233	14,5	25,7	38,7	47,2	61,8
Ásia	237	574	1.645	2.440	3.486	16,8	24,0	40,8	51,1	66,2
Europa	281	444	528	545	557	51,2	65,7	72,2	76,2	83,8
América Latina e Caribe	69	198	448	575	683	41,4	61,1	78,3	83,5	88,7
América do Norte	110	180	275	365	402	63,9	73,8	81,3	85,7	90,2
Oceania	8	13	24	27	31	62,0	71,5	70,5	71,9	76,4

Fonte: ONU-Habitat. *Planificación de Ciudades Sostenibles: orientaciones para políticas*. Informe Global sobre Asentamientos Humanos, 2009, p. 11.

Lendo a tabela é possível perceber que os maiores contingentes de população urbana estão, e estarão, nos países em desenvolvimento. Salta à vista o acelerado crescimento urbano na África, na Ásia e em parte da América Latina e do Caribe. As duas primeiras tinham menos de 20% de população urbana em 1950 e devem se aproximar dos 50% em 2025. Significa que boa parte da Ásia e da África, continentes

nos quais predomina a população rural, apresenta potencial para elevar sua população urbana nos próximos anos. As demais regiões tendem a se estabilizar, algumas porque já são mais urbanizadas.

Por que os índices são tão diferentes entre alguns continentes? Em quais situações históricas e geográficas ocorreram os diversos ritmos nos processos de urbanização?

Como foi visto, índices elevados de população urbana nos países desenvolvidos começaram a se expressar no final do século XIX. Isso resultou de um conjunto de transformações na sociedade e na economia, efeitos da 1ª e da 2ª Revolução Industrial, e a urbanização foi um dos fenômenos-chave dessas grandes mudanças.

A urbanização nos países que então se industrializavam acelerou-se e valeu-se do desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias na agricultura, na produção industrial, nos usos da energia, na geração de novos conhecimentos e no desenvolvimento de meios de transporte (ferrovias, em especial) e de comunicação. Tais elementos contribuíram para o incremento da produtividade agrícola, liberando trabalhadores para a integração territorial e a concentração espacial de populações nas cidades. Cresciam atividades e negócios urbanos, entre eles o mercado de bens de consumo.

Atualmente, as metrópoles do mundo desenvolvido, embora não estejam isentas de conflitos e desigualdades, possuem bons equipamentos e serviços urbanos. Ao longo do tempo, essas ofertas não decorreram de uma suposta maior capacidade das populações ou dos governos. Elas foram fruto, entre outros fatores, de lutas trabalhistas e sociais que levaram a melhorias urbanas, como no caso das inúmeras ciclovias implantadas na Holanda. Essa opção de transporte foi iniciada nos anos 1950, após fortes protestos da população contra a violência no trânsito.

Na Ásia, na África e em parte da América Latina, sobretudo na América Central, ainda estão em marcha os deslocamentos campo-cidade. Mesmo que as condições de vida nas cidades não sejam as melhores, grandes contingentes populacionais seguem procurando novas oportunidades nos centros urbanos. Nesse percurso da urbanização mundial, é importante ressaltar, conforme dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, em inglês), que, a partir de 2008, *mais da metade da população humana passou a viver em cidades*, a maioria em núcleos com menos de 500 mil habitantes. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2050 é de que 70% da população viva em cidades. Pode-se dizer, portanto, que as sociedades contemporâneas produziram um ser urbano.

A urbanização da América Latina

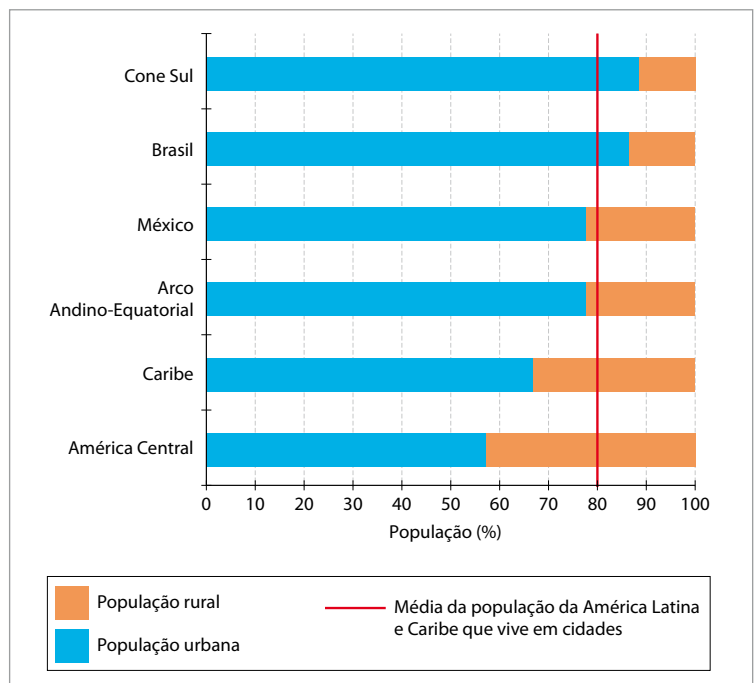
Adota-se, aqui, a definição “América Latina” em função do seu uso hoje bastante disseminado. Mas é preciso considerar a grande diversidade interna da região, tanto política como econômica, cultural e social – apesar do passado colonial comum dos países que a integram.

Por que falar de América Latina quando o assunto é a urbanização? Conforme estudos da ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos), a América Latina, em seu conjunto, é *a região mais urbanizada do planeta*, embora essa população urbana não esteja distribuída de maneira uniforme pelos territórios. A taxa de sua população urbana atual é de aproximadamente 80%, quase o dobro da África e da Ásia e superior à dos países desenvolvidos em conjunto. Estima-se que a urbanização da região seguirá aumentando até 2050, quando chegará perto dos 90%.

A urbanização latino-americana foi acelerada, com índices expressivos entre 1950 e 1990. A região levou apenas 40 anos para atingir marcas que os países desenvolvidos alcançaram ao longo de mais de cem anos, entre os séculos XIX e XX. Isso se baseou principalmente nas fortes *migrações campo-cidade*, em um quadro, na época, de elevado crescimento populacional em vários países, entre os quais Brasil, México, Colômbia e Venezuela.

Há, porém, grandes diferenças sub-regionais. De um lado, Argentina e Uruguai já eram urbanizados nos anos 1950; de outro, ainda há países com taxas de população urbana bem menores que a média regional, como Guatemala (50%) e Nicarágua (52%).

América Latina e Caribe: população urbana e rural por sub-regiões e países de grande porte (2010)*



* Buscando evitar que alguns países ocultem dados de outros, a ONU-Habitat dividiu a América Latina em sub-regiões: 1) Brasil e México, os dois países mais populosos da região; 2) Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai; 3) Arco Andino-Equatorial: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname; 4) América Central – parte continental: Panamá, Honduras, Guatemala, El Salvador e outros; 5) Caribe – ilhas da América Central: Cuba, República Dominicana, Haiti, Porto Rico e outras.

Fonte: ONU-Habitat. *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe*, 2012, p. 20. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=816&Itemid=235>. Acesso em: 23 dez. 2014.

Em aproximadamente 50 anos, na segunda metade do século XX, o número de cidades latino-americanas foi multiplicado por seis. Hoje, metade da população urbana reside em cidades com menos de 500 mil habitantes e em torno de 14% dessa população vive em megacidades.

A urbanização da região se deu em razão de processos sociais distintos dos de países desenvolvidos. Colonizada por europeus, a região viu vilas e cidades serem criadas a partir do século XVI, para atender ao comércio internacional de bens agrícolas ou como bases para “desbravar” territórios e sediar a administração colonial. No século XX, essa urbanização acelerada esteve ligada à concentração fundiária ou à modernização agrícola que levou muitas pessoas a migrarem para as cidades. Somando-se a esses fatores, havia demandas por força de trabalho nos principais núcleos urbanos.

Outro dado importante é o processo de *metropolização* ocorrido na segunda metade do século XX. Nesse processo, houve um crescimento urbano concentrado em grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires (Argentina), Cidade do México (México), Montevideu (Uruguai), Bogotá (Colômbia) e Caracas (Venezuela). Esse quadro geral levou muitos pesquisadores a falarem em “explosão urbana”.

Essa chamada “explosão”, entretanto, pode ser entendida como uma fase transitória, pois o crescimento da população teve forte redução nos últimos anos em praticamente toda a região. Um dos motivos que explicam essa diminuição do crescimento vegetativo urbano latino-americano é a queda no número de filhos por mulher, traço típico do processo de urbanização.

Com isso, a população urbana na região segue aumentando, mas em ritmo inferior ao de décadas anteriores. Contudo, há variações de crescimento de acordo com o porte das cidades. Em linhas gerais, tem ocorrido maior redução no ritmo de crescimento populacional das grandes cidades, caso de São Paulo. Por outro lado, uma série de cidades médias cresce a um ritmo maior. Na zona do Caribe, há países com ritmo mais intenso de urbanização, ainda ligado ao movimento campo-cidade. Entretanto, na maior parte dos países, os deslocamentos atuais já não são mais tanto entre o campo e a cidade, mas entre cidades.

Como os ritmos do crescimento demográfico e da urbanização estão diminuindo (considerando as diferenças entre países), a região tem muitos desafios: combater a pobreza, as desigualdades sociais e as deficiências quanto à moradia, ao saneamento básico, ao transporte, à saúde, à educação, além da crescente violência urbana.

Metrópoles e megalópoles

Metrópoles são, em regra, cidades de médio e grande porte que concentram recursos de toda ordem e irradiam influências em diversas escalas.

Um dado importante da globalização refere-se à multiplicação das relações e interações (econômicas, culturais, políticas, sociais etc.) em *escala planetária*. O que isso significa? Várias dessas cidades possuem grandes portos e aeroportos, importantes entroncamentos rodoviários e ferroviários e avançados sistemas de comunicação, pelos quais passam fluxos de bens, pessoas e informações. Além disso, as metrópoles são sedes de grandes empresas, bolsas de valores, órgãos governamentais, fábricas, universidades, centros de pesquisa, empresas de comunicação (TV, jornais, revistas, provedores de internet etc.), agências de publicidade e outras. Não é por outra razão que São Paulo, por exemplo, recebe milhões de visitantes do próprio Brasil e estrangeiros que participam de congressos, feiras, exposições ou convenções.

Outro exemplo é Roterdã, metrópole da Holanda que há muito tempo demonstra sua força econômica. Sozinha, ela é responsável por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Situada no litoral holandês, às margens da foz do Rio Reno, ali funciona um dos portos mais movimentados do mundo. As indústrias no seu entorno reforçam a atividade portuária.



Vista aérea da organização de contêineres no porto de Roterdã, na Holanda.

Outros grandes portos e importantes espaços de trocas estão no leste asiático, impulsionados, especialmente, pela vigorosa economia chinesa (Shangai, Shenzhen e Hong Kong), pela Coreia do Sul (Busan), por Cingapura, entre outros países.

Ocorre também uma articulação entre as grandes metrópoles para que essas trocas possam criar uma verdadeira rede global. Muitas vezes, os fluxos e as relações – sobretudo econômicas e financeiras – de algumas delas são mais fortes com outras metrópoles situadas em países diferentes do que com localidades próximas.

Além disso, as metrópoles apresentam diversas situações de *conurbação*, que é a junção física dos espaços das cidades, criando grandes manchas urbanas, bastante integradas. Muitas vezes, essa junção se dá entre metrópoles e núcleos urbanos do seu entorno, formando as chamadas *megalópoles*. Boa parte desses grandes conjuntos urbanos formam verdadeiras *regiões urbanas*.

Entre as principais megalópoles estão as de Nova Iorque-Filadélfia (EUA), Londres (Inglaterra)-Paris (França) e Tóquio-Osaka (Japão). Das megalópoles consideradas secundárias, pode-se mencionar o grande conjunto urbano que vai do eixo Rio-São Paulo a Buenos Aires (Argentina), o de Beijing-Shangai (China) e as grandes manchas urbanas em torno de Chicago e Los Angeles (EUA).

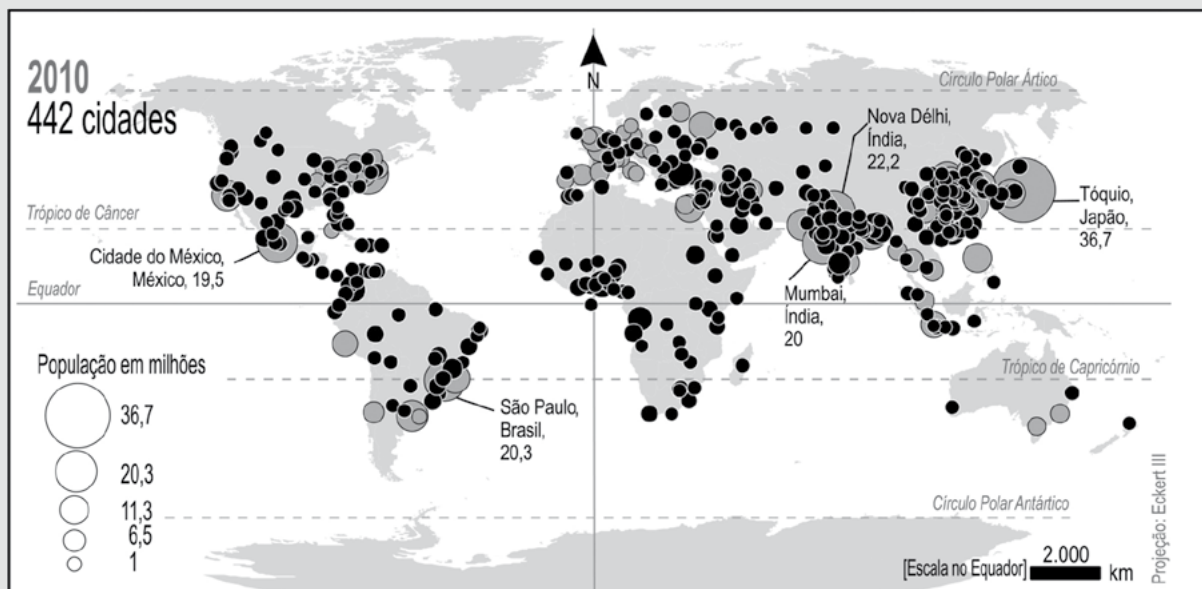
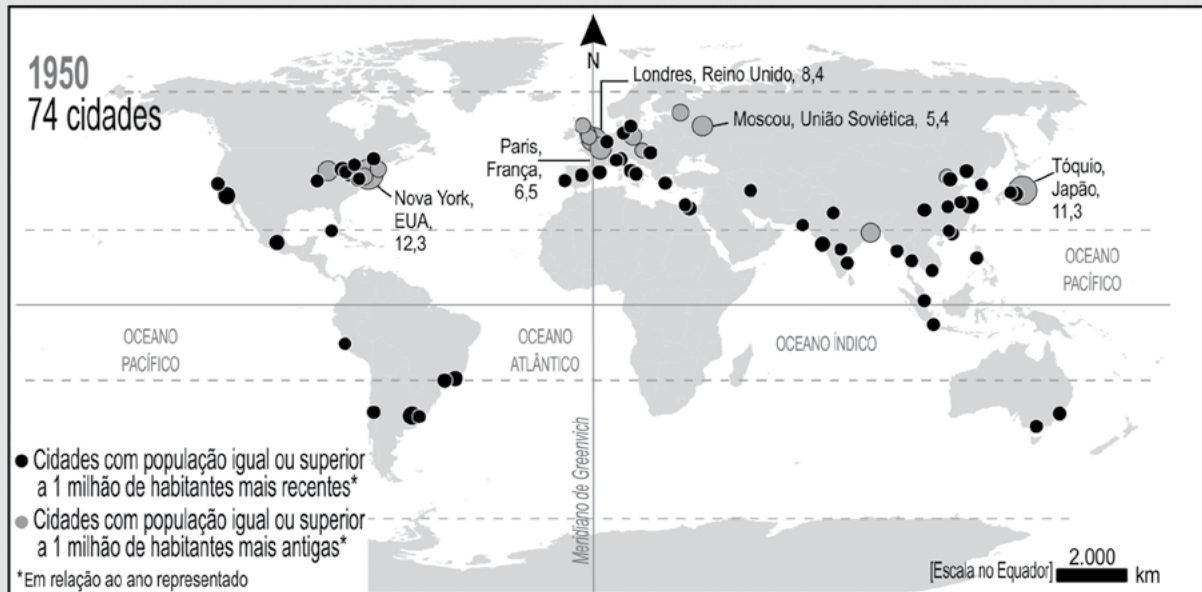
As metrópoles são espaços de concentração de atividades fundamentais para a economia do mundo contemporâneo. Em diversos casos, o próprio tamanho da mancha urbana e a concentração de pessoas e atividades exigem investimentos que dinamizam sua economia. São exemplos disso os meios de transporte, que estão sempre exigindo novos aportes de recursos para garantir a mobilidade urbana.



Foi visto que, atualmente, a maioria da população mundial vive em cidades. O que isso significa? É um declínio da vida rural? O meio urbano pode contribuir para melhorar a vida das pessoas e as relações entre elas? Segundo a ONU, as pessoas têm direito a viver em cidades. Assim, quais medidas precisam ser tomadas para acolher bem os que chegam a elas? Registre suas reflexões nas linhas a seguir.



DESAFIO



Fonte: Nações Unidas; G. Modelski: World Cities: -3000 to 2000. *National Geographic Brasil*, edição n. 141, p. 52-53, dez. 2011.

Ao analisar os mapas acima que apresentam as grandes cidades do mundo em dois momentos, conclui-se que:

- Há estagnação no crescimento da população urbana e das grandes cidades nos países em desenvolvimento, em especial os da América Latina.
- Apesar da acelerada urbanização nos últimos anos, a China ainda não conta com grandes aglomerações urbanas.
- Com o crescimento urbano mundial, as cidades europeias e dos Estados Unidos passaram a liderar a lista das maiores aglomerações do planeta.
- Algumas megacidades do mundo atual estão localizadas em países em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia e México.

Neste tema, você estudará a estrutura interna das cidades e alguns de seus principais desafios: combate à pobreza, oferta de moradias, inclusão social, diminuição da degradação ambiental, entre outros. Nesse sentido, o tema oferece situações de reflexão sobre governos e projetos políticos que considerem as necessidades, os interesses e a participação dos cidadãos.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Como está sua cidade ou seu município quanto à condição das moradias, do meio ambiente, do transporte e da participação dos cidadãos no governo local? Há situações extremas de pobreza ou degradação ambiental? Quais? O que o governo local e a sociedade vêm fazendo para combater tais problemas? Anote os resultados nas linhas a seguir.



Desafios do mundo urbano contemporâneo

São justamente as cidades de países em desenvolvimento, que concentram boa parte da população urbana mundial, as que têm os maiores desafios, em especial os derivados de desigualdades sociais e das formas desiguais como os diferentes segmentos se apropriaram dos espaços urbanos. Diante dessa situação, questões como pobreza e moradia, transporte e mobilidade urbana, além das ambientais, em conjunto, indicam a necessidade de promover *justiça social* e *melhoria da qualidade de vida* nas cidades.

ATIVIDADE

1

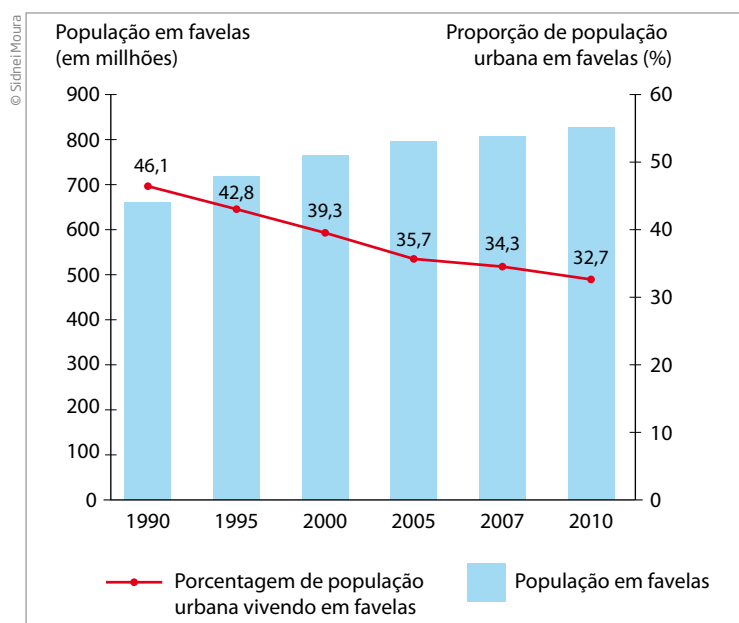
Populações vivendo em favelas no mundo atual: um panorama

O texto e o gráfico da próxima página abordam a situação de populações que vivem em favelas. Veja os dados representados pela linha e pelas colunas do gráfico. Depois, responda às questões.

Nos últimos 10 anos, a parcela da população urbana que vive em favelas, no mundo em desenvolvimento, caiu de 39%, em 2000, para 33%, em 2010. O fato de que mais de 200 milhões de [pessoas vivendo em favelas] tiveram acesso a água de melhor qualidade e aos sistemas sanitários ou moradias menos apinhadas demonstra que os governos centrais e municipais fizeram sérias tentativas para melhorar as condições de vida nessas áreas, ampliando dessa forma as perspectivas de milhões de pessoas de escapar da pobreza, da doença e do analfabetismo. Entretanto, em termos absolutos, o número [de pessoas vivendo em favelas] no mundo em desenvolvimento de fato vem aumentando e continuará a aumentar no futuro próximo. No mundo em desenvolvimento, o número de moradores urbanos que vivem em condições precárias é estimado [...] em cerca de 828 milhões.

FUNDO de População das Nações Unidas (UNFPA). *Relatório sobre a situação da População Mundial 2011: pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões*. ONU, 2011, p. 86.

População vivendo em favelas urbanas e proporção da população urbana que vive em favelas, nas regiões em desenvolvimento (1990 a 2010)



Fonte: FUNDO de População das Nações Unidas (UNFPA). *Relatório sobre a situação da População Mundial 2011: pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões*. ONU, 2011, p. 86.

1 Qual é o assunto do gráfico? Como os dados estão representados?

2 Qual é a região representada no texto e no gráfico?

3 O que se pode dizer sobre a situação das populações representadas no texto e no gráfico?

Questões urbanas: pobreza e moradias

Os dados mostram que houve queda no percentual de pessoas vivendo em favelas nos países em desenvolvimento em relação ao total de população urbana. No entanto, teve aumento nos números absolutos de todos os que vivem em moradias precárias. Aproximadamente 200 milhões de pessoas que vivem em favelas conheceram melhorias, o que atende a compromissos dos países que buscam atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela ONU. Uma delas fala em melhorar a vida de 100 milhões de pessoas que vivem em assentamentos precários até 2020. Mas o número dos que vivem em más condições ainda é muito alto: quase 1 bilhão de pessoas, ou $\frac{1}{7}$ da população mundial.

A ONU mostra também que, em termos absolutos, a África Subsaariana é a região com a maior população vivendo em favelas, quase 200 milhões de pessoas. Em seguida, vêm: sul da Ásia, com 190,7 milhões; Ásia do Leste, com 189,6 milhões; América Latina e Caribe, com 110,7 milhões; e Sudeste Asiático, com 88,9 milhões. Em outras partes do mundo os números são bem menores.



Favela em Caracas, na Venezuela.

O Brasil também integra essa lista. Apesar da redução ocorrida nos últimos anos, segundo estatísticas do Censo Demográfico 2010 e informações territoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 11 milhões de brasileiros vivem ainda nos ditos “aglomerados subnormais”. Ou seja, moradias ou edificações precárias e provisórias: favelas, cortiços, acampamentos em ocupações etc. Quase $\frac{1}{3}$ desse total está na região Sudeste, em especial nas grandes cidades do País.

A pobreza urbana e a vida em favelas significam também dificuldades de acesso a água potável, coleta e tratamento de esgotos e de lixo, entre outros serviços. Vias estreitas, esburacadas e com esgoto a céu aberto são comuns nessas áreas. No Leste Europeu, por exemplo, vilas e cidades definham com a emigração dos mais jovens. Na Moldávia e na Romênia, são comuns vilarejos com maioria de idosos e crianças, muitos deles vivendo sem qualquer assistência.



Idosos carregando água em Bacani, pequena cidade da Romênia, durante a seca que ocorreu na região em 2007.

Questões urbanas: mobilidade e acessibilidade

O transporte não motorizado compreende deslocamentos a pé, com bicicletas e veículos que usam a tração animal – esse último é cada vez mais raro nas cidades. Em alguns países em desenvolvimento, esse tipo de transporte acaba tendo papel central pela falta ou precariedade de transportes públicos, como é o caso de Senegal e Camarões. Mas é uma opção viável para trajetos curtos, desde que haja investimentos em calçadas e passeios próprios para isso.

As bicicletas são muito comuns em países asiáticos, mas foi na Europa, sobretudo na Alemanha, na Holanda e na Dinamarca, que elas se disseminaram como meio de transporte urbano, em razão das políticas públicas estabelecidas há pelo menos cinco décadas. Assim, diversas cidades situadas nesses



Tráfego intenso em Bhopal, na Índia, 2014.

países contam com ciclovias sinalizadas, exclusivas (que não disputam espaço com veículos motorizados), com piso adequado e segurança. Tem sido proposta a expansão desse meio de transporte em cidades de diversos países, entre os quais os da América Latina.



O sistema BRT em Bogotá, na Colômbia, é uma alternativa para amenizar o intenso trânsito na cidade.

Uma experiência pioneira de Curitiba está disseminada por dezenas de países: a do sistema BRT (*Bus Rapid Transit*). Trata-se de ônibus articulados que circulam em pistas exclusivas e com pontos de parada que são verdadeiras estações de embarque e desembarque. Eles já existem, como indica estudo da ONU, na China e em cidades dos Estados Unidos, do Canadá e de diversos países da América Latina e da Europa ocidental.

Outros sistemas coletivos são o metrô e os trens rápidos. Os primeiros, em regra, são subterrâneos e podem interligar a malha urbana de modo rápido e eficiente. As redes mais antigas estão nos países desenvolvidos, nos quais foram instaladas mais cedo. Cidades como Londres, Shangai e Beijing possuem redes de metrô com mais de 400 km de linhas. Outros metrôs extensos são os de Tóquio, Paris, Nova Iorque, Madri, entre outros.

No entanto, em diversos países em desenvolvimento, o sistema ainda precisa se expandir – considerando que ele custa caro e demora alguns anos para ficar pronto. Comparativamente, o metrô de São Paulo, o maior do Brasil, possui pouco mais de 70 km de linhas, enquanto Seul, na Coreia do Sul, é um exemplo de uma rede maior, moderna, rápida e eficiente, com, aproximadamente, 290 km de linhas.

Uma situação agravante é a forte disseminação de veículos automotores, como o automóvel particular. Apesar de proporcionar vantagens para algumas pessoas, o predomínio do transporte individual não é recomendável em grandes cidades. O automóvel se “apropria” do espaço, transporta menos pessoas, gera poluição tanto atmosférica quanto sonora e congestionam as vias.

Assim, o desafio é conter a expansão do automóvel e investir de modo consistente em sistemas coletivos, buscando as opções mais adequadas a cada país. É preciso também expandir redes e melhorar a qualidade dos serviços, em especial em países em desenvolvimento. Nos desenvolvidos, as restrições ao automóvel deveriam integrar um quadro de busca de alternativas energéticas eficientes, renováveis e limpas.

Questões urbanas: meio ambiente e qualidade de vida

As questões ambientais ganharam destaque a partir da década de 1970, com a realização, em Estocolmo (Suécia), da primeira conferência sobre o tema, em 1972. O “divisor de águas” foi a Rio-92, que firmou o conceito de *desenvolvimento sustentável* e estabeleceu uma série de princípios e diretrizes sobre biodiversidade, mudanças climáticas, cuidados com a água, disposição de resíduos e efeitos do consumo predatório. Novas conferências e fóruns setoriais vêm se dando desde aquela época para dispor metas e práticas sobre as questões ambientais.

Nesse quadro, as cidades têm papel central, diante da constatação de que elas concentravam e ainda concentram agravos ambientais que afetam especialmente as populações mais pobres ou vulneráveis. Ao serem instaladas, as cidades integram um *sítio urbano* com características peculiares. O *sítio urbano* se refere à configuração natural do local em que a cidade se instala e que, de alguma forma, condiciona seu crescimento. Por exemplo, em relevo montanhoso, como La Paz (Bolívia); em faixa litorânea, caso de Salvador (BA); ou próximo a um grande rio, como Manaus (AM) – Rio Amazonas – e Cairo (Egito) – Rio Nilo. O uso e a ocupação do solo urbano não devem desconsiderar as características do *sítio urbano*, sob pena de sofrerem impactos ambientais e sociais e terem seus recursos naturais e humanos comprometidos.

Um dos agentes da degradação ambiental urbana é o setor de empreendimentos imobiliários, que, burlando leis urbanísticas, ocupa áreas vulneráveis como encostas e fundos de vale. Isso também ocorre por causa da falta de políticas públicas de habitação e urbanismo, levando os mais pobres a ocuparem de modo informal essas áreas. Trata-se de algo comum em cidades brasileiras, nas quais Áreas de Preservação Permanente (APP), tais como topos de morros, encostas etc., são tomadas por casas, prédios e outras edificações. Por isso, é imperativo aprovar e aplicar leis para restringir essas práticas.

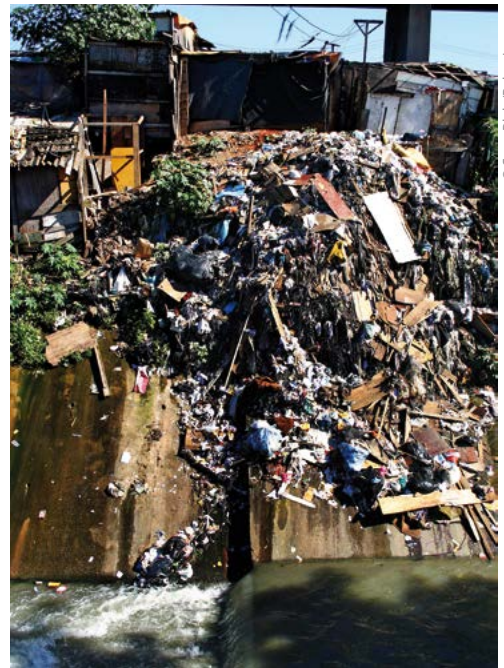


Deslizamento de terra em área de morros coloca em risco os moradores do local. Teresópolis (RJ), 2011.

Entre as consequências mais imediatas desse tipo de ocupação dos territórios urbanos estão a supressão de coberturas vegetais, a eliminação de nascentes de água e a alteração dos cursos d'água. A retirada de vegetação cria instabilidades nas encostas e nos topos de morros, gerando deslizamentos e soterramento de casas e espaços públicos. No Brasil, é conhecida a expressão “áreas de risco” para se referir a essas áreas, que acabam sendo habitadas pelos mais pobres, que não têm opções viáveis de moradia.

A intensiva *pavimentação do solo* urbano, por sua vez, dificulta a infiltração das águas e acelera o processo de escoamento superficial, provocando inundações nos períodos de chuvas mais fortes. Tais processos podem ser observados em diversas cidades da América Latina, da Ásia e da África. Isso significa que nem sempre esses núcleos estão preparados para enfrentar episódios de extremos climáticos.

A disposição e o processamento final do lixo são outros grandes desafios urbanos. A deposição incorreta ou a retirada irregular de resíduos agrava problemas de inundações nos picos de maior precipitação, além de oferecer riscos à saúde. Cidades brasileiras apresentam exemplos negativos dessa prática.



Lixo do córrego Tiquatira, que desemboca no Rio Tietê, na cidade de São Paulo, 2007.

ATIVIDADE 2 Soluções urbanas

Leia o texto a seguir, que comenta sobre cidades e soluções urbanas. Em sua leitura, procure recolher informações sobre as cidades e identificar pontos de vista de pesquisadores. Depois, responda às questões propostas.

Solução urbana

No início do século 20, raros eram os centros urbanos com mais de 1 milhão de habitantes. Entre eles estavam Nova York, Chicago, Pequim, Londres, Paris e Tóquio. Hoje, grandes cidades com mais de 10 milhões são comuns. Contam-se nada menos que 21 delas, quase todas nas regiões em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina. Entre os grandes núcleos urbanos atuais estão São Paulo, Cidade do México e Mumbai. Cidades de países ricos também figuram entre as maiores do planeta, como Tóquio. Além disso, há regiões metropolitanas que formam imensos conglomerados urbanos: China, Índia e África Ocidental têm áreas que abrigam, cada uma, mais de 50 milhões de pessoas. [...]

Do século 19 para cá, ocorreu outra mudança: a urbanização agora é vista com bons olhos. Embora favelas tão atrozmente quanto os antigos cortiços de Londres sejam encontradas por toda parte, cidades com alta densidade demográfica estão despontando como solução – a melhor maneira de tirar as pessoas da miséria sem arruinar o planeta.

Para o economista Edward Glaeser, “não há nenhum país urbano pobre; e também não há nenhum país rural rico”. Para ele, os mais pobres afluem para as áreas urbanas porque ali está o dinheiro e as cidades produzem mais riqueza porque a “proximidade das pessoas” reduz os gastos com transporte, pessoas e ideias. [...] É fácil entender por que os economistas estão começando a ver as cidades, mesmo sendo problemáticas, como motores da prosperidade.

De uma perspectiva ecológica, comenta o escritor Stewart Brand, também dos EUA e um defensor da urbanização, um movimento de retorno à terra seria catastrófico. Graças às cidades, metade de todos os seres humanos ocupa hoje cerca de 4% das terras cultiváveis, liberando mais espaço para a agricultura.

Os moradores urbanos têm ainda um impacto relativo mais reduzido, explica David Owen no livro *Green Metropolis*. Nas cidades, vias pavimentadas, esgotos e linhas de transmissão elétrica são menos extensos e, portanto, demandam menos recursos. Prédios requerem menos



© Jon Hicks/Corbis/Lainstock

Proximidade em Nova York

Os usuários reclamam dos vagões lotados, mas o metrô ajuda a baixar o consumo de energia da cidade. O adensamento e a diversidade – marcas de vitalidade urbana – ficam claras no [horário do] rush [...].



© Hennis/Alamy/Clow Images

Vida na rua em Istambul

A pé, por trilhos ou em carros, é constante o fluxo de gente na praça Taksim, o animado centro moderno de Istambul. Diante dos planos para restringir essa área ao tráfego de pedestres, os urbanistas temem pela perda [do potencial cultural e social] [...] da famosa encruzilhada.

energia e parte dos deslocamentos pode ser feita a pé. Em Nova York, o consumo de energia e as emissões de carbono *per capita* são bem mais baixos que a média nacional.

Embora não exista [um] modelo único para se controlar a urbanização acelerada, alguns exemplos são animadores. Um deles é o de Seul. Entre 1960 e 2000, a população da capital sul-coreana saltou de pouco menos de 3 milhões para 10 milhões de habitantes. No mesmo período, o país deixou de ser um dos mais pobres do mundo para se tornar mais rico que algumas nações europeias. [...] Hoje, Seul é uma das cidades de maior densidade demográfica no mundo. Circulam por suas ruas milhões de carros, mas o metrô é excelente. A vida melhorou à medida que o país passou de uma taxa de urbanização de 28% em 1961 à atual de 83%. A expectativa de vida aumentou de 51 para 79 anos. Os meninos coreanos agora crescem 15 centímetros a mais do que antes.



© Lauryn Ishak/Corbis/Latinstock

Renovação urbana em Seul [na Coreia do Sul]
Enterrado sob uma estrada elevada durante décadas, o riacho volta a correr a céu aberto pelo centro da cidade. Uma extensão de 5,8 quilômetros foi recuperada em 2005.

VIAGEM do Conhecimento/National Geographic 2012-2013. Disponível em: <http://www.viagemdoconhecimento.com.br/arquivos/PROVA_02_2012_AF.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

1 Identifique as visões de especialistas sobre o papel exercido pelas cidades nas condições sociais das populações.

2 Com base no texto e nas imagens, cite dois exemplos de soluções que contribuem para melhorar a vida das pessoas nas cidades.

3 O texto defende a ideia de que as cidades atuais são capazes de enfrentar problemas sociais e ambientais urbanos. Você está de acordo com isso? Justifique sua resposta.



Soluções urbanas: algumas medidas e iniciativas

O texto da *Atividade 2 – Soluções urbanas* apresentou algumas iniciativas de melhoria das condições sociais e ambientais em cidades do mundo. Entre elas, o papel das redes de metrô, que transportam milhões de pessoas diariamente e ajudam a reduzir o consumo de energia. Os exemplos salientados destacam também a importância de espaços públicos e de livre acesso à população. Cidades *dinâmicas, com vitalidade e qualidade nas interações sociais* devem contar com praças, parques urbanos, vias para pedestres etc.

Sem pretender esgotar o tema, serão examinadas algumas iniciativas e formas de organização social que mostram avanços na melhoria da vida urbana:

- *Água e saneamento*: o programa Água para as Cidades, da ONU-Habitat, com a participação das populações e de bancos populares de microcrédito, vem atuando na expansão do saneamento básico (incluindo a construção de banheiros) para famílias pobres de cidades de Burkina Faso, Quênia, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Índia, Nepal e outros países.

- *Habitação*: existem inúmeras iniciativas, em várias cidades do mundo, de construção de habitações populares, inclusive com materiais reciclados. Mas a habitação depende bastante de políticas públicas continuadas, em parceria com empresas. Elas devem oferecer moradias integradas à cidade e opções de emprego às pessoas de baixa renda, e evitar a expulsão dos mais pobres. No México, as parcerias público-privadas na construção civil são uma forma de atender às necessidades de habitação da população de baixa renda. O resultado dessa política habitacional é que o setor privado



FICA A DICA!

Assista ao documentário *Bunker Roy – Universidade dos Pés-Descalços*. O filme mostra exemplos de iniciativas comunitárias ligadas à questão da habitação, ao trabalho cooperativo e à obtenção de energia por meio de coletores solares em vilas e povoados rurais da Índia. Disponível na internet.

Para notícias e ações em ambientes urbanos, acesse o site: <<http://planeta.sustentavel.abril.com.br/>>. Acesso em: 27 out. 2014.

investe na construção de moradias populares, juntamente com escolas, hospitais etc. em alguns distritos da capital do país. Assim, há uma melhoria também na infraestrutura de atendimento a essa população, como a ampliação das linhas de ônibus com preços de passagens acessíveis. Programas de transferência de renda (como no Brasil) e microcrédito (como em Bangladesh) também ajudam a melhorar as moradias.

- *Organização das cidades*: em 2005, foi criado o C40, que reúne os prefeitos das 40 maiores cidades do mundo para trocar experiências quanto à emissão de gases estufa. O grupo foi sendo ampliado e, atualmente, conta com mais de 60 cidades. As ações envolvem medição de emissões, restrição de uso de carros, elevação da eficiência energética, expansão de fontes alternativas (em especial, a solar) e investimento em transportes coletivos – o maior número de projetos da C40 envolve o BRT, que é mais barato e mais rápido para instalar do que o metrô.

- *Transportes urbanos*: agências da ONU recomendam investir em *transporte coletivo de massa* e sistemas *multimodais*, que integram vários meios (ônibus, trens, bondes elétricos, metrô, ciclovias, vias para pedestres etc.). Paris (França), por exemplo, oferece bicicletas motorizadas e não motorizadas que podem ser usadas e deixadas em postos em qualquer ponto da cidade, nas proximidades de estações de metrô. As ciclovias têm se disseminado, em razão das experiências bem-sucedidas da Alemanha, da Holanda e da Dinamarca.

- *Lixo*: é bastante conhecida a política dos 3R (*reduzir, reutilizar e reciclar*) para dispor os resíduos. Vários países têm coleta seletiva e reciclagem, com destaque novamente para a Alemanha. Em Barcelona (Espanha), um sistema subterrâneo a vácuo recolhe o lixo a ser reciclado, dispensando caminhões. No Brasil, a reciclagem ocorre em boa medida por iniciativa de organizações como as de catadores de lixo reciclável. Um destaque é a reciclagem de latinhas de alumínio, hoje de quase 100%. A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, estabeleceu que todos os municípios deverão ter planos de coleta seletiva e reciclagem até 2014 – o que não foi atendido ainda por muitas localidades. Cresce no mundo, por outro lado, a obrigação de praticar a chamada *logística reversa*, que obriga as empresas a recolher e tratar resíduos dos produtos que fabricam.



Trabalhadores na seleção de material reciclado e compactação de latas de alumínio. Cidade de São Paulo.

• *Revisão de concepções de planejamento urbano*: os sistemas de planejamento urbano têm papel importante para tornar as cidades mais sustentáveis e justas socialmente. A ONU recomenda que os novos planos devam prever as condições sociais básicas e proteger bases naturais (água, vegetação, ar etc.), além de ser flexíveis, atender demandas urgentes e garantir a participação popular, em uma nova governança urbana.



© Yvette Cardozo/Photographer's Choice/Getty Images

Telhados verdes em Vancouver, Canadá. Coberturas com plantas já são comuns nos prédios da cidade. Elas oferecem área verde, ajudam na oxigenação do ar e são isolantes térmicos, reduzindo custos nos edifícios para aquecer ou refrigerar ambientes. Há iniciativas similares em diversas cidades dos EUA e da América Latina, incluindo cidades do Brasil.



DESAFIO

Pesquisas recentes estabeleceram uma lista das 20 cidades mais limpas no mundo. Entre outras medidas, elas combinam a gestão sustentável do lixo – incluindo técnicas de reciclagem e reaproveitamento – com programas educativos, fiscalização e pesadas multas a quem deixar resíduos nas vias públicas.

Fonte: Planeta Sustentável. "As 20 cidades mais limpas do mundo." Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/album/20-cidades-mais-limpas-mundo-733494.shtml>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2013.

No grupo de cidades com as características acima descritas estão:

- a) Dublin, Munique e Lagos.
- b) Dacca, Pequim e Hamburgo.
- c) Tóquio, Cingapura e Dubai.
- d) Nova York, Rio de Janeiro e Cairo.

Viagem do Conhecimento/National Geographic, 2013. Disponível em: <http://www.viagemdoconhecimento.com.br/arquivos/VC_PROVA_03_AF_v2.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Populações vivendo em favelas no mundo atual: um panorama

1 Você pôde observar que o gráfico trata da população que vive em favelas. A linha vermelha indica os percentuais de pessoas que moram em favela em relação à população urbana, e as colunas azuis mostram os totais de população nessas condições. Você pôde chegar a essa resposta, principalmente, através do título e da legenda do gráfico.

2 Prestando atenção ao título do gráfico, é possível concluir que os dados se referem à região formada pelos países em desenvolvimento. Ao se lembrar dos textos lidos até aqui, poderá ver que alguns exemplos de países que fazem parte dessa região são Brasil, Argentina, Colômbia, Índia e China.

3 Você pôde observar no gráfico que a linha vermelha está descendo, o que significa que houve uma diminuição do número de pessoas vivendo em favelas, em termos percentuais, em relação ao total de população urbana no mundo (que vem crescendo). Mas os números absolutos mostram ainda uma tendência de elevação no número de pessoas vivendo em favelas nos próximos anos, representado pelas colunas azuis, mesmo que totalizem um percentual menor em relação aos que vivem em cidades. De forma geral, o número de pessoas que vivem em moradias precárias no mundo ainda é extremamente elevado.

Atividade 2 - Soluções urbanas

1 Comparando as opiniões presentes no texto, é possível perceber que os três especialistas indicam o potencial das cidades para combater a pobreza e resolver problemas como consumo de energia, moradia, transporte e outros.

2 Resposta pessoal. Talvez você tenha identificado que o texto e as imagens mostram a eficiência do metrô de Nova Iorque, a importância de espaços públicos para a interação social em Istambul e a recuperação de mananciais de água em Seul.

3 Resposta pessoal. Espera-se que você tenha considerado as iniciativas e os exemplos dados e o fato de que a concentração da população pode resultar em vantagens ambientais.

Desafio

Alternativa correta: c. Tóquio, Cingapura e Dubai integram o grupo das cidades mais limpas. Talvez você tenha percebido que algumas das cidades mencionadas nas outras alternativas não possuem ainda as estruturas urbanas necessárias para torná-las cidades ecologicamente sustentáveis, como Lagos, Dacca, Beijing, Rio de Janeiro e Cairo.



Registro de dúvidas e comentários

TEMAS

1. Cultura e espaço geográfico
2. A diversidade cultural na América Latina

Introdução

Nesta Unidade, você estudará as relações entre cultura e espaço geográfico, com destaque para a diversidade cultural na América Latina. Essa diversidade vincula-se aos espaços geográficos, pois as práticas culturais dos grupos humanos supõem a construção de paisagens, a organização de territórios e as interações com a natureza.

TEMA 1 Cultura e espaço geográfico

Neste tema, você poderá ampliar seus conhecimentos sobre as expressões da cultura no mundo atual, como as línguas, as religiões e os patrimônios culturais da humanidade, e analisar sua relação com a política, a economia e outras práticas sociais.



© Marco Antônio Sa/Pulsar Imagens

Apresentação de maracatu de baque solto, ritmo e dança afro-brasileiros muito praticados no Estado de Pernambuco.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Existem manifestações culturais tradicionais em seu município ou sua região, como festas populares, feiras de arte, apresentações musicais, teatrais e de dança? Conhece outras além dessas? Quais? Quando elas ocorrem? Quais são suas origens? Para você, qual é o significado dessas manifestações para a população e para a cultura locais? Escreva suas respostas nas linhas a seguir.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDO

Há alguns passos importantes para ler e compreender as ideias contidas em um texto.

- 1 Leia o texto e procure os significados de palavras e expressões desconhecidas.
- 2 É recomendável sublinhar as ideias centrais de cada parágrafo. Você pode resumí-las em uma pequena frase. Isso vai ajudar a compor as ideias gerais do texto.
- 3 Identifique as posições do autor e o debate que ele propõe. No caso, sobre definições a respeito do termo cultura.

ATIVIDADE

1 O que é cultura?

Poucos vocábulos apresentam tantas definições como o de *cultura*, seja em pesquisas científicas ou em documentos oficiais, seja na vida diária. Leia o texto a seguir, escrito pelo antropólogo brasileiro Roberto DaMatta. Depois, responda às questões.

Você tem cultura?

Outro dia ouvi uma pessoa dizer que “Maria não tinha *cultura*”, era “ignorante dos fatos básicos da política, economia e literatura”. Uma semana depois, no museu onde trabalho, conversava com alunos sobre “a cultura dos índios Apinayé [...]”. Refletindo sobre os dois usos de uma mesma palavra, decidi que essa era a melhor forma de discutir a *ideia* ou o *conceito de cultura* tal como nós, estudantes da sociedade, a concebemos. [...]

No primeiro, usa-se *cultura* como sinônimo de sofisticação, de sabedoria, de educação no sentido restrito do termo. Quer dizer, quando falamos que “Maria não tem cultura!”, e que “João é culto”, estamos nos referindo a certo estado educacional dessas pessoas, querendo indicar com isso sua capacidade de compreender ou organizar certos dados e situações. Cultura aqui é equivalente a volume de leituras, a controle de informações, a títulos universitários e chega até mesmo a ser confundida com inteligência, como se [...] fosse algo a ser medido ou arbitrado pelo número de livros que uma pessoa leu, as línguas que pode falar ou os quadros e pintores que pode, de memória, enumerar. [...] Neste sentido, cultura é uma palavra usada para classificar as pessoas e, às vezes, grupos sociais, servindo como uma arma discriminatória contra algum sexo, idade (“as gerações mais novas são incultas”), etnia (“os pretos não têm cultura”) ou mesmo sociedades inteiras, quando se diz que “os franceses são cultos e civilizados”

em oposição aos americanos, que são “ignorantes e grosseiros”. Do mesmo modo é comum ouvirem-se referências à humanidade, cujos valores seguem tradições diferentes e desconhecidas, como a dos índios, como sendo sociedades que estão “na Idade da Pedra” e se encontram em “estágio *cultural* muito atrasado!”. [...]

[Mas] quando um antropólogo social fala em “*cultura*”, ele usa a palavra como um conceito-chave para a interpretação da vida social. Porque, para nós, “*cultura*” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a *maneira de viver total* de um grupo, sociedade, país ou pessoa. *Cultura* é [...] um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes deste código (a *cultura*) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintos e até mesmo opostos transforma-se num grupo, e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. [...] Em geral, pensamos a *cultura* como algo individual que as pessoas inventam, modificam e acrescentam na medida de sua criatividade e poder. Daí falarmos que Fulano é mais culto que Sicrano e distinguirmos formas de “*cultura*” supostamente mais avançadas ou preferidas que outras. Falamos então em “alta *cultura*” e “baixa *cultura*” ou “*cultura* popular”, preferindo naturalmente as formas sofisticadas que se confundem com a própria ideia de *cultura*. Assim, teríamos a *cultura* e *culturas* particulares e adjetivadas (popular, indígena, nordestina, de classe baixa etc.) como formas secundárias, incompletas e inferiores de vida social. Mas a verdade é que todas as formas culturais ou todas as “subculturas” de uma sociedade são equivalentes e, em geral, aprofundam algum aspecto importante que não pode ser esgotado completamente por uma outra “subcultura”. [...] O problema é que, sempre que nos aproximamos de alguma forma de comportamento e de pensamento diferente, tendemos a classificar a diferença hierarquicamente, o que é uma forma de excluí-la. Outro modo de perceber e enfrentar a diferença cultural é tomar a diferença como um desvio, deixando de buscar seu papel numa totalidade. Desta forma, podemos ver o Carnaval como algo desviante de uma festa religiosa, sem nos darmos conta de que as festas religiosas e o Carnaval guardam uma profunda relação de complementaridade. [...]

O conceito de *cultura*, [...] então, permite uma perspectiva mais consciente de nós mesmos. Precisamente porque diz que não há homens sem *cultura* e permite comparar *culturas* e configurações culturais como entidades iguais, deixando de estabelecer hierarquias em que inevitavelmente existiriam sociedades superiores e inferiores. [...]

DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? In: _____. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p. 120-127.

1 Para o autor, o conceito de *cultura* “diz que não há homens sem *cultura* e permite comparar *culturas* [...] como entidades iguais”. Por quê? Explique sua resposta.

2 Com base na leitura do texto, responda: Você tem cultura? Como você definiria a sua cultura?



Espaço, cultura e identidades culturais

A palavra *cultura* vem do latim *colere*, que quer dizer “cultivar”. Ao longo do tempo, ela foi adquirindo o significado de obra humana. Ou seja, a produção de cultura é um dos atributos humanos que distinguem o ser humano dos outros seres vivos.

O texto de Roberto DaMatta destaca alguns significados do termo *cultura* encontrados em nossa sociedade. Segundo o autor, cultura é a “maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa”. Portanto, para cada grupo humano identificado, cada um com sua história, existiria uma cultura particular. E, como diz o autor, todas as culturas devem ser analisadas em “pé de igualdade” com as demais.

Em seu texto, o autor recusa teorias “evolucionistas” de cultura. Para essas teorias, as sociedades consideradas “primitivas” deveriam evoluir até chegar ao padrão considerado ideal, o da moderna sociedade ocidental. Os europeus, criadores dessa teoria, julgavam as demais culturas do mundo com base em suas próprias referências e as classificavam segundo estágios de “evolução”.

É conhecido o relato de portugueses que aportaram no Brasil em 1500, surpresos ao se deparar com indígenas nus e de corpos enfeitados. Porém, se cada cultura produz suas práticas e seus valores, conclui-se que não existem culturas superiores e inferiores, como acreditavam os evolucionistas. Elas são apenas diferentes; expressam a diversidade dos modos de vida e da relação que cada grupo estabelece com os lugares em que vive. Assim, os espaços e as paisagens também resultam da produção cultural.

Atualmente, cada vez mais as chamadas *paisagens culturais* são reconhecidas em valor e importância para o povo que as gerou e para a humanidade. Um exemplo é o das paisagens culturais do Rio de Janeiro, uma singular combinação entre morros, praias e obras humanas, as quais foram reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

As culturas têm, em regra, um povo e um espaço de origem, mas não são estáticas. Elas mudam constantemente, por meio de inúmeras trocas e contatos entre diferentes povos. As culturas receberam e recebem influências externas a todo momento. Por exemplo, a língua portuguesa falada no Brasil é repleta de palavras de origem indígena e africana, fruto do contato ao longo dos séculos.

Tais trocas e influências se intensificaram muito com os avanços nas telecomunicações, sobretudo a internet. Porém, é importante lembrar que há uma difusão desigual das técnicas e tecnologias. Assim, as novidades são apropriadas diferentemente por cada grupo social.

Esse quadro coloca para cada um de nós a questão da identidade cultural: Quem somos? A qual cultura pertencemos ou com quais culturas nos identificamos? Com as de âmbito local, nacional ou global? Teríamos múltiplas identidades? O que é ser brasileiro, japonês ou alemão? São questões em aberto e que serão desenvolvidas neste mesmo tema.

Veja no texto a seguir a definição da Unesco para a expressão *diversidade cultural* e perceba a importância desse conceito para o reconhecimento das diferentes identidades.



Jovens no metrô de Seul, Coreia do Sul.

DIVERSIDADE CULTURAL, IDENTIDADES CULTURAIS: DESAFIOS

A diversidade cultural é, antes de mais nada, um fato: existe uma grande variedade de culturas que é possível distinguir rapidamente a partir de observações etnográficas, mesmo se os contornos que delimitam uma determinada cultura se revelem mais difíceis de identificar [...]. A consciência dessa diversidade parece até estar sendo banalizada, graças à globalização dos intercâmbios e à maior receptividade mútua das sociedades. Apesar dessa maior tomada de consciência não garantir de modo algum a preservação da diversidade cultural, contribuiu para que o tema obtivesse maior notoriedade. [...]

Todas as tradições vivas estão submetidas à contínua reinvenção de si mesmas. A diversidade cultural, tal como a identidade cultural, estriba-se na inovação, na criatividade e na receptividade a novas influências. [...] A questão das identidades – nacionais, culturais, religiosas, étnicas, linguísticas, baseadas no gênero ou em formas de consumo – adquire cada vez mais importância para as pessoas e grupos que encaram a globalização e a mudança cultural como ameaça às suas crenças e modos de vida. [...]

É importante observar que a formação dos Estados nacionais baseou-se no estabelecimento de certa uniformidade cultural. Cada país foi construindo aos poucos a ideia de identidade e de pertencimento nacional, algo a ser compartilhado pelas respectivas sociedades. Mas, quase sempre, tais processos foram marcados por violentos embates e por resistências de diferentes povos, culturas e identidades. Em muitos casos, o grupo dominante ou vencedor terminou por impor aos demais grupos e culturas sua língua, seus valores, seus limites territoriais. Portanto, cada país possui muitas diferenças culturais internas.

Assim foi a formação de países como Espanha, Canadá e Reino Unido, que agregaram distintos povos e culturas. Hoje, regiões, províncias ou povos desses países reivindicam mais autonomia ou querem se separar do Estado nacional no qual estão inseridos, formando um país novo e independente (Catalunha e País Basco, na Espanha; Quebec, no Canadá; Escócia, no Reino Unido; além de muitos outros).

No quadro das relações internacionais, tem sido muito frequente explicar alguns conflitos como se fossem questões culturais. Assim foi com o massacre de membros da etnia tútsi pelos hútus em Ruanda, na década de 1990, evento frequentemente analisado como conflito étnico-cultural. Isso também aconteceu com o genocídio cometido pelas forças sérvias na atual Bósnia-Herzegovina, durante os conflitos na antiga Iugoslávia, também nos anos 1990. Ou, ainda, no caso do atual Sudão do Sul, com violentos conflitos entre duas etnias distintas, os dinka e os nuer.

Mas, em todos esses eventos, pode-se verificar a existência de interesses que vão muito além de uma disputa étnica. No caso de Ruanda, as fortes disputas pelo poder político; na antiga Iugoslávia, a pretensão da Sérvia de manter a unidade nacional sob seu comando político; no caso do Sudão do Sul, o fato de o país criado em 2011 possuir ricas reservas de petróleo.

A “indústria” cultural

Os pesquisadores alemães Max Horkheimer (1885-1973) e Theodor Adorno (1903-1969) formularam, nos anos 1940, a ideia de *indústria cultural* para se referir à produção em massa de bens culturais. Ao contrário do que ocorre com a cultura popular, os produtos da indústria cultural são mercadorias criadas para consumo de massa. Entre eles, figuram filmes de cinema – sobretudo dos Estados Unidos –, programas de rádio e TV, publicações, moda e entretenimento etc.

O consumo em larga escala desses bens desviou o olhar da sociedade e reduziu seu senso crítico. Além disso, padronizou gostos e ocasionou uma homogeneidade cultural. Seria, então, uma forma de dominação, um exercício de poder baseado na lógica capitalista de mercado. Tais questões permanecem vivas e continuam a gerar debates, dada a intensidade do consumismo atual.

Em seu dinamismo, as sociedades, culturas e identidades precisam levar em conta esses aspectos, verificando em que medida podem ou querem proteger seu repertório cultural e, ao mesmo tempo, adaptar-se de modo flexível às mudanças.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDO

Observe que o mapa da Atividade 2 é do tipo qualitativo. Cores ou hachuras foram usadas para diferenciar fenômenos; nesse caso, para cada língua oficial representada foi atribuída uma cor.

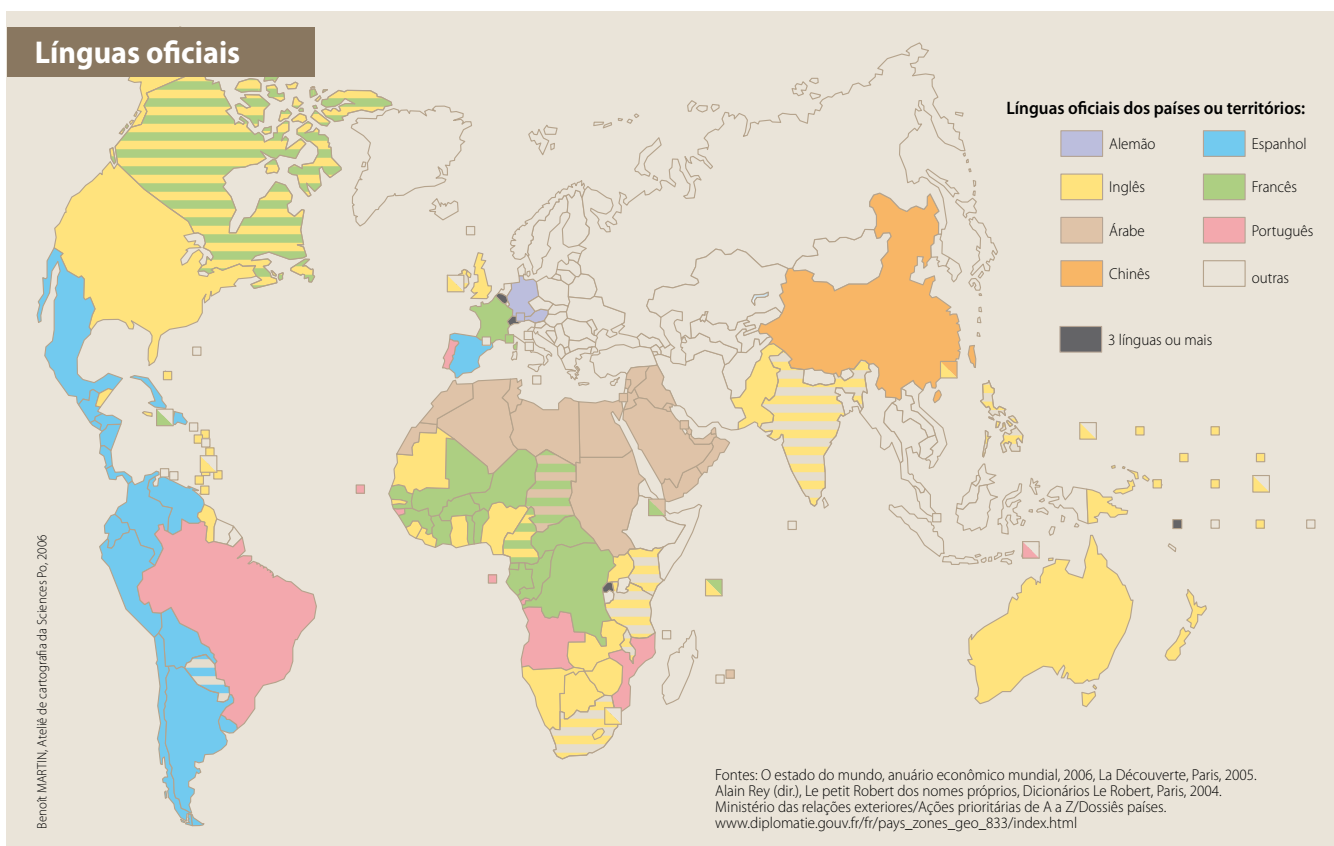
Há também, na atividade, um gráfico de barras. As faixas horizontais (também chamadas de linhas) representam percentuais de falantes das línguas mais usadas na internet, do maior percentual (inglês), na parte superior, para o menor percentual da lista, na parte inferior (coreano).

ATIVIDADE

2

Línguas faladas no mundo: um panorama

1 Examine o mapa e o gráfico a seguir e responda às questões.

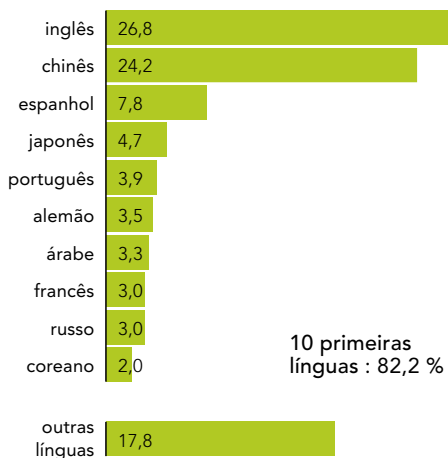


a) O mapa mostra a distribuição de algumas línguas que são faladas pelo mundo. Repare nos países que têm o português, o inglês e o francês como língua oficial. Cite exemplos e explique por que essas línguas têm tal distribuição.

b) Segundo o gráfico, o que se pode afirmar sobre o uso das línguas na internet?

Principais línguas na internet, 2011

Parcela das 10 primeiras línguas (em %), final de maio de 2011



Fonte: Internet World Stats, www.internetworldstats.com

ATELIER de Cartographie de Sciences Po, 2011. Disponível em: <<http://cartographie.sciences-po.fr/fr/principais-l-nguas-na-internet-2011>>. Acesso em: 28 jan. 2015. Tradução: Benjamin Potet.

2 Leia o texto a seguir e depois responda às questões.

Quando morre uma língua, desaparece uma cultura

O que poderia ser mais solitário do que estar na pele do último falante vivo de sua língua materna? Este, porém, é o destino de milhares de seres humanos: segundo os linguistas, até o fim deste século, dos quase 7 mil idiomas falados metade irá à extinção com a morte de seu derradeiro falante.

A perda de uma língua muitas vezes começa com a discriminação e termina com a assimilação de seus falantes. Nosso mundo urbano e globalizado é desfavorável a milhares de idiomas locais que antes estreitavam os vínculos de família, tribo e nação. Na época mais interconectada da história, estamos perdendo elos vitais da história remota.

a) De acordo com o texto, quantos são, aproximadamente, os idiomas falados no mundo? O que pode ocorrer com parte deles ao longo do século XXI?

b) Em sua opinião, o que pode significar para a humanidade a extinção de uma língua? Há algo que possa ser feito para evitar esse desaparecimento?



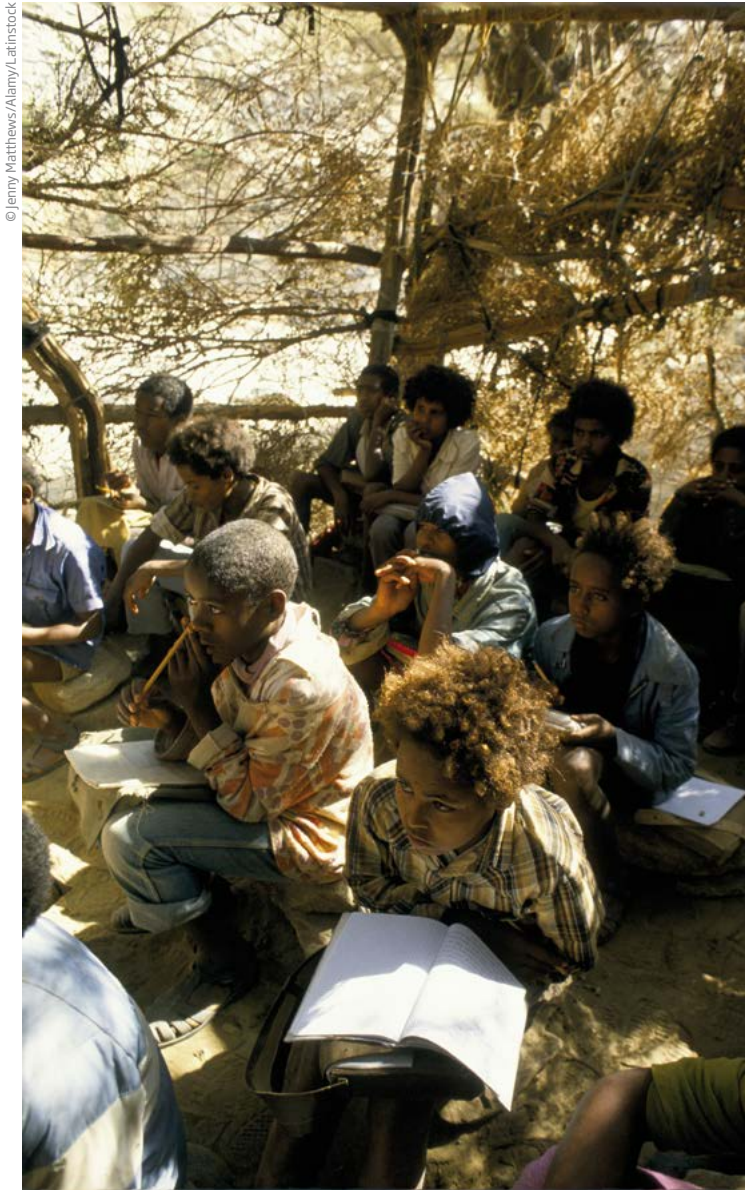
Línguas faladas no mundo: desafios atuais

Pesquisas mostram que hoje são faladas no mundo aproximadamente 7 mil línguas. De acordo com a Unesco, seriam entre 6 e 8 mil idiomas, metade dos quais são falados por menos de 10 mil pessoas. Por isso, calcula-se que há sérios riscos de desaparecimento de línguas ao longo do século XXI.

O que está por trás disso? O mapa *Línguas oficiais*, que você viu na Atividade 2, mostra que algumas línguas têm larga abrangência territorial. A maior parte delas são línguas europeias, impostas nos processos de colonização, o que ocasionou o uso disseminado do inglês, espanhol, francês e português. Nesse processo, milhões de nativos foram eliminados e, com isso, além de vidas, também foram perdidas línguas e traços culturais originais. Por outro lado, há falantes de línguas nativas que foram assimilados, abandonando gradativamente a língua materna.

Outro mecanismo de imposição linguística pode ser observado dentro dos próprios países, em tentativas de definir uma língua oficial para todo o território nacional, casos, por exemplo, do russo e do mandarim.

Muitas vezes, não se troca a língua materna pela do colonizador, mas por idiomas de grupos e culturas vizinhos, seja por fusão entre grupos, seja por dominação. Em outros casos, há um apelo, em especial entre os jovens, para dominar línguas de prestígio nos meios de comunicação e no mundo dos negócios. O uso da internet reflete o peso de algumas línguas atuais, sobretudo o inglês, usado por comunidades do mundo inteiro para a comunicação. Esse fato está associado à influência político-econômica dos Estados Unidos.



Aula ao ar livre na Etiópia, onde a língua oficial é o amárico.

Outra língua com grande número de falantes é o mandarim (considerado o chinês-padrão), idioma oficial da China. Mais de 1 bilhão de pessoas falam essa língua. Essas pessoas estão concentradas no território chinês e também dispersas em outros países e continentes.

Cresce a tendência ao *plurilinguismo*, isto é, ao domínio de dois ou mais idiomas por uma pessoa. Os próprios sistemas de ensino valorizam e reforçam isso.

Note-se que nem sempre há relação direta entre língua e cultura. Grupos culturais distintos podem falar o mesmo idioma, como no caso do russo, que foi imposto a um mosaico de culturas. Ou, então, no caso de regiões, países e grupos distintos do norte da África ao Oriente Médio, que adotaram o idioma árabe como língua oficial.

Algumas línguas atuais resultam também da mistura de diferentes idiomas, como as línguas chamadas *crioulas*. Entre elas, na América Central, está o *papiamento* – hoje a língua oficial nas ilhas de Aruba, Curaçao e Bonaire –, que combina o holandês, o português, o espanhol e línguas africanas. Há algumas décadas, vem surgindo nos EUA uma forma de se expressar que não chega a ser uma nova língua, a qual mistura o espanhol e o inglês, denominada *spanGLISH*. Isso vem ocorrendo por causa da grande presença de latino-americanos que vivem no país.

É importante destacar que, em parte, muitos idiomas (e outros traços culturais, como religiões, hábitos alimentares, organizações familiares etc.) se disseminaram, instalaram-se e se mantêm em outros territórios por causa das migrações.

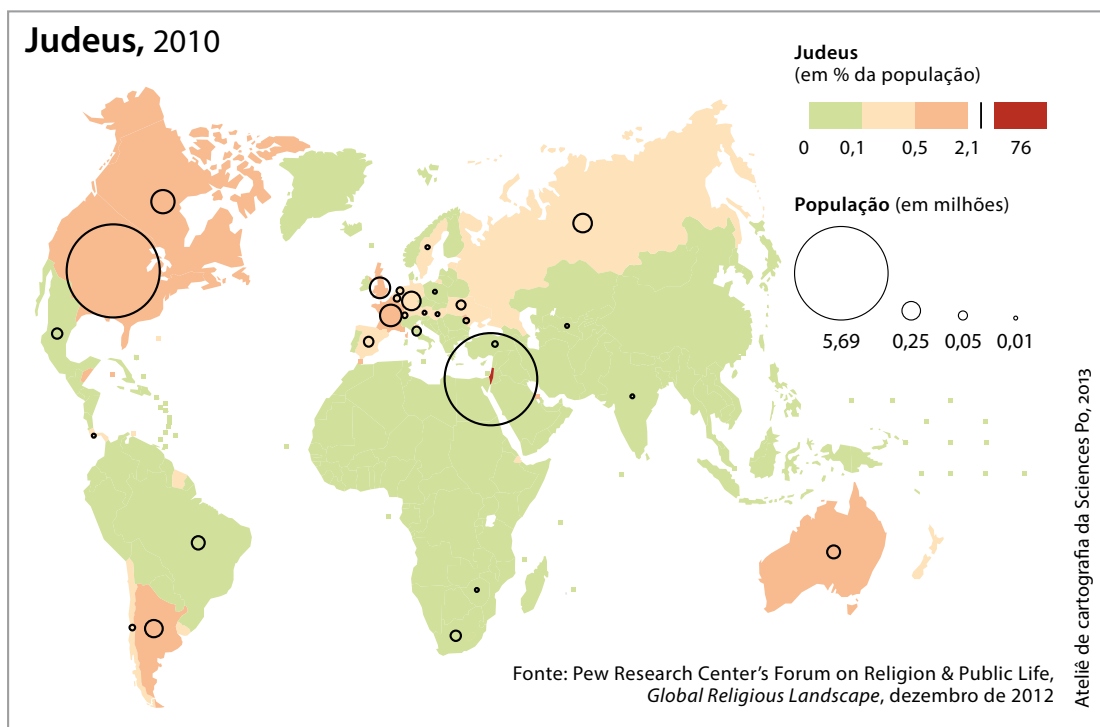
O desaparecimento de línguas representa, em primeiro lugar, a perda de diversidade cultural, uma das bases da riqueza humana. Perde-se também um notável acervo de saberes, já que os grupos criaram palavras e expressões para designar plantas, animais, fenômenos naturais, objetos, relações de parentesco, calendários, marcações do tempo e muitos outros. A recuperação ou a revitalização de línguas minoritárias é tarefa difícil. Programas da ONU e de políticas nacionais têm se dedicado a isso. Um exemplo ocorre no Brasil, com a formação de professores indígenas e a produção de publicações nas línguas originais, voltadas aos grupos que as utilizam.



Jovens uigures, no oeste da China - uma das 56 etnias reconhecidas oficialmente e que possui língua própria: o uigur.

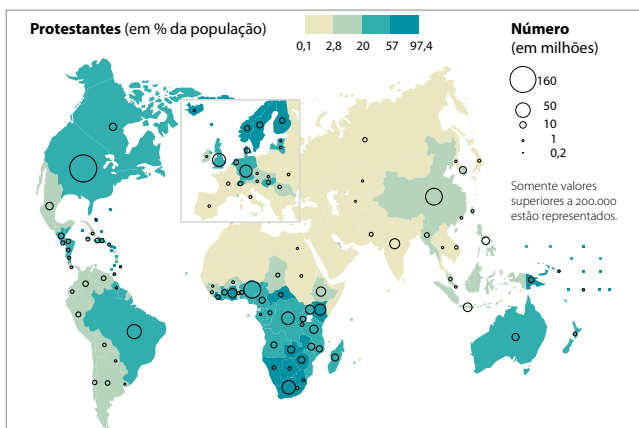
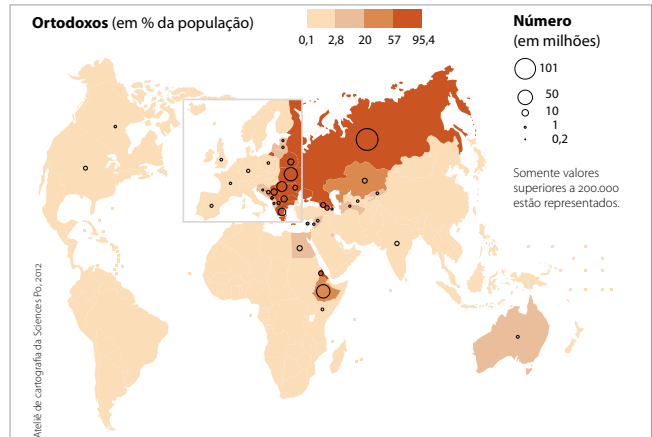
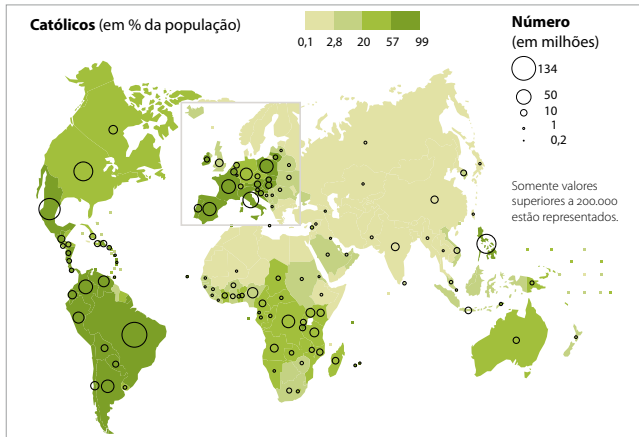
ATIVIDADE 3 As grandes religiões no mundo

1 Observe o mapa *Judeus, 2010*.



3 Observe os mapas *Católicos*, *Ortodoxos* e *Protestantes*. Como é a distribuição espacial desses três ramos diferentes do cristianismo? Em quais regiões cada um desses ramos possui mais adeptos e respondem por grandes percentuais das populações dos países?

Católicos, Ortodoxos e Protestantes, 2010



ATELIER de Cartographie de Sciences Po, 2010. Disponível em: <<http://cartographie.sciences-po.fr/fr/catholiques-protestants-et-orthodoxes-2010>>. Acesso em: 28 jan. 2015.
Mapas originais. Tradução: Benjamin Potet.



Religiões no mundo atual: um mapeamento

Os mapas expostos na Atividade 3 mostram a distribuição de religiões no mundo. Os muçulmanos, ou adeptos do islamismo, estão concentrados no Oriente Médio, no Leste Asiático, no norte da África e na África ocidental. A Indonésia é o país que tem o maior número de adeptos. Já os judeus se concentram no Estado de Israel e muitos encontram-se também na América Latina (sobretudo na Argentina).

O cristianismo aparece representado em três grandes correntes: católicos, ortodoxos e protestantes – os primeiros com forte concentração na América Latina e na Europa, sendo que o Brasil é o país com maior número de católicos (aproximadamente 123 milhões, segundo o Censo 2010 do IBGE). O cristianismo ortodoxo, por sua vez, se concentra na Rússia e no Leste Europeu. Já as correntes protestantes localizam-se na Europa, na América do Norte (sobretudo nos EUA) e na África Subsaariana.

A análise dos mapas nos permite verificar que, somadas as três correntes, o cristianismo é a religião que tem o maior número de adeptos, com mais de 2 bilhões de pessoas. Em seguida, está o islamismo, com aproximadamente 1,5 bilhão de seguidores. Em menor número, está o judaísmo. Essas três religiões, embora disseminadas em menor ou maior grau pelo mundo, têm em comum a sua origem no Oriente Médio.

É importante saber que outras religiões como o hinduísmo, o budismo, o taoísmo e religiões populares surgiram e se disseminaram na Índia, na China, no Japão e no Sudeste Asiático. Em menor número, o espiritismo se disseminou por alguns países do mundo. Existem ainda a umbanda e o candomblé, presentes no Brasil, que, assim como outras religiões, revelam a influência de crenças de origem africana.

Como no caso das línguas, as religiões não se restringem a uma dada área, região ou grupo de países. Com as migrações ao longo do tempo, os adeptos se espalham. Muitos se convertem a uma religião, mesmo que ela não seja a predominante em seu país ou sua cultura de origem. Além disso, as religiões mudam ou se adaptam também em face das influências externas. As fronteiras religiosas são, portanto, muito flexíveis.



Vista de Jerusalém, encontro das religiões muçulmana, judaica e cristã no Oriente Médio.

O sincretismo religioso é a fusão de elementos de duas ou mais religiões. No Brasil, há um forte sincretismo afro-católico em que se combinam elementos católicos e cultos de origem africana. Para evitar punições e poder cultuar suas divindades e tradições, africanos escravizados criavam correspondências entre os santos católicos e suas divindades. Por exemplo, no candomblé, Iansã é a deusa dos ventos e tempestades. Sua correspondente no catolicismo é Santa Bárbara.

As práticas religiosas são comuns aos seres humanos desde os tempos mais remotos. Escolher uma religião e praticá-la ou optar por outra durante a vida é um direito incondicional, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em declarações sobre a diversidade cultural aprovadas na ONU.

Do mesmo modo, deixar de professar uma religião também é um direito humano, e há muitas pessoas que declaram não possuir ou seguir religião alguma: são os ateus e os agnósticos. Para essas pessoas, as explicações sobre o mundo e a vida podem se pautar por comprovações científicas, por exemplo. Assim, não baseiam seus preceitos existenciais em visões religiosas.

Uma realidade triste no que diz respeito às religiões é que há, na história, inúmeros registros de conflitos violentos, mortes, perseguições e segregação em função delas. É comum que atitudes extremistas sejam associadas a uma ou outra religião. Existem organizações terroristas, como a Al Qaeda, e

outras da Ásia central, que fazem sua leitura particular do Corão (o livro sagrado do Islã), sendo assim consideradas islâmicas radicais. Há também fundamentalistas cristãos que promovem massacres e perseguições em nome de sua fé. É o caso dos grupos que condenam ou atacam homossexuais em diversos países. Mas isso não significa que todo muçulmano seja “terrorista” ou que todo cristão seja intolerante.



FICA A DICA!

Assista ao filme *E agora, aonde vamos?* (direção de Nadine Labaki, 2011), um divertido retrato de uma aldeia remota no Líbano, na qual cristãos e muçulmanos vivem em harmonia. Diante de tensões religiosas no país, as mulheres – muçulmanas e cristãs – unem-se para evitar que os homens entrem em conflito.



PARA SABER MAIS



Choque de civilizações?

Em 1993, o especialista em relações internacionais Samuel Huntington publicou um artigo enunciando a tese do “choque de **civilizações**”. O contexto dessa publicação era o final da Guerra Fria e a constituição de uma nova ordem internacional, sob hegemonia do Ocidente. Huntington defendia a ideia de que poderiam ocorrer conflitos no mundo em função das profundas diferenças entre grandes civilizações.



Civilização

Noção criada no século XVIII que se refere a um sistema de organização social, política, econômica e cultural compartilhado por grande número de sociedades, criando uma identidade coletiva em escala geográfica elevada e baseada na produção escrita, nas artes, na ciência, nas técnicas etc. A noção foi muito usada para promover a discriminação, opondo “civilizados” (o mundo europeu ou ocidental) a “não civilizados”.

Durante alguns anos, essa teoria serviu para explicar episódios de cunho religioso, como atos terroristas de grupos autodeclarados islâmicos e antiocidentais (como os que perpetraram os atentados terroristas nos EUA, em 2001). Entretanto, ela foi fortemente combatida por diversos especialistas. Entre as críticas, o fato de Huntington tratar civilizações ou culturas como algo estático, imutável e homogêneo. Esses críticos acreditavam que Huntington desconsiderava os intensos fluxos de pessoas no mundo, que permitiriam todo tipo de contato e interação entre representantes das ditas civilizações. Isso tornaria impossível a qualquer cultura, religião ou civilização manter-se isolada das demais. Frequentemente, a ideia de choque de civilizações é manipulada por líderes mundiais ou volta à tona para tentar explicar conflitos de diferentes ordens.

Patrimônios culturais da humanidade

Ao longo do tempo, as diversas religiões construíram locais destinados a cultos ou peregrinações, ou elegeram seus lugares sagrados. Por essa razão, alguns desses locais e lugares foram mantidos e devem ser respeitados. Por sua arquitetura, grandiosidade ou seu valor simbólico, muitos deles já foram declarados patrimônios culturais da humanidade pela ONU.

Desde 1972, a Unesco inscreve locais, reservas naturais e construções na lista dos patrimônios culturais da humanidade. Eles são fundamentais para a preservação da memória e identidade de grupos e para preservar registros da criatividade, inventividade e riqueza de povos e culturas. Assim, a lista é composta por três tipos de patrimônio:



Locais sagrados declarados patrimônios culturais da humanidade: Catedral de Burgos, na Espanha, e templo budista em Kandy, no Sri Lanka.

- *Patrimônio cultural*: monumentos, edifícios, núcleos urbanos e outros (chamados de sítios) de excepcional valor histórico, arquitetônico, arqueológico, científico e estético.
- *Patrimônio natural*: formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, além de *habitats* de espécies de plantas e animais que estejam ameaçados.
- *Patrimônio cultural imaterial*: práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, além de instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais associados a esses itens. Entram nessa lista obras, instrumentos musicais, festas, ritmos, danças, comidas e outros. Há, ainda, patrimônios mistos, que levam em conta a obra humana e o ambiente natural em que ela está inserida.

Para entender melhor essa classificação, veja o exemplo brasileiro. Entre os patrimônios culturais mundiais estão as cidades históricas de Ouro Preto (MG) e Olinda (PE); os centros históricos de Salvador (BA), Diamantina (MG) e São Luiz (MA); o Plano Piloto de Brasília (DF); as paisagens culturais do Rio de Janeiro, a Mata

Atlântica e as ilhas no Oceano Atlântico; ou ainda, o Parque Nacional do Iguaçu (PR), um patrimônio natural da humanidade.

O Brasil tem também quatro patrimônios imateriais já declarados: as expressões orais e gráficas do povo indígena wajãpi, do Amapá; o samba de roda do Recôncavo Baiano; o frevo; e a obra musical do pianista Ernesto Nazareth.

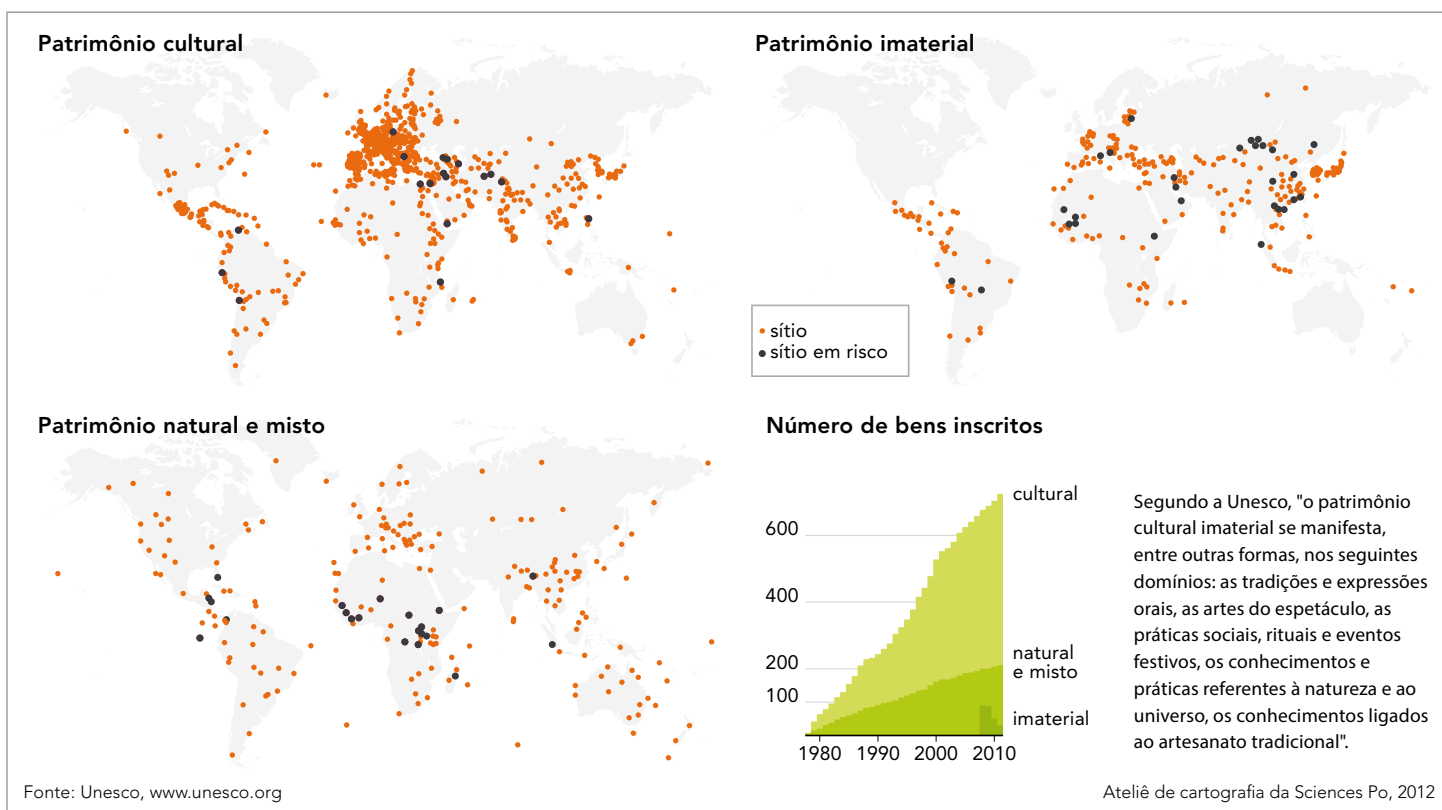


Samba de roda em Cachoeira (BA).

FICA A DICA!

Para saber mais sobre os patrimônios culturais do mundo e do Brasil, consulte o site da Unesco no Brasil, disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese>>; e do Iphan, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17155&retorno=paginaIphan>>. Acessos em: 22 out. 2014.

Unesco: Patrimônio mundial da humanidade, final de 2011



ATELIER de Cartographie de Sciences Po, 2011. Disponível em: <<http://cartographie.sciences-po.fr/fr/unesco-patrim-nio-mundial-da-humanidade-final-2011>>. Acesso em: 27 out. 2014. Mapas originais.



**PENSE
SOBRE...**

A ideia de intolerância foi usada para denominar situações de não aceitação do outro ou do diferente por motivações políticas, étnicas, raciais, religiosas e outras. O caminho da intolerância foi, quase sempre, o de promover a discriminação e a violência. Alguns questionam essas ideias e propõem praticar a tolerância em seu lugar. Para você, o que significa “tolerar” o outro? Tolerância seria o contrário de intolerância? Você já se envolveu em situações de intolerância ou foi vítima delas? Como as sociedades podem combater a intolerância? Registre suas reflexões a seguir.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - O que é cultura?

1 Lendo o texto, você pôde verificar que há diversos usos e compreensões do que é cultura. Entre os usos comuns estão a cultura como ilustração ou escolaridade, que o autor cita no início do texto ao tratar do caso de Maria; e a cultura como modos de vida de populações tradicionais, como os indígenas que vivem no Brasil. O autor também coloca o exemplo dos apinayés. Para ele, que é um antropólogo, a cultura seria o modo de viver geral de um grupo, uma sociedade, um país ou uma pessoa. Com base no texto, portanto, você pôde ver que o autor recusa as visões que estabelecem hierarquias ou níveis de “atraso” ou “superioridade” entre culturas distintas, mostrando que as culturas são diferentes e podem ser comparadas, mas sem hierarquias.

2 Resposta pessoal. Considerando que o autor defende que não há seres humanos sem cultura, já que cada indivíduo compartilha com os outros membros de sua sociedade uma série de códigos, valores e condutas, é possível fazer uma reflexão sobre os códigos que você utiliza, os valores que cultiva, seus hábitos e seus costumes.

Atividade 2 - Línguas faladas no mundo: um panorama

1

a) Foi possível observar no mapa que o português, representado pela cor rosa, é falado em Portugal, no Brasil, em alguns países da África e da Oceania. Os países que têm o inglês como idioma estão representados em amarelo, localizados principalmente na América do Norte, em algumas ilhas da América Central, no Reino Unido, na Oceania, na Índia e em alguns países da África. Já o francês, representado pela cor verde, está na Europa, em países africanos, na América Central e no Canadá, que possui duas línguas oficiais, o inglês e o francês. Analisando essa distribuição, você pôde ver que muitas línguas foram impostas por colonizadores, como no caso do Brasil, país com o mesmo idioma de Portugal, sua ex-metrópole.

b) Analisando o gráfico, é possível perceber que há predominância de apenas algumas línguas, diante da extrema variedade de idiomas existentes no mundo. As mais usadas são o inglês e o chinês-padrão (mandarim), a primeira por causa da força econômica e da influência cultural dos Estados Unidos, e a segunda por ser língua oficial e dominante de um país com grande população.

2

a) Como você pôde verificar no texto, atualmente existem aproximadamente 7 mil línguas. Estima-se que metade delas poderá desaparecer até o final do século XXI, pois muitas são faladas por um pequeno número de pessoas.

b) Resposta pessoal. É importante que você tenha considerado que há riscos de perdas culturais graves com o desaparecimento de uma língua, já que cada uma expressa conhecimentos, saberes, modos de vida e de se relacionar, assim como visões de mundo.

Atividade 3 - As grandes religiões no mundo

1 Você pôde observar no mapa *Judeus, 2010* que a maior parte dos adeptos do judaísmo está concentrada em Israel (o Estado judeu, criado em 1948) e nos EUA. Além dessas duas regiões, há comunidades importantes na Europa e na Argentina. Assim como ocorre com outras religiões, há judeus espalhados pelo mundo todo, incluindo o Brasil.



A series of 30 horizontal lines provided for writing on the page.

Neste tema, você vai examinar alguns elementos que constituem a riqueza e a diversidade cultural da América Latina. Essa região foi escolhida porque é nela que o Brasil está inserido, o que sugere reflexões sobre como os brasileiros se relacionam com seus vizinhos. Além disso, a escolha se deve à reconhecida diversidade cultural latino-americana, marcada por um passado colonial comum e uma forte mestiçagem entre indígenas, europeus e africanos.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Os países da América Latina têm em comum o passado colonial, com muitas consequências para os povos nativos e o meio natural da região. E também, de forma geral, para as sociedades atuais. O que você sabe sobre as consequências da colonização para os povos nativos e o meio natural da América Latina? Escreva suas impressões nas linhas a seguir.



América Latina: alguns recortes

O território conhecido como América Latina vai do Rio Grande, na fronteira entre México e Estados Unidos, à Terra do Fogo, no extremo sul da América do Sul. Em disposição longitudinal Norte-Sul, atravessa diferentes faixas climáticas. Na América Central, há um istmo e inúmeras ilhas; na América do Sul, a oeste está a Cordilheira dos Andes, dividindo o subcontinente, e a leste estão planaltos, serras baixas e planícies do Brasil e de países do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Paraguai). Na América do Sul, destacam-se as formações de florestas tropicais (Amazônia e Mata Atlântica), savanas, campos, entre outros.

Tal configuração resulta em grande diversidade natural e distintas formas de ocupação e produção do espaço ao longo do tempo. Lembrando que Brasil, México e Colômbia estão entre os países de maior biodiversidade do mundo.

Povos pré-colombianos

Os primeiros habitantes do continente americano teriam vindo principalmente da Ásia, em várias ondas migratórias que atravessaram o Estreito de Bering, entre o Alasca e o continente asiático. Ainda não há consenso quanto ao período em que essa migração teria ocorrido, mas alguns estudos indicam que isso se deu há aproximadamente 15 mil anos. Espalhando-se pelo continente, esses humanos deram origem a milhares de culturas distintas e milenares. Posteriormente, eles passaram a ser chamados de “povos pré-colombianos”, denominação que toma como referência a chegada do navegador Cristóvão Colombo à América, no ano de 1492.

A necessidade de produzir sua existência levou à constituição de modos de vida peculiares em cada ambiente do continente americano. Os povos pré-colombianos praticavam a criação de animais, como lhamas e alpacas. Nos atuais territórios do Peru, da Bolívia, do norte do Chile e de porções do Equador, ao longo da Cordilheira dos Andes, praticavam a agricultura. Nas florestas mais baixas, como na Amazônia, floresceram milhares de povos que viviam da agricultura, da caça e da coleta em meio a densas florestas tropicais.

Apesar de os grupos amazônicos mais remotos não terem deixado vestígios monumentais, pesquisas recentes mostram que, por volta do ano 1000, havia intensa circulação de ideias, pessoas e bens na região. Nela há sinais de aterros, diques, barragens e grandes aldeias com roças principais e secundárias. Séculos antes do surgimento do Renascimento na Itália, nativos da Ilha de Marajó (PA) e de regiões em torno de Manaus (AM) e Santarém (PA) produziam cerâmicas com desenhos em padrões gráficos muito sofisticados. Grandes centros cerimoniais foram construídos muito antes de os europeus erguerem a Catedral de Notre-Dame, em Paris.



© Fabio Colombrini/Acervo Arantiba

Urna com detalhes da rica cerâmica marajoara em Alter do Chão (PA).

No México, extraordinárias civilizações ergueram complexos sistemas de organização social e política, formaram Estados e criaram cidades com serviços públicos e edificações que impressionavam pelo porte e pela arquitetura. Estima-se que Teotihuacán, a 40 km da atual Cidade de México, chegou a ter 125 mil habitantes por volta do ano 600. Ela teria sido uma cidade multiétnica e multicultural, erguida ou transformada por maias, mixtecas, zapotecas e astecas. A civilização maia prosperou na Península do Iucatã (México) e em regiões dos atuais Guatemala, Belize, Honduras e El Salvador, na América Central. Os maias observavam os astros, criaram calendários e desenvolveram o comércio, a agricultura e o artesanato.



Pirâmide da Lua em Teotihuacán, no México.

Civilizações semelhantes surgiram e cresceram também na parte andina da América do Sul. Mesmo sem contato com a América Central, essas civilizações também criaram edificações que se destacam pela precisão arquitetônica. Enormes blocos rochosos eram extraídos, preparados e encaixados de forma a suportar tremores de terras. No atual Peru e no norte do Chile, várias culturas foram dominadas durante alguns séculos pelos incas. Eles mantiveram um vasto império com aproximadamente 20 milhões de pessoas, tendo a cidade de Cuzco, erguida a 3 mil metros de altitude, como sua capital e seu centro político. Muitas pedras vinham de regiões distantes, o que supõe o uso de sistemas de tração para levá-las aos locais mais altos, como no caso da cidade de Machu Picchu, no atual Peru.



Encaixe de pedras em edificações incas em Cuzco, no Peru.

Os incas e outros povos da região (moches, nazcas etc.) desenvolveram rico artesanato em ouro e prata, que são metais fáceis de manusear. Para esses povos, o ouro e a prata não tinham valor comercial, mas foram objeto de cobiça dos colonizadores europeus. Em vista disso e em razão do projeto colonial europeu, baseado na exploração de riquezas, muitas civilizações pré-colombianas foram extintas ou sofreram imposições culturais.



Inscrições no terreno vistas do alto, criadas pela cultura nazca, no sul do Peru.



Uma América Latina?

Existe uma identidade cultural latino-americana? Em outras palavras, o que une todos os latino-americanos? Sob quais critérios? Para examinar isso, é preciso, em primeiro lugar, saber de onde veio o nome “América Latina”. Embora existam divergências a respeito, a expressão teria sido usada pela primeira vez na França, então governada por Napoleão III, em meados do século XIX.

Na época, os franceses defendiam que haveria unidade linguística (latina), cultural e “racial”, mas o contexto era de disputas com outras potências europeias e com os Estados Unidos pela posse de territórios coloniais. Ao longo daquele século, diversos estudiosos latino-americanos também se debruçaram sobre isso, em um quadro de emancipação política e de criação de países independentes na região. Portanto, a denominação *América Latina* veio de fora, motivada por interesses externos, em vez de ter sido autoatribuída pelos povos e países da região.

O uso do termo, que se popularizou na imprensa, em documentos oficiais, livros escolares e mesmo na fala cotidiana das populações, deve ser feito com muito cuidado. Alguns estudiosos não consideram que países que não têm línguas latinas como idioma oficial (Jamaica, Bahamas, Suriname etc.) ou que não apresentam composição étnica “latina” (muitos têm maioria afrodescendente, como Haiti e República Dominicana) façam parte da América Latina.

Para alguns analistas, *América Latina* não seria um conjunto plenamente identificável no plano das relações internacionais e da geopolítica, dada a sua diversidade, as centenas de povos e culturas (nativos, imigrados, miscigenados) ou mesmo os distintos caminhos econômicos e políticos escolhidos pelos países da região. Outros pesquisadores utilizam também a expressão “ibero-américa” para diferenciá-la da América Anglo-saxã, ou seja, a América do Norte ocupada principalmente por ingleses (EUA e Canadá).

Alguns pesquisadores defendem a ideia de que uma eventual “identidade” latino-americana teria sido forjada a partir de contextos negativos, como um passado comum entre a maioria de seus países, colonizados e explorados pelos europeus e, posteriormente, oprimidos pelo imperialismo dos Estados Unidos. Isso tornaria o título pejorativo, já que os latino-americanos se identificariam por ser inferiores aos europeus e aos norte-americanos.

Esse passado colonial, como se sabe, foi marcado pela intensa exploração na pilhagem de metais preciosos na América andina e nas monoculturas de exportação da América portuguesa ou da América Central, entre outros casos. Também é preciso

considerar a eliminação física de povos e de seu rico repertório cultural (quase sempre ignorado pelo colonizador): foram dezenas de milhões de nativos que perderam suas vidas e tiveram cidades, modos de vida, obras de arte, artesanato e saberes destruídos. Isso também ocorreu na América do Norte. Na América Latina, ordens religiosas católicas trataram ainda de catequizar indígenas e reforçar o projeto colonial.



FICA A DICA!

Inúmeros filmes mostram o embate entre povos nativos da América e os colonizadores europeus ou “homens brancos”. Assista a alguns deles, como *A missão* (direção de Roland Joffé, 1986), *Como era gostoso o meu francês* (direção de Nelson Pereira dos Santos, 1971), *O pequeno grande homem* (direção de Arthur Penn, 1970) e *Xingu* (direção de Cao Hamburger, 2012).

É importante notar a hegemonia e a forte influência dos Estados Unidos sobre a região, especialmente a partir do final do século XIX. Nesse período, a maior parte dos países se tornou independente. Desde aquela época, os EUA passaram sistematicamente a intervir na América Latina, seja invadindo países (República Dominicana, Haiti, Cuba, Nicarágua e outros), apoiando ou depondo ditadores, controlando o Canal do Panamá (até 1999), seja exercendo seu poder econômico e suas influências culturais, disseminadas pela avassaladora presença de seus filmes e músicas em outros países.

Um revés importante no projeto estadunidense de controle do continente foi a revolução socialista em Cuba, em 1959, que derrubou o ditador Fulgencio Batista, aliado dos EUA. Desde então, o regime cubano sofre forte embargo econômico do governo estadunidense. Cuba não tem um sistema de representação política como o do Brasil, do Chile, da Argentina ou de outros países latino-americanos. Portanto, a população não tem o poder de escolher seus governantes.



Dançarinos de salsa em Havana, Cuba.

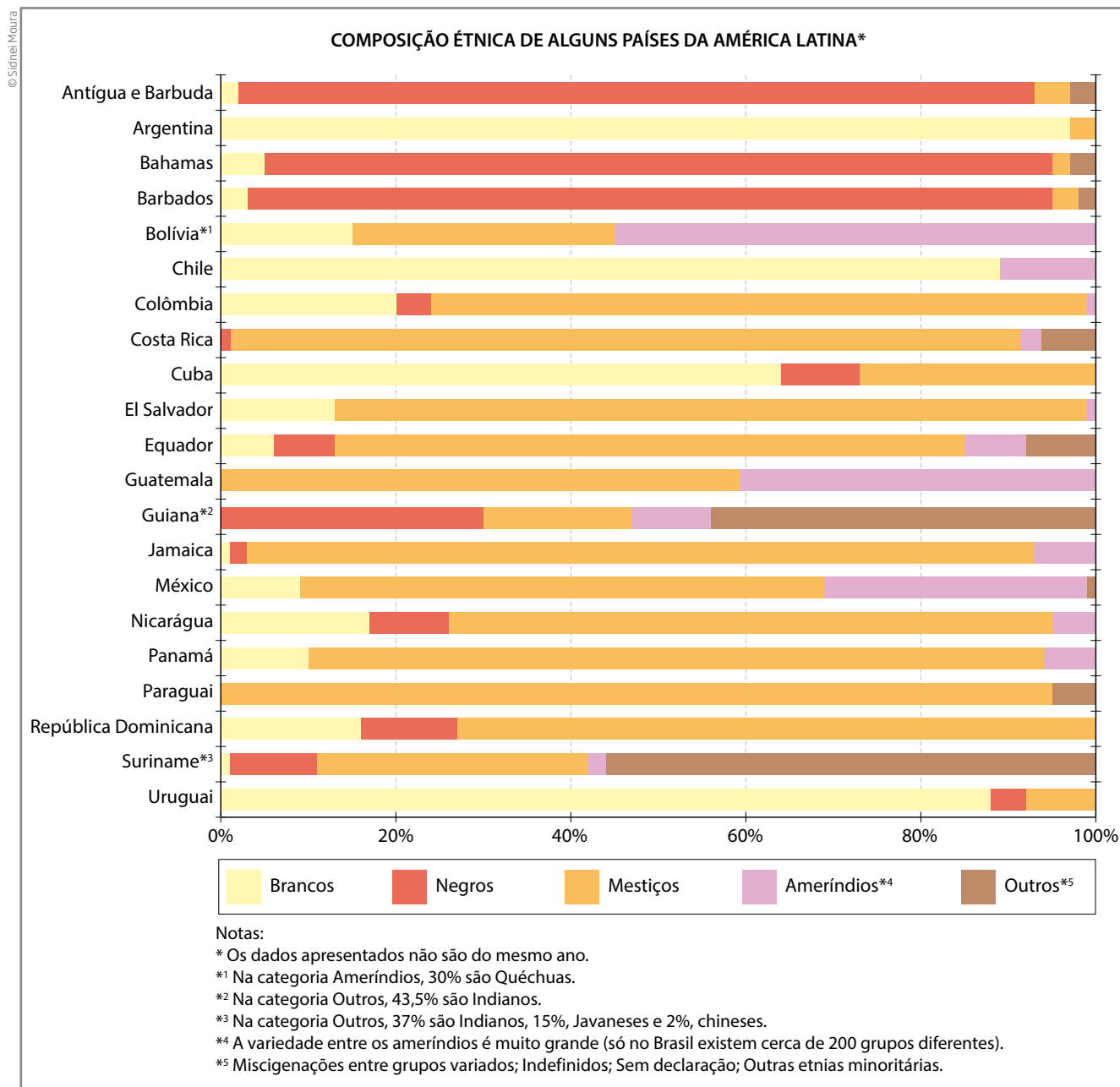
Uma característica que distingue a América “latina” da “anglo-saxã” é a forte miscigenação na primeira. Os ingleses que foram para a América do Norte eram protestantes em sua maioria e, como apontam diversos estudos, quase não se misturaram com nativos e afrodescendentes. Mas isso não significa que não tenham atuado de modo a deslocar, aculturar ou exterminar membros das culturas nativas.

Ao sul do Rio Grande, ao contrário, a mistura entre povos nativos, europeus, africanos e, mais tarde, novos imigrantes europeus e asiáticos é um traço comum a todas as regiões. Já foram vistos também exemplos de que isso se deu com as línguas faladas e outras práticas culturais nos países da região.

ATIVIDADE

1 Composição étnica na América Latina

Examine o gráfico e responda às questões da próxima página.



1 Cite três países do continente americano com:

a) predomínio de população branca.

b) grande proporção de ameríndios.

c) grande proporção de mestiços.

2 De modo geral, o que se pode afirmar sobre a composição étnica dos países da América Latina?



América Latina: diversidade, identidades, integração

Os dados apresentados na Atividade 1 mostram a constituição de culturas bastante diversas, marcadas pela miscigenação e pela heterogeneidade. Há, portanto, em solo americano, grande proporção de grupos que resultam de misturas entre povos nativos e europeus, asiáticos, africanos e seus descendentes.

As grandes ondas de migrações para a América nos séculos XIX e XX e a mobilidade das pessoas entre países da região acentuou essa miscigenação. Na atualidade, tais fluxos continuam a ocorrer, como os de bolivianos e peruanos ao Brasil e os de haitianos ao Peru e ao Brasil.

Grande parte dos países da região fala o espanhol, levado para a América durante o processo de colonização. É uma língua com muitas variantes regionais e nacionais, com diferenças de pronúncia e vocábulos, mas que não chegou a criar idiomas à parte. No Brasil, a língua oficial é o português, com pronúncia um tanto distinta da dos outros países que o adotam como língua oficial. Nos demais países da América Latina, além das duas citadas, falam-se línguas crioulas, inglês, francês, variantes do holandês e vários idiomas nativos.

Apesar do genocídio, da exclusão e da aculturação do passado, diversas línguas indígenas permaneceram. Entre os exemplos estão as da Bolívia, do Peru e do Paraguai. Nos dois primeiros, além do espanhol, duas línguas nativas, o quéchua e o aimará, também são idiomas oficiais. No Paraguai, são oficiais o espanhol e o guarani.



Cholas peruanas com tecidos multicoloridos. O termo *cholas* significa “que vem do campo” e denomina as mulheres de etnias quéchua e aimará que tingem, tecem e vendem esses tecidos.

O Brasil também contribui para essa diversidade, pois vivem no seu território aproximadamente 200 povos indígenas e são faladas em torno de 180 línguas nativas diferentes. Há também línguas de influência africana no País, como as encontradas entre descendentes de quilombolas e as que são faladas em alguns quilombos remanescentes, como é o caso do visungo, nas redondezas de Diamantina (MG).

A composição étnica e as línguas faladas configuram na América um quadro de extrema diversidade cultural. Isso também é reforçado pela grande variedade de hábitos alimentares, vestuário, expressões artísticas tradicionais (ritmo, canto, dança, instrumentos musicais etc.) e modernas (literatura, cinema, artes plásticas etc.), festas populares com ou sem ligações com o calendário católico e rico acervo de objetos e edificações das culturas pré-colombianas e coloniais.



Dançarinos de tango em Buenos Aires, na Argentina.

A diversidade cultural apresenta grande potencial para promover o desenvolvimento econômico e social. A produção, divulgação e apresentação de expressões artísticas, a preservação de patrimônios, os estímulos à visitação cultural, a criação de acervos e registros da produção cultural, entre outros, podem mobilizar recursos financeiros, gerar empregos, criar intercâmbios e ajudar a preservar ambientes e modos de vida.



Carnaval com bonecos gigantes no Brasil, onde são múltiplas as expressões dessa tradição. Olinda (PE), 2010.

Para que isso possa ser garantido, é necessário promover o diálogo intercultural, situação na qual representantes de uma dada cultura reconhecem e respeitam o valor e o significado das demais culturas, recusando estereótipos e situações de intolerância. A partir daí, poderiam ser criadas condições para o diálogo e o intercâmbio cultural, com enriquecimento mútuo. A América Latina, em particular, dispõe desse potencial.

Novos contextos socioeconômicos e territoriais podem favorecer também a maior integração entre povos e países latino-americanos e, portanto, ampliar a proximidade entre eles. Por exemplo: com o Mercosul, muitos brasileiros passaram a se interessar pelo castelhano falado nos países vizinhos, e o espanhol tornou-se obrigatório em muitas escolas. Isso vem sendo reforçado pelo aumento da visitação turística de brasileiros a países vizinhos da América do Sul. Do mesmo modo, a maior circulação de pessoas de outros países da América do Sul no Brasil cria proximidade desses grupos com a língua portuguesa e com os traços culturais e valores da sociedade brasileira.

São cada vez mais frequentes festivais literários, de cinema e de música que refletem a atual produção latino-americana nessas áreas. Além das trocas culturais, tais eventos geram a circulação de recursos econômicos e a criação de empregos, com a publicação de livros, a exibição de filmes e obras de arte, viagens e intercâmbios de artistas e técnicos etc.



ASSISTA!

Geografia – Volume 3

América Latina

O vídeo discute o processo de colonização do continente americano com destaque para a sua diversidade etnocultural e econômica. Apresenta os países que formam a América Latina, realçando a influência dos subsistemas geográficos que caracterizam o distanciamento ou a aproximação entre eles, formando distintos grupos. Ao longo do vídeo, são apresentados depoimentos de pessoas que se identificam como latino-americanas, comentando sobre o que é a América Latina. Também analisa a situação política e econômica de alguns países e suas intenções quanto a projetos de integração regional. Ao final, há uma reflexão sobre o que identifica esses países no cenário mundial.



PENSE SOBRE...

Com base no que você estudou neste tema, responda: Em sua opinião, o Brasil tem afinidades culturais suficientes com os países vizinhos, capazes de reforçar um senso de pertencimento de nosso País à América Latina? Você se identifica como um latino-americano? Converse com outras pessoas para saber o que elas pensam a respeito dessas questões. Depois, registre suas reflexões nas linhas a seguir.



DESAFIO

Uma longa subida. Você levanta o pescoço, direciona o olhar, procura por um plano B e percebe que a única alternativa é mesmo encarar a ladeira. Não é a primeira do dia. E, em Ouro Preto (MG), não será a última – afinal, a fama do lugar vem das ruas íngremes e estreitas, cobertas de paralelepípedos e ladeadas por casas em estilo colonial. Em 1980, tais atributos, aliados à arquitetura barroca de igrejas e museus, levaram Ouro Preto a ser a primeira cidade brasileira agraciada pela Unesco com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Um estudo da Universidade Federal de Viçosa revelou que há uma proliferação de cupins, as encostas vêm sendo ocupadas de forma ilegal e o tráfego de veículos provoca rachaduras nas antigas moradias. Com os problemas detectados, a cidade chegou a correr o risco de perder o título internacional.

Fonte: National Geographic Brasil, edição n. 127, outubro de 2010, p. 27. Com adaptações.

Com base no texto sobre a situação de Ouro Preto, conclui-se que no Brasil:

- a) Estão ausentes das cidades do país edificações, vias e monumento de valor histórico-cultural que mereçam ser alvo de políticas de conservação.
- b) A prioridade é estimular o avanço de atividades econômicas, já que a presença de bens histórico-culturais é incapaz de gerar emprego e renda.
- c) Inexistem políticas públicas de conservação e restauração de imóveis, traçados de vias e sítios históricos em núcleos urbanos mais antigos.
- d) Estão presentes no país os desafios de conciliar o dinamismo econômico atual com a conservação do patrimônio histórico-cultural nacional.

Viagem do Conhecimento/National Geographic, 2010. Disponível em: <http://www.viagemdoconhecimento.com.br/arquivos/PROVA_3_FINAL.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Composição étnica na América Latina

1

- a) Argentina, Chile, Cuba e Uruguai.
- b) Bolívia, Guatemala e México.
- c) Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Jamaica, Panamá, Paraguai, entre outros.

2 Baseando-se no gráfico, você pôde verificar o quadro de extrema variedade e miscigenação em países da região, o que reforça os conteúdos apresentados neste tema no que diz respeito à diversidade cultural de povos da América Latina.

Desafio

Alternativa correta: **d**. A leitura do texto ajudou você a perceber que no Brasil há dificuldades para conservação do patrimônio histórico-cultural nacional.

TEMAS

1. África: antecedentes históricos
2. África: desafios contemporâneos

Introdução

Esta Unidade se dedicará ao estudo da complexidade e da heterogeneidade do continente africano. Estudar a África significa também refletir sobre o Brasil, país com número elevado de afrodescendentes – os que se declaram pretos e pardos superam 51% da população. Por isso mesmo, a Lei federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, instituiu a obrigatoriedade do estudo sobre a história e a cultura afro-brasileira na educação nacional. Vale ressaltar, também, que o Brasil vem reforçando laços com os países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

África: antecedentes históricos **TEMA 1**

A África pré-colonial possuía uma imensa riqueza cultural e social, cidades, monumentos e intenso comércio terrestre e marítimo a longas distâncias. Além disso, havia complexa organização social e política, com reinos, cidades-Estado, povos, tribos e clãs (estes criados com base em laços de parentesco), algo que a maioria dos europeus sequer imaginava antes de invadir o continente.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

A África é um continente composto por muitos países com diferentes histórias e características geográficas. O que você sabe a respeito da África? Conhece algo sobre a diversidade de sua vegetação? E sobre os diferentes povos? Ouviu falar sobre as civilizações africanas anteriores à era cristã? Onde e como viviam?

Para ajudá-lo, veja o mapa da próxima página, com os atuais limites entre os países africanos, seus biomas e principais tipos de vegetação. Se necessário, consulte um atlas geográfico para localizar as áreas mencionadas. Escreva suas reflexões em seu caderno.

África: biomas e coberturas vegetais



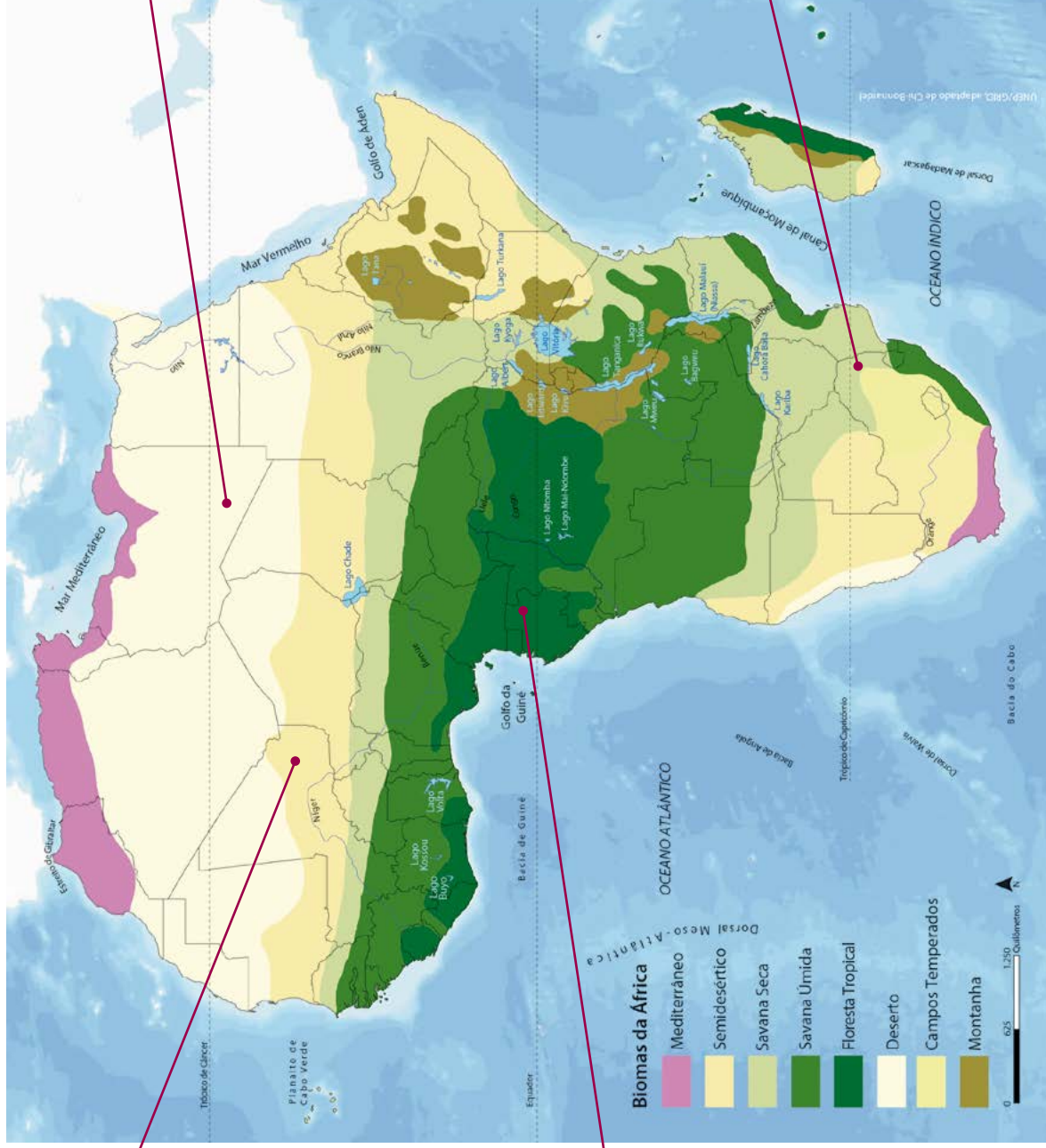
© Michael Dwyer/Alamy/Clow Images

Estepes semiáridas do SaHEL, no Mali.



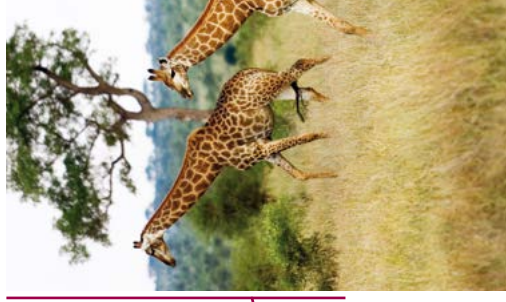
© Jacques Jangux/Alamy/Clow Images

Floresta tropical no Gabão, na África central.



© Konrad Wothe/Imagebroker/Caspiox

Deserto do Saara, no sul da Líbia.



© Massimo Ripan/Grand Tour/Corbis/Latinstock

Savanas no Parque Nacional Kruger, na África do Sul.

UNEP. *Africa: atlas of our changing environment*. 2008. p. 10. Disponível em: <<http://www.unep.org/dewa/africa/AfricaAtlas/>>. Acesso em: 20 jan. 2015. Mapa original (base cartográfica com generalização; algumas feições do território não estão representadas; adaptado para fins didáticos).

África pré-colonial: diversidade natural e sociocultural

Os diversos grupos africanos se distribuíram pelos variados compartimentos naturais do continente, a eles se adaptando e criando seus modos de vida – do imenso Deserto do Saara, ao norte, às florestas tropicais e savanas da África Subsaariana.

O Rio Nilo, por exemplo, que nasce no lago Vitória, ao sul, e deságua no Mar Mediterrâneo, ao norte, tornou-se rota de comércio e povoamento. Às suas margens, milênios antes da era cristã, ergueram-se grandes civilizações, como o Egito Antigo, e viveram povos como os cushitas, os ahemitas, os núbios e outros que habitaram os atuais Sudão e Etiópia.



Templo de Karnak, que integra o conjunto de Tebas, construído no Egito Antigo e hoje declarado Patrimônio Cultural da Humanidade.

Outros rios, como o Congo e o Zambeze, cumpriram também esse papel. Às margens do Rio Níger, também conhecido como Rio Oiá, conviveram povos como os bambaras, os haussás, os iorubás e os fons. Esses dois últimos influenciaram profundamente a cultura brasileira por causa do tráfico de africanos escravizados ocorrido entre a América portuguesa e o Golfo do Benin, no período compreendido entre os séculos XVII e XIX.

O norte da África (atuais Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos) foi habitado ao longo do tempo por berberes, pastores e comerciantes nômades do deserto que, a partir do século VII, receberam forte influência árabe-muçulmana. Outros grupos, como os tuaregues, cruzavam o deserto do Mediterrâneo ao sul, até cidades como Tombouctou, no atual Mali. Tais movimentos contribuíram para difundir o Islã na África ocidental e ao sul do Saara.

Na África ocidental, sucederam-se, segundo datas estimadas, impérios como os de Gana (século VI a XI), Mali (século XIII a XV) e Songai (século XV a XVI). Neles, as cidades se situavam nos entroncamentos das rotas de caravanas e concentravam

artesãos e comerciantes. As trocas comerciais e culturais eram mantidas por populações islâmicas e não islâmicas. Os impérios acumulavam riquezas, como o ouro das minas nos rios Senegal e Níger, tinham exércitos, possuíam estruturas administrativas e controlavam rotas comerciais. O declínio desses impérios ocorreu, basicamente, por causa de disputas internas e com vizinhos.

Na África ocidental, havia ainda as civilizações iorubá (atual Nigéria), mandinga e fula, ou os reinos de Daomé (hoje, Benin) e Axânti (atuais Gana e Costa do Marfim).

Várias civilizações e reinos se desenvolveram também na África central e meridional. Entre eles, os bantos (ou bantus), um mosaico de povos que tinham línguas e cultos religiosos assemelhados; e o reino do Congo e grupos da costa oriental que falavam o suaíli, língua geral com influência do árabe e de idiomas do Oceano Índico. Mais ao sul, viviam grupos diversos e habitantes de reinos como o Zulu, no leste da atual África do Sul.



© Peter Groenewijk/Robert Harding/Latinstock

Vista da muralha do Grande Zimbábue, capital do antigo reino de Saba. Um testemunho da civilização xona (século XI ao XV), grupo banto que viveu na região do atual Zimbábue. As muralhas são Patrimônio Cultural da Humanidade.



Drama africano: o tráfico de escravos e suas repercussões

Quando se deu sobre o continente africano, a escravidão não era bem uma novidade. Diversas sociedades ao longo da história conheceram-na bem de perto, entre elas, a grega e a egípcia na Antiguidade. Mas nada se compara em números e duração ao intenso comércio de seres humanos (principalmente de africanos) praticado pelos colonizadores europeus do século XV ao XIX.

Na África pré-colonial, alguém podia se tornar escravo por pertencer a um grupo vencido em uma guerra, tornando-se cativo. Ou, ainda, por deixar de pagar dívidas ou transgredir regras de convivência social. Era comum escravizar mulheres, tanto para tarefas domésticas como para levá-las aos haréns de soberanos. Mas indivíduos também podiam deixar de ser escravos por terem habilidades especiais, como aptidão para cálculos ou para o artesanato e a construção.

Assim, as sociedades africanas não eram baseadas no **sistema escravista**. Foi na América colonial que esse processo ocorreu de maneira profunda, em que a atividade econômica, os territórios e a própria manutenção da sociedade estavam apoiados no trabalho escravo, fosse em regiões dos atuais Estados Unidos, fosse na América Central ou do Sul, sobretudo na América portuguesa.

A chaga da escravidão, uma grande tragédia da humanidade, iniciou-se com a chegada dos europeus ao continente africano, a partir do século XV. O tráfico de seres humanos passou a fazer parte de um complexo sistema de relações entre europeus e alguns grupos dominantes ou chefes políticos africanos, envolvendo intensas trocas de bens.

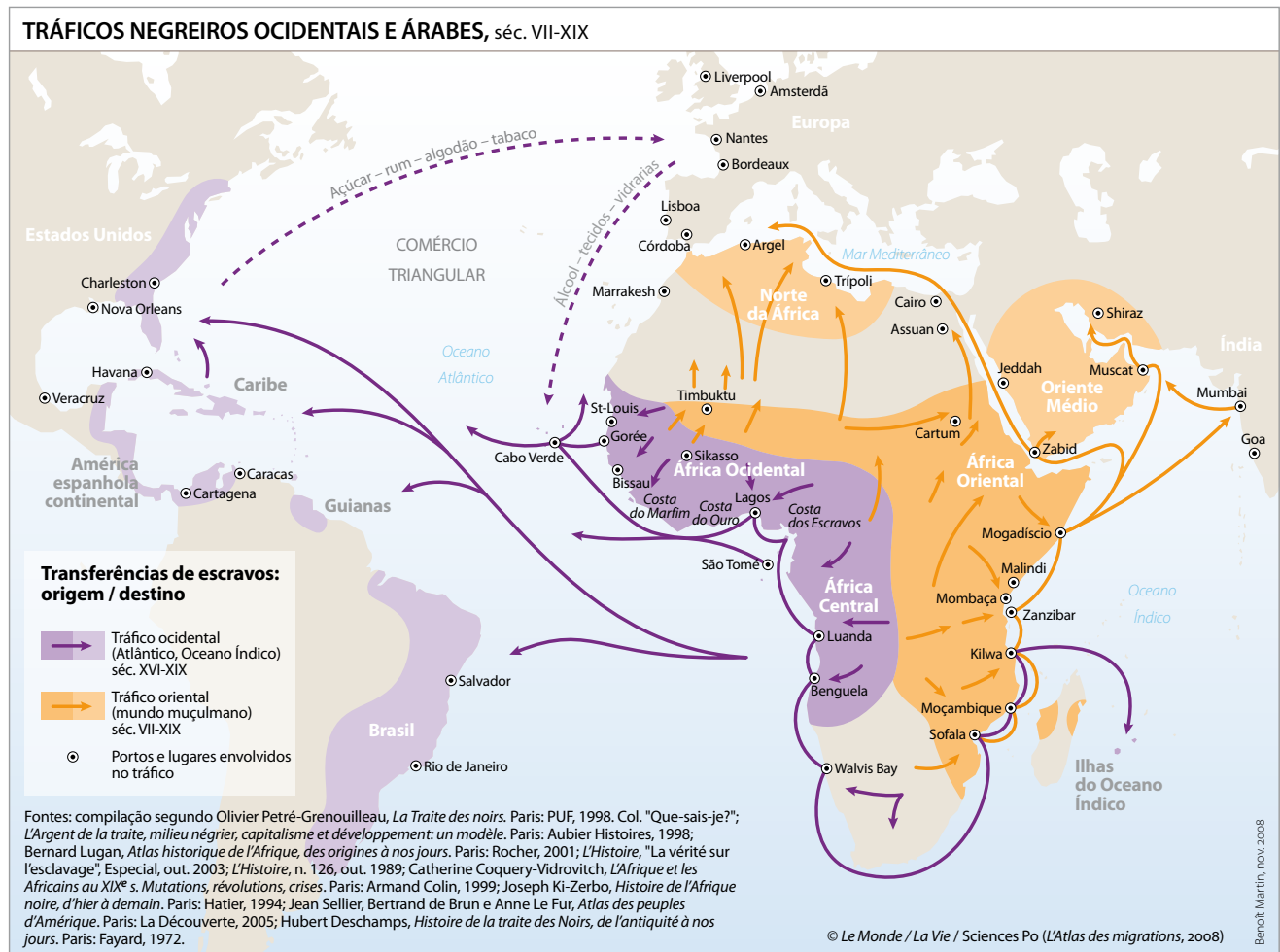
Os portugueses estiveram à frente desse negócio, obtendo africanos escravizados em troca de bebidas destiladas do Brasil, tecidos originados da Índia, contas de vidro de Veneza (Itália), armas, pólvora, cavalos, barras de ferro etc. O tabaco da Bahia também era apreciado por comerciantes africanos, enquanto marfim e madeira seguiam da África para a Europa. Aos poucos, os europeus utilizaram portos existentes e instalaram outros, criaram fortificações – como a de São Jorge da Mina, no Golfo de Benin, na África ocidental – e estabeleceram negociações com grupos locais. Mas não significa que, nesse contexto de ampliação do sistema escravista, não tenha havido resistência de povos à presença estrangeira.

Visando melhores resultados, os europeus fomentaram guerras de conquista entre povos locais, armaram-se bem e se impuseram à força. Por sua vez, grupos locais aliaram-se a estrangeiros para resolver disputas com grupos rivais.

Os portugueses foram os pioneiros no comércio de africanos escravizados, seguidos por holandeses, franceses, ingleses e espanhóis. Depois, brasileiros, estadunidenses e cubanos entraram nesse comércio. Entre as regiões fornecedoras de africanos escravizados entre os séculos XVII e XIX estavam as da costa da Mina, ou Golfo de Benin, e a do litoral de Angola (Luanda, Cabinda, Benguela). No século XIX, o tráfico de africanos escravizados da costa oriental (atual Moçambique) para o Brasil ganhou relevância.

Na costa da Mina, entre os grupos locais envolvidos no tráfico estavam os reinos de Daomé e Oió. Na costa angolana, os portugueses estabeleceram alianças com grupos imbangalas. Mas foi também em Angola que ocorreu um dos maiores focos de resistência, comandados por líderes como a rainha Jinga, do reino do Dongo, que lutaram contra os portugueses por aproximadamente um século a partir de 1580.

O mapa a seguir mostra as regiões africanas envolvidas diretamente no tráfico e os portos e feitorias controlados por europeus para embarcar os escravos em direção às Américas.



DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 46. Mapa original.

Os africanos vendidos como escravos eram de grupos, nações ou etnias distintas. Em grande parte, foram identificados de modo errôneo ou simplificado. Os malês, por exemplo, eram um grupo, na maioria islamizado, que no século XIX esteve reunido em um movimento político em Salvador (BA), que ficou conhecido como "revolta dos malês". Outro caso é o dos iorubás, que foram chamados de "nagôs" pelos europeus. A denominação "banto" incluía um enorme número de povos da

África austral que tinham elementos linguísticos em comum. Além disso, o tráfico negreiro identificava os africanos como meras mercadorias, atribuindo-lhes nomes de acordo com o lugar de origem ou do porto de embarque. Assim, alguns eram chamados de “cabinda”, “congo”, “benguela”, “quiloa”, “rebolo”, entre outros.

Nas terras americanas, os africanos que foram escravizados viveram todo tipo de infortúnio. Sofreram tratamento cruel e desumano, muitas vezes trabalhando até a morte. A expectativa de vida entre eles era muito baixa e grande parte foi separada da família ou do grupo de origem.

Por volta de 1830, a população estimada de negros e mestiços no Brasil era de 4 a 5,3 milhões, aproximadamente 70% dos habitantes. Essa situação provocou resistência ora pacífica ora violenta à escravidão. Mulheres escravas evitavam ter filhos, por exemplo. Alguns grupos enfrentavam os senhores de escravos e fugiam. Os escravos que conseguiam sobreviver, muitas vezes, se refugiavam em quilombos e estabeleciam uma forma organizada de resistência à escravidão.



FICA A DICA!

Inúmeros filmes e livros abordam os efeitos da escravidão na África e na América. Assista *Quilombo* (direção de Carlos Diegues, 1984), *Tempo de glória* (direção de Edward Zwick, 1989) e *Doze anos de escravidão* (direção de Steve McQueen, 2013). Leia também o romance *Equador*, do escritor português Miguel Sousa Tavares (2004), que trata da colonização portuguesa em São Tomé e Príncipe.

A proibição do tráfico de escravos no século XIX não eliminou a escravidão por completo. Ela perdurou, em formas análogas, até o século XX, com a participação de europeus e de alguns chefes africanos, em regiões da Índia e do Oceano Pacífico, levada por colonizadores europeus. Relações de trabalho semelhantes à escravidão permaneceram também em cultivos de cacau em São Tomé e Príncipe, e nas minas de ouro e diamantes comandadas por ingleses no que é atualmente parte da África do Sul e do Zimbábue. Até hoje, o trabalho escravo precisa ser combatido no mundo, o que inclui algumas situações vigentes no Brasil.

No País, também é conhecido o fato de os negros receberem salários inferiores aos dos brancos, mesmo ocupando cargos semelhantes. Além disso, a incidência de pobreza é maior entre as populações preta e parda (conforme a classificação usada pelo IBGE).

No Brasil e em grande parte da América permanece o inegável e riquíssimo legado afrodescendente: nas artes, na língua, nos cultos religiosos, na composição étnica das populações e no mundo do trabalho. Como exemplos, podem ser citados ritmos e danças, como o samba, o frevo, o lundu e o maculelê.

ATIVIDADE 1 A chaga da escravidão

Com base no que você estudou nesta Unidade e em suas experiências, reflita sobre o significado da escravidão para a condição humana. Pense também a respeito do que a escravidão representou para indivíduos, povos e grupos africanos e para seus descendentes na América. Escreva um texto nas linhas a seguir.

Lined writing area consisting of multiple horizontal lines.



Partilha da África: um novo sistema de exploração colonial

Ávidos por recursos e matérias-primas e sob as demandas do capitalismo industrial, os europeus promoveram uma nova corrida colonial na África, no final do século XIX e ao longo do século XX. Essa nova fase teve a Conferência de Berlim como marco fundamental. Chefes de Estado se reuniram na capital alemã, entre 1884 e 1885, e traçaram estratégias para ocupar, colonizar e explorar a África. Imaginavam ter esse direito, dada a sua presença em diversas regiões africanas.

Os portugueses, por exemplo, haviam criado, no século XV, fortalezas e vilas para administração colonial ao longo da costa atlântica: em Luanda e Benguela (que ficam na atual Angola), Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Além disso, penetraram no interior de Angola e Moçambique e montaram fortalezas ao longo dos rios Cuanza e Zambeze. Havia também colônias de holandeses na África do Sul e a presença britânica no Egito.

Durante muito tempo, os europeus mantiveram-se na faixa litorânea, para garantir o comércio transoceânico. Para permanecerem no território, precisaram lidar com a resistência de grupos locais e com as dificuldades de adaptação às condições naturais.

Porém, com a industrialização, a urbanização e a estruturação de grandes corporações industrial-financeiras e de mercados de consumo em países da Europa (Reino Unido, França, Bélgica, Holanda etc.) e nos EUA, deu-se a nova corrida para a África, levando à sua partilha, na fase conhecida como **imperialista** ou **neocolonialista**.

ATIVIDADE

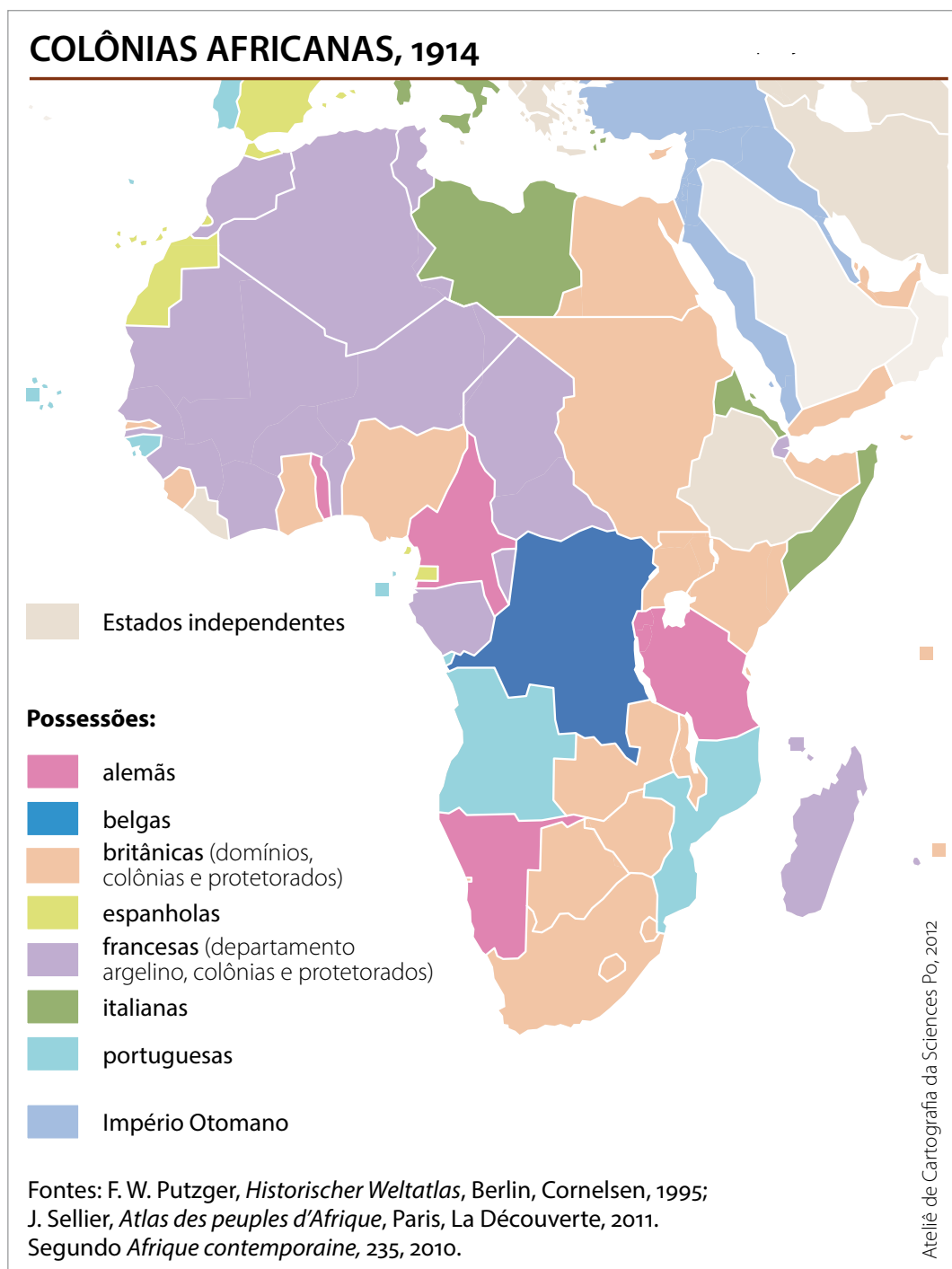
2

Partilha colonial e exploração da África (séculos XIX e XX)

Observe o mapa da próxima página e responda às questões propostas.

1 Identifique o assunto tratado no mapa.

2 Quais eram as possessões europeias na África em 1914? Indique o nome das duas potências europeias que dominaram as maiores extensões de terra no continente.



Nova corrida colonial: a exploração direta da África

Conforme pode ser observado no mapa *Colônias africanas, 1914*, o continente africano foi repartido e ocupado pelos europeus em sua quase totalidade. As exceções foram a Etiópia e a Libéria. Os colonizadores se apropriaram dos territórios para fincar suas bases, explorar riquezas minerais e implantar cultivos. O interesse maior era pilhar o continente e exportar suas riquezas para o mercado europeu e mundial. Prova disso é o traçado das ferrovias, que interligavam áreas interiores aos portos de exportação.

Tais processos foram decorrência da Conferência de Berlim e de uma série de tratados e acordos posteriores que estabeleceram, por exemplo, que cada país colonizador deveria informar aos demais sobre novas ocupações de territórios. Outro acordo se referia ao princípio da “ocupação efetiva”, discutido na conferência, mas que só ganhou amplitude com a partilha de áreas interiores do continente.

O princípio da “ocupação efetiva” garantiu a posse de terras aos europeus no continente. A Itália, por exemplo, passou a participar dessa divisão. Embora, ao longo do tempo, houvesse mudanças na disposição territorial dos impérios coloniais no continente, a Conferência de Berlim não garantiu uma divisão igualitária. Os franceses e os ingleses, principalmente, apropriaram-se de largas faixas da África usando a força ou negociando acordos com chefes locais. Espanhóis, portugueses, italianos, alemães e belgas ficaram com fatias menores.

O **novo sistema colonial** foi bastante distinto do anterior. Antes, tratava-se de organizar o comércio de seres humanos que seriam explorados nas colônias da América. Agora, a **exploração ocorria no próprio continente**, com a instituição de trabalho assalariado ou manutenção de condições similares à escravidão. O objetivo era extrair e exportar riquezas como ouro, diamantes, metais, marfim, borracha e outros. Entre as províncias minerais estavam as bacias do Congo (atual República Democrática do Congo) e a do sul (atuais África do Sul, Zâmbia e Zimbábue).

Os nativos tinham de trabalhar em cultivos de algodão, tabaco, café, amendoim e cacau ou na coleta do óleo de dendê, e empresas comerciais europeias participavam da construção de ferrovias. A ideologia contida nos discursos dos europeus era de que tinham uma missão “civilizatória” diante de “tribos” que viviam em “estado selvagem”.

Nesse contexto, foram estabelecidos novos padrões na administração pública e na educação, além da expansão de religiões cristãs e das línguas dos colonizadores. Impostos e tributos eram cobrados de indivíduos, famílias e chefes de grupos, com anuência ou subordinação de populações locais.

Um dos resultados da colonização da África consistiu na forma imprudente como foram estabelecidas as fronteiras coloniais. Quase sempre, estudiosos apontavam que eram limites artificiais, verdadeiros reinos da “linha reta” que não respeitavam a abrangência do território dos povos e teriam separado membros do mesmo grupo ou juntado grupos rivais. O que são esses reinos da “linha reta”? São as linhas de fronteira traçadas pelos europeus e que podem ser verificadas no mapa *Colônias Africanas, 1914*.



DESAFIO

O tráfico de escravos no Atlântico foi um empreendimento colossal, com tentáculos por toda parte nas Américas, de Boston a Buenos Aires. Seu epicentro, contudo, foi a colônia portuguesa no Brasil. Para cada africano desembarcado na América do Norte britânica, 12 pisavam em solo brasileiro, a maioria levada a minas de ouro e engenhos de açúcar e usada em trabalhos brutais que matavam um terço deles em cinco anos.

A cana dura e viscosa era ceifada sob sol escaldante. O preparo do açúcar requeria longa fervura em caldeiras fumegantes. Não admira que a escravaria logo desse um jeito de escapar, criando o mais conhecido dos quilombos, Palmares, que, no auge, em meados do século 17, controlava mais de 25 mil quilômetros quadrados nas montanhas do litoral norte de Alagoas.

Fonte: NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, edição n. 145, p. 76, abril de 2012.

O tráfico de escravos para a América, estabelecido a partir do século 16:

- a) Restringiu-se ao Brasil, que teve maior necessidade de mão de obra para a lavoura canavieira em constante expansão.
- b) Provocou a fuga em massa de escravos que não se adaptavam ao clima tropical das Américas.
- c) Alimentou o sistema escravista com base indígena na América espanhola, especialmente na atividade aurífera.
- d) Levou muitos escravos a buscar quilombos na tentativa de escapar da exploração e das duras condições de trabalho.

Viagem do Conhecimento/National Geographic, 2012. Disponível em: <http://www.viagemdoconhecimento.com.br/arquivos/PROVA_01_2012_6.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - A chaga da escravidão

Resposta pessoal. Para orientar sua resposta, é importante que você tenha lembrado que a saída de milhões de pessoas da África, na condição de escravizadas, contribuiu para desestruturar os grupos, as culturas e os modos de vida de seus povos. Nos destinos para os quais foram levadas, essas pessoas foram submetidas a tratamento cruel e desumano. Mas, apesar das adversidades, elas tiveram papel central na formação social e cultural das nascentes nações americanas.

A África é formada por 54 países independentes, sendo o mais novo o Sudão do Sul, criado em 2011. Neste tema você verá que o século XX foi decisivo para o continente, já que nesse período ocorreram as lutas de libertação colonial, a constituição de países independentes e o surgimento do enorme desafio de superar impasses políticos e buscar o desenvolvimento econômico-social.

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já ouviu falar dos desafios enfrentados atualmente no continente africano, sejam eles de ordem política, econômica ou social? Poderia indicar possíveis medidas para atenuar os problemas? Escreva suas reflexões nas linhas a seguir.

Emancipação colonial na África

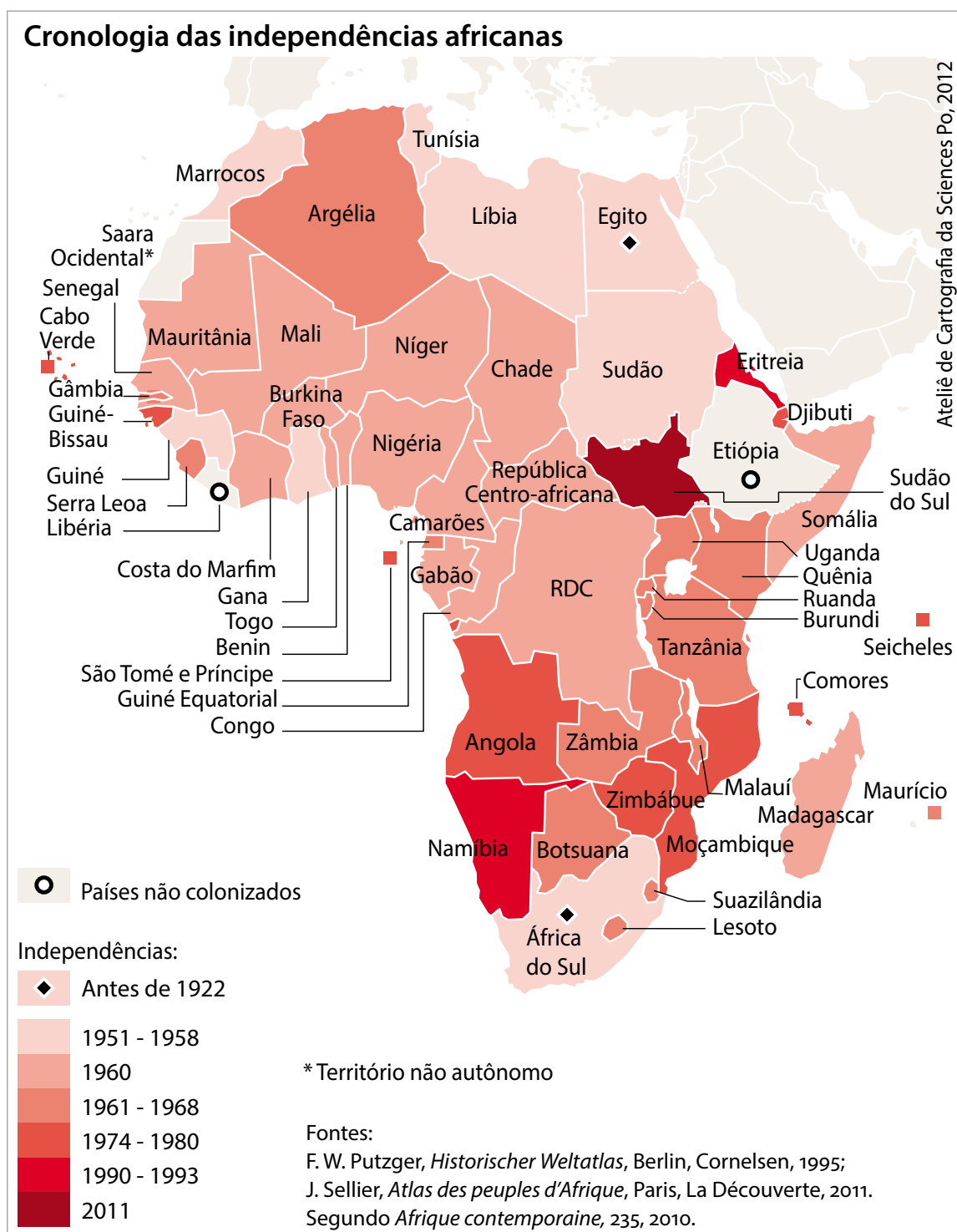
A geografia política da África começou a ser refeita após a 2ª Guerra Mundial, com o extraordinário movimento de *descolonização* no continente. Durante um período relativamente curto, que durou aproximadamente 35 anos, a partir de 1955, inúmeras guerras de libertação se sucederam.

Para os europeus, a empreitada colonial foi ficando cada vez mais cara. As constantes lutas e resistências dos povos colonizados eram também elementos que dificultavam a manutenção da colonização. Além disso, países como França e Reino Unido sofreram pesadas perdas na 2ª Guerra, tornando muito mais difícil a tarefa de manter seus impérios.

Assim, uma a uma, as sociedades nacionais foram se desvencilhando do jugo colonial. Movimentos similares já vinham ocorrendo na Ásia.

ATIVIDADE 1 Descolonização africana

Observe o mapa e crie uma linha do tempo sobre a descolonização no continente africano. Em uma folha grande (A3), trace retas, faça um esquema gráfico e anote as datas nas quais as colônias se libertaram. Pesquise a respeito e ilustre alguns casos com textos e figuras. Você pode escrever, por exemplo, sobre o fato de as colônias portuguesas terem se libertado somente a partir da década de 1970.



As lutas pela libertação colonial na África

O mapa da Atividade 1 mostra que, em algumas décadas, o colonialismo praticamente desapareceu do continente africano, em um processo que custou muitas vidas e a desestruturação econômica e social de várias regiões – efeitos sentidos até hoje. Na segunda metade da década de 1950 e ao longo dos anos 1960, a África foi palco do enfrentamento entre as forças de ocupação dos colonizadores e os movimentos e frentes de libertação nacionais. Nesse cenário de confrontos, as colônias portuguesas estiveram entre as últimas que se emanciparam.

Ao se libertarem, as populações se depararam com a tarefa de substituir o administrador europeu. Ao longo de décadas, os europeus impuseram línguas, valores e hábitos, formando gerações de africanos nos moldes da cultura ocidental capitalista.

Os novos dirigentes, portanto, viram-se diante da tarefa de escolher entre manter esse modelo ou resgatar suas raízes e culturas. Nessa tensão, cresceu a ideia, jamais concretizada, de buscar a unidade africana pós-colonial, chamada de *pan-africanismo*.

Algumas lutas de libertação foram particularmente dramáticas. Na Argélia, após oito anos de conflito e perda de 500 mil vidas, o país enfim conquistou a independência em relação à França.

Em Angola, a independência ocorreu em 1975. Mas, logo em seguida, grupos antes unidos contra o colonizador iniciaram uma guerra civil na disputa pelo poder. Após quase duas décadas, saiu vencedor o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), apoiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), contra a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita), aliada dos Estados Unidos da América (EUA). Evento histórico, portanto, influenciado pela Guerra Fria.

Um terceiro caso foi o da República Democrática do Congo (RDC), formada pelos antigos Congo, Belga e Zaire. Seu povo nunca pôde desfrutar das imensas riquezas do território: ouro, diamantes, petróleo, 6% das florestas tropicais do planeta e reservas de columbita-tantalita (coltan), usada, por exemplo, na fabricação de telefones celulares e computadores. Tornou-se independente em 1960, mas a repentina saída dos belgas contribuiu para reforçar instabilidades no país. Desde esse momento, o país vive com lutas entre grupos e facções rivais. Entre os anos 1990 e o início do século XXI, vivenciou o conflito com maior número de mortos diretos e indiretos (por fome ou doenças) após a 2ª Guerra Mundial. Estimativas indicam que foram 4 milhões de mortos.

Em 1994, Ruanda viveu um dos maiores genocídios da história. Com a ascensão dos hútus ao poder político, houve o extermínio em massa de um grupo étnico minoritário – os túsis. O conflito, ainda em julgamento no Tribunal Penal Internacional, retrata uma intrincada relação entre poder político e origens étnicas.

Outros países também viveram e ainda vivem situação dramática, como a Somália, tomada parcialmente por grupos ligados ao terror; o Mali, hoje dividido ao meio entre o governo, sediado no sul, e milícias islamitas apoiadas pela rede terrorista Al Qaeda, que atuam no norte. A situação também é muito instável na Costa do Marfim, em Guiné-Bissau e no Zimbábue, este último governado há mais de três décadas pelo ditador Robert Mugabe. Há, ainda, movimentos separatistas na Nigéria e no Senegal.

É importante notar que, atualmente, EUA e França mantêm bases militares no continente, revelando seus interesses geopolíticos e estratégicos. Enquanto os estadunidenses possuem unidades no Chifre da África, próximas ao Oriente Médio, e marcam presença naval no litoral atlântico, os franceses instalaram várias bases na África ocidental. Por sua vez, a China vem investindo pesadamente na extração de petróleo e riquezas minerais em Angola, na RDC e no Congo.



África: desafios e perspectivas

Importantes questões a serem enfrentadas na África estão no campo político. Mas a elas se somam graves problemas sociais, sobretudo a fome e os surtos de doenças contagiosas. Essa situação é agravante em países da África Subsaariana, dada a situação de vulnerabilidade que se encontram frente à desnutrição, à insegurança alimentar e à proliferação de epidemias.

Em vários casos, as áreas mais afetadas são justamente as que foram palco de conflitos armados nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, nesses países (Somália, Sudão, Chade, República Centro-Africana, Guiné-Bissau, RDC, entre outros) estão a maior parte dos campos de refugiados. Em países como Angola, Moçambique, Sudão, RDC e Chade, por sua vez, há gerações de mutilados por minas terrestres.

A África, em especial a parte meridional, possui elevados índices de pessoas portadoras de HIV/aids. As taxas mais altas de adultos e crianças que contraíram o vírus estão registradas na África do Sul, em Moçambique e no Zimbábue. Os índices também são graves na Namíbia, em Botsuana e na Suazilândia.

Há, ainda, programas de prevenção bem-sucedidos, como os desenvolvidos em Uganda.

Os serviços públicos de saúde não são satisfatórios na maior parte do continente, com exceção de Tunísia, Egito e África do Sul, que apresentam índices melhores. Além disso, alguns países do continente têm passado por surtos de cólera, malária e ebola.

No plano econômico, a África está em grande parte à margem dos principais fluxos econômicos globais. As exceções são a África do Sul e países que produzem petróleo – ainda assim, eles estão quase sempre na condição de exportadores de matérias-primas. A presença de investimentos chineses tem sido cada vez maior, mas basicamente estão voltados para a exploração de riquezas naturais, como petróleo e minérios.

Dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2014 mostram que os países com o menor desenvolvimento no *ranking* são do continente africano.

A ascensão da África

O continente vem oferecendo notáveis exemplos de reconstrução política, econômica e social. Há também diversos programas sociais em andamento, em boa parte levados à frente por agências da Organização das Nações Unidas (ONU). A busca de soluções não envolve respostas fáceis ou soluções de curtíssimo prazo. Mas existem perspectivas políticas e projetos sociais concretos em andamento.

Nas últimas décadas, diversas lideranças políticas tiveram uma atuação inspiradora na defesa dos direitos e liberdades fundamentais. Entre essas lideranças, são exemplos o poeta e escritor Léopold Sédar Senghor, primeiro presidente do Senegal após a independência, e Julius Nyerere, da Tanzânia, que dirigiu seu país após a descolonização, ajudando a fundar a Organização para a Unidade Africana (atual União Africana).

Mas, sem dúvida, a maior dessas lideranças foi de Nelson Mandela (1918-2013). Ele ficou preso por 27 anos na África do Sul, em pleno regime do *apartheid*. Comandado por descendentes de britânicos e holandeses, era um regime de segregação oficial, instituído em 1948. Durante sua vigência, negros foram confinados em subúrbios de cidades ou territórios e não podiam circular livremente. Sequer podiam sentar ao lado dos brancos em ônibus ou usar o mesmo banheiro público.



Nelson Mandela em discurso no estádio de Johannesburgo, África do Sul, em 1990, após sua libertação.

Mandela foi libertado em 1990 e liderou a oposição negra nas negociações com o presidente branco da época, Frederik Willem de Klerk (1936-). Em função disso, Mandela e de Klerk receberam o Prêmio Nobel da Paz de 1993. No ano seguinte, Mandela tornou-se presidente nas primeiras eleições multirraciais do país. Portanto, mesmo diante de conflitos e cisões sociais, as lideranças obtiveram sucesso na transição política.

Nos anos seguintes, o bispo Desmond Tutu (1931-) liderou a Comissão da Verdade e da Reconciliação, criada para expor publicamente episódios de racismo e violência, colocando negros e brancos racistas frente a frente. A comissão não tinha o objetivo de punir, mas de expor as feridas do passado e preparar um futuro de convivência étnico-racial.

Hoje, o país figura entre os chamados países emergentes e participa de fóruns do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – em inglês, South África) e de outros grupos que reúnem países em desenvolvimento. Além disso, o país lidera perspectivas de cooperação regional no âmbito da Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC, na sigla em inglês).

O Prêmio Nobel da Paz de 2011 foi concedido a lideranças africanas. Entre elas, duas mulheres: a presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, primeira mulher eleita como chefe de Estado em um país do continente; e sua compatriota, a ativista de direitos humanos Leymah Gbowee. Além delas, a militante antigoverno, Tawakel Karman, do Iêmen, país do Oriente Médio, recebeu a honraria.

Os anos de 2010 e 2011 marcaram grandes transformações políticas e sociais em países do norte da África, no que foi chamado de *Primavera Árabe*. Rebeliões sociais na Tunísia, no Egito e na Líbia destituíram ditadores que estavam havia décadas no poder. Apesar dos rumos ainda incertos, os efeitos desses episódios foram sentidos até mesmo em países do Golfo Pérsico.

Além do desafio de reorganizar as instituições políticas, superar conflitos e estabelecer a paz, as sociedades africanas têm de enfrentar graves questões sociais:

- Em vários países africanos, a maioria da população vive na zona rural. Em vista disso, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU) desenvolve um projeto de hortas comunitárias que já alcançou mais de 300 locais em 38 países do continente. Esse projeto visa valorizar a agricultura familiar, as iniciativas sustentáveis e a inclusão social de jovens.
- Segundo o documento *Cidades Verdes na África*, publicado em 2013 pela FAO-ONU, na África Subsaariana, 200 milhões de habitantes urbanos vivem com menos de 2 dólares por dia, 180 milhões não têm saneamento adequado e 50 milhões usam água não potável. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica também que, nessa região, 22,5 milhões de pessoas contraíram o vírus do HIV/aids. Esse quadro tem motivado a elevação de doações internacionais (de países, empresas e indivíduos), que passaram de US\$ 15,5 bilhões no ano 2000 para US\$ 38,7 bilhões em 2007, segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O desafio é que os recursos cheguem de fato às comunidades e se convertam em atividades produtivas que gerem empregos, sem ficar apenas como ajuda. Já houve avanços na queda da mortalidade infantil e aumento na taxa de alfabetização de crianças, jovens e adultos.
- A ONU também organiza fundos de ajuda para os países do Sahel, região ao sul do Deserto do Saara, afetados nos últimos anos por secas prolongadas e migrações. É uma estratégia que inclui projetos para Burkina Faso, Camarões, Chade, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal, para melhor lidar com as causas crônicas da crise.

Outros programas envolvem estratégias de cooperação e garantia de segurança alimentar entre os países onde a língua oficial é o português, com a participação do Brasil e de Portugal.

Uma nova geração de escritores, artistas, pesquisadores, cineastas e ativistas africanos tem elaborado novas visões sobre o desenvolvimento econômico e social autônomo da África. Recusam-se, assim, imagens “exóticas” e de “compaixão pela África”, e destaca-se a importância de construir um continente moderno que não esteja baseado em modelos importados e que valorize as culturas locais e nacionais.



ASSISTA!

Geografia – Volume 3

A África do Sul de Mandela

Documentário sobre a história de formação da África do Sul com destaque para a importância de Nelson Mandela na luta pela justiça e igualdade no país. Apresenta o processo histórico de colonização, desde a chegada dos holandeses, os bôeres, até a fixação e o domínio pelos ingleses. Discute a situação de submissão do povo negro no país e a dedicação da vida de Nelson Mandela na luta contra o *apartheid*, durante toda a sua trajetória de vida, tendo o seu legado reconhecido internacionalmente.

**PARA SABER MAIS**

A democracia africana e seus desafios

A entrevista a seguir foi concedida pela queniana Wangari Maathai, pouco antes de seu falecimento, em 2011. Ativista do meio ambiente e da democracia na África, ganhou o Nobel da Paz em 2004.

[...]

As revoluções no Norte da África estão causando um terremoto no mundo árabe. Elas terão o mesmo impacto ao sul do Saara?

Wangari Maathai: Certamente. Quem não quiser enfrentar tribunais, terá de fazer reformas.

E essas reformas estão ocorrendo?

Wangari Maathai: Esse é o problema. [...] Quando o povo se queixa, esses líderes apenas dão respostas que ofendem a população. Que comam bolos se não têm pão. Os ditadores africanos estão fazendo o mesmo hoje. Os líderes estão surdos e não escutam a população. Por isso, as revoltas estão ocorrendo.

Essa surdez pode acabar causando novos conflitos?

Wangari Maathai: Não há a necessidade de mais vítimas. Podemos ter as reformas sem novos banhos de sangue. Mas, para isso, as monarquias que ainda existem na África precisam acabar. A menos que um rei seja muito bom para seu povo, ele tende a transformar o Estado em sua propriedade privada. E é isso o que ocorre. Por isso, as revoltas têm sido tão violentas. São décadas não apenas de ditaduras, mas de pessoas que tomaram conta do Estado e transformaram a polícia em sua proteção pessoal contra o povo.

O que a população pede exatamente?

Wangari Maathai: Governos responsáveis, impostos que não sejam desviados e a criação de serviços, como educação e saúde. Precisamos de novos líderes.

[...]

A posição do Ocidente em relação à África é criticada pelo cinismo, já que vários ditadores foram mantidos por muito tempo com recursos americanos e europeus, principalmente durante a Guerra Fria. Como a sra. avalia isso?

Wangari Maathai: De fato, vimos uma abertura dos regimes na África depois que o Muro de Berlim caiu. O Ocidente não precisava mais de aliados para frear o comunismo e, portanto, passaram a permitir uma maior abertura. Houve maior liberdade. O número de rádios e TVs explodiu. Antes, só o governo tinha esse controle sobre a informação. O espaço político foi ampliado e as Constituições mudaram. Mas o problema é que essa democratização está ocorrendo muito devagar e o povo não aguenta mais.

[...]

Há muita crítica no continente em relação ao Ocidente, mas um dos maiores parceiros da África hoje é a China. Entidades alertam que Pequim inaugurou uma nova fase da conquista da África. O continente voltou a ser explorado como ocorreu com o imperialismo ocidental?

Wangari Maathai: A China está na África porque foi convidada. Nos explora porque nossos líderes permitem isto. O certo é que a China veio fazer negócios. Alguns acham que estão nos roubando. Mas nossos líderes permitem isso.

CHADE, Jamil. "Há muitas Marias Antonietas na África". *O Estado de S. Paulo*, 17 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,ha-muitas-marias-antonieta-na-africa,707327,0.htm>>. Acesso em: 22 out. 2014.



DESAFIO

Tendo encarado a besta do passado olho no olho, tendo pedido e recebido perdão e tendo feito correções, viremos agora a página – não para esquecê-lo, mas para não deixá-lo aprisionar-nos para sempre. Avancemos em direção a um futuro glorioso de uma nova sociedade sul-africana, em que as pessoas valham não em razão de irrelevâncias biológicas ou de outros estranhos atributos, mas porque são pessoas de valor infinito criadas à imagem de Deus.

Desmond Tutu, no encerramento da Comissão da Verdade na África do Sul. Disponível em: <<http://td.camara.leg.br>>. Acesso em: 17 dez. 2012 (adaptado).

- No texto, relaciona-se a consolidação da democracia na África do Sul à superação de um legado
- populista, que favorecia a cooptação de dissidentes políticos.
 - totalitarista, que bloqueava o diálogo com os movimentos sociais.
 - segregacionista, que impedia a universalização da cidadania.
 - estagnacionista, que disseminava a pauperização social.
 - fundamentalista, que engendrava conflitos religiosos.

Enem 2013. Prova Azul. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2013/caderno_enem2013_sab_azul.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

